

O Haiti ~~não é aqui~~



SIRLEI DE SOUZA



mestrado profissional
COMUNICAÇÃO
e mediações contemporâneas

O Haiti ~~não é aqui~~

Sirlei de Souza

Joinville, 2025


EDITORA
univille



EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração
Presidente – Loacir Gschwendtner

Conselho Curador
Presidente – Maria Salete Rodrigues Pacheco

PRESIDÊNCIA

Presidente
Alexandre Cidral

Vice-Presidente
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo
Mário César de Ramos

Procuradora-Geral da Furj
Ana Carolina Amorim Buzzi

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário
Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE – REITORIA

Reitor
Alexandre Cidral

Vice-Reitora
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino
Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitora de Infraestrutura (*pro tempore*)
Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretora do Campus São Bento do Sul
Liandra Pereira

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo
Paulo Marcondes Bousfield



PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação geral

Silvio Simon de Matos

Secretaria

Gabriela Heidemann

Revisão

Cristina Alcântara

Produção gráfica/Diagramação

Bruna Fidlerski

Fotografias da capa

Amanda Alves Cerqueira Araújo

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

H153 O Haiti não é aqui / Sirlei de Souza. – Joinville, SC : Ed. Univille, 2025.

244 p. : il.

ISBN: 978-65-87142-55-5

1. Haitianos – Brasil – Aspectos sociais. 2. Imigrantes - Brasil.
3. Haiti – Emigração e imigração. I. Souza, Sirlei de.

CDD 305.89697294081

Aos meus afilhados(as) e sobrinhos(as) “adotados(as) como filhos(as)”, Ramon, Arthur, Amanda, Heloisa, Lara, Maria Luisa, Júlia, Junior, Lucas, Caio, Gabriel e Rafael. Com vocês tenho fortalecido minha convicção de que o amor e a educação são os caminhos para se viver bem e feliz.

À minha mãe, que, enquanto não faz sua passagem, aproveita para nos ensinar que tudo tem seu tempo, que nada é para já e que o amor incondicional é o que nos mantém unidos.

Agradecimentos



Tomo aqui a liberdade de construir meus agradecimentos em primeira pessoa, porque durante toda a escrita utilizei terceira pessoa por entender que este trabalho é resultado de muitos diálogos, de vivências de pesquisa e de muitas andanças. É fruto das tramas teóricas, das dúvidas, dos embates e dos debates pelos quais perpassaram o entendimento das fontes, a compreensão das teorias, a complexidade da problematização e, por fim, a produção da escrita, que se configura como obra de muitas mentes e literalmente de várias mãos.

Quero iniciar dizendo muito obrigada ao grupo de imigrantes haitianos que partilhou comigo suas histórias de vida. Tive a oportunidade de entrar em suas casas, frequentar seus espaços de lazer, recebê-los na universidade e com cada um me emocionar e fortalecer meus propósitos de pesquisadora cidadã. O caminho da pesquisa, da descoberta científica, da escrita e da produção de saberes se dá no encontro com o outro e, como bem disse Paulo

Freire (2004, p. 142), “a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender [e pesquisar e escrever] não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Por isso, sou muito grata pelos momentos privilegiados com o Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença, Clínica de Direitos Humanos, Comitê de Educação em Direitos Humanos, Projeto Institucional de Pesquisa em Comunicação e Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Caminho Curto. Muitas pessoas mereciam ser citadas aqui. Professoras da educação básica, líderes políticas(os), estudantes universitários, minha gratidão pelas conversas, orientações, trocas de saberes e energias emanadas.

De todos os encontros que temos ao longo da vida, alguns são presentes para o nosso crescimento pessoal e profissional. Sou uma pessoa de muita sorte, tenho sido agraciada com presenças imprescindíveis para o meu desenvolvimento profissional, intelectual e afetivo. Aqui quero expressar minha gratidão e sentimento de reconhecimento para duas pessoas importantíssimas na minha trajetória acadêmica do passado e do presente: a professora doutora Ilanil Coelho, com quem há mais de 30 anos partilho estudos, ideias, projetos, militâncias, embates e tensões no mundo da universidade e no mundo da vida. Para a professora doutora Marialva Carlos Barbosa, gostaria de dizer como sou privilegiada por tê-la tido como minha orientadora no doutorado. Sua generosidade intelectual, tranquilidade na relação de orientação, seu pronto retorno para minhas inquietações de pesquisa, suas leituras cuidadosas e ativas e sua vibração e reconhecimento a cada texto enviado tornaram meu percurso como aluna/pesquisadora suave, seguro e animador. Fui feliz nesse processo e sou-lhe muito, muito grata.

Qual é a melhor forma de agradecer à família? Vou optar pelas palavras de Francisco Azevedo (2015, p. 11-12), quando escreve: “Família é prato difícil de preparar”, porque são muitos os

ingredientes, e que “é um prato que emociona. E que a gente chora mesmo”. Também concordo com o autor quando diz que “família é prato que deve ser servido sempre quente, quentíssimo” e sempre “à Moda da Casa”, porque cada um tem a sua e é especial. Por isso, meus queridos mãe, pai, “ermãs e ermãos”, cunhadas e cunhados, sobrinhas e sobrinhos e minha madrinha, muito obrigada por viverem intensamente comigo este momento. Vamos nos cuidar e nos curtir com muita tranquilidade e sossego, pois “família é prato que, quando se acaba, nunca mais se repete” (Azevedo, 2015, p. 13). Amo vocês!

Sumário

pág. 10 *Prefácio*

Vidas imigrantes: narrativas de um Haiti que é (e não é) aqui

pág. 18 *Introdução*

pág. 26 *Capítulo 1*

Imigração, espaços e multiterritorialidades

pág. 62 *Capítulo 2*

Imigração e tramas cotidianas: percursos e narrativas

pág. 107 *Capítulo 3*

Espaços vividos: tensões e narrativas cotidianas

pág. 137 *Capítulo 4*

Tempo de narrar: o imigrante e o imaginário da imprensa

pág. 185 *Fechamento*

Um fechamento parcial

pág. 191 *Posfácio*

pág. 199 *Referências*

Vidas imigrantes: narrativas de um Haiti que é (e não é) aqui



Marialva Barbosa

Quando você acompanha um texto desde a primeira ideia até a sua conclusão e se vê, no futuro, diante do livro, enxergando nele, numa multiplicidade de emoções, um pouco do nós, que sentimentos poderíamos substantivar como expressão do que experimentamos?

Assim foi com o livro de Sirlei de Souza. Produto de uma reflexão densa e profunda, resultado de pesquisa que acompanhei durante anos no seu Doutorado em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o livro reflete também a atitude transformadora que acompanha a vida da autora. Nos três anos de convivência estreita foram construídos elos duradouros de uma amizade intensa. E é nessa condição de proximidade (e não apenas de ex-orientadora) que construo cada uma das palavras envelopadas por múltiplos sentimentos.

Uma nova pergunta, então, se antepõe diante do livro. O que indicar no prefácio que ultrapasse a espécie interpretação prévia para o leitor, com que normalmente essas aberturas se dão a ler? Como escrever um prefácio que vá além da descrição do conteúdo da publicação e que constitui uma espécie de convite para o leitor ingressar naquelas páginas?

Parto do título, que, com a rasura proposital ali presente, indica na construção gráfica a ideia de *não*, ao mesmo tempo em que antepõe o *sim*. Será que, de fato e completamente, o Haiti não é aqui?

Ao colocar em destaque narrativas imigrantes, a autora expõe o que se procura amiúde ocultar: a voz de um outro excluído. E é assim que as narrativas dos imigrantes vão esculpindo o cenário dessas tramas em Joinville, deixando à mostra tensões presentes no cotidiano da cidade em relação aos imigrantes haitianos, e que se refletem em atos xenófobos e racistas, o que faz com que, muitas vezes, o Haiti seja, de fato, aqui. A exclusão e a violência existentes no país de origem continuam reverberando por aqui.

Foi essa inscrição que Sirlei visualizou num dos muros da cidade e que chamou a sua atenção para, a partir daí, tentar entender a complexa questão da imigração haitiana num período de quase dez anos (2010-2016). Assim, o ponto inflexivo é o terremoto que dizimou o Haiti, trazendo cenas próximas às vivências de fins de mundos e a incerteza de futuros possíveis, em contraponto à estabilidade política e econômica que o Brasil vivia no mesmo período.

A pichação, elo inicial e desencadeador das questões e reflexões que o livro expõe com precisão e clareza, coloca em destaque processos de tensões muitas vezes mantidos velados na cena urbana em relação à disputa por ocupação do território, como a própria autora enfatiza. Mas a pichação revela mais. Traz à tona a construção de cristalizações históricas, repetidas à exaustão, e que conformam uma espécie de imaginário do senso

comum que constrói uma estrada perfeitamente pavimentada da cidade de Joinville com sua origem germânica, portanto, longe da impureza que a exclusão delega aos corpos negros.

Se diversos pesquisadores têm procurado lançar outros olhares sobre o próprio processo de escravidão, encoberta por séculos na cidade, outros, como Sirlei, debruçam-se sobre exclusões múltiplas que impõem seus domínios em relação aos que são considerados estrangeiros.

Porém, ao lado dessa questão fundamental para a compreensão da própria disputa por ocupação do território, deixando visíveis situações de extrema exclusão e violência, a autora procura, sobretudo, dar voz aos imigrantes, deixando aflorar pelas suas narrativas as interações que desenvolvem no local de destino.

Assim é que o livro de Sirlei desvela para os nossos olhares e nossos ouvidos as narrativas não só sobre imigrantes, mas sobretudo dos imigrantes, fazendo de suas falas momento fundamental para a compreensão da construção de territorialidades múltiplas em torno de espaços que afetam e são afetados por eles. Das suas falas emergem a dor, a memória do sacrifício durante a travessia e os longos caminhos que os levaram do Haiti a Joinville, em Santa Catarina, mas também a esperança deixada como plumas a serem agarradas e que estão presentes, não sem luta nem sem conflitos, na nova vida que emerge. Se a imigração desnuda situações de violência e de extrema exclusão, também desvenda as relações e interações entre o imigrante e o seu local de destino. Nesse sentido, o livro de Sirlei é também um grito de esperança.

Ao analisar os fluxos migratórios contemporâneos e as tensões que envolvem os processos de deslocamento humano na atualidade, a autora quer entender os impactos dos chamados fluxos migratórios transnacionais do século XXI, com base em um estudo que coloca suas lentes de aumento na chegada de imigrantes haitianos a Joinville a partir de 2010.

Entre os muitos destaques que podemos atribuir ao livro como proposta inovadora, particularizo um que se relaciona diretamente aos territórios teóricos em que me movimento: a relação histórica que o livro de Sirlei possui, apesar de aparentemente se referir a modos de vida contemporâneos.

Percebendo a imigração como ato narrativo e, portanto, como ato histórico e comunicacional, a autora faz dos testemunhos a abertura fundamental para acessar os personagens da sua trama, para ingressar no seu universo mais particular, para apreender o sentido de suas esperanças e de suas dores. Por tais atos, que são construídos pela fala memorável desse outro a quem se deixa transbordar, aparecem os sentidos múltiplos dos deslocamentos em busca de uma nova vida: vida que só poderia se realizar pela construção do desenraizamento e pela ação de fincar novas raízes. Ao narrar e ao se narrarem, vão constituindo pela narrativa uma história com começo, meio e fim. Nesses atos estão presentes a incerteza, a dor, a esperança, numa multiplicidade de sentimentos. Trata-se, por conseguinte, de um painel variado sobre o imigrante com base em sua fala que esculpe para o futuro uma perspectiva que, de certa forma, congela o tempo. O tempo presente. Logo, o livro de Sirlei possui nele mesmo uma dimensão histórica.

Assim, a presente obra percorre a questão da imigração haitiana em Joinville, reflete sobre que imaginário desse imigrante emerge a partir da publicização que recebe na imprensa local e, sobretudo, procura mapear as estratégias desenvolvidas pelos próprios imigrantes para construir uma nova vida no território que deixa, gradualmente, de ser local de desterro para ser o lócus portador de uma expectativa de futuros possíveis.

Os dois primeiros capítulos colocam em relação imigração e territórios. No primeiro, o foco são os deslocamentos e a presença dos haitianos em Joinville; no segundo, o espaço aparece em relação ao território físico e simbólico. Assim, a cidade à qual o imigrante chega está ou se fixa (quando constrói territórios de

esperança em direção a futuros possíveis) é múltipla, possui liames encobertos, traça linhas sinuosas. É preciso, então, cartografá-la “como um trajeto, um percurso, uma paisagem”, define Sirlei, inspirada na cartografia das controvérsias de Suely Rolnik. É dessa forma que o trajeto migrante, a sua ocupação dos espaços da cidade, torna-se material empírico para o pesquisador que tenta acompanhar seus passos, primeiro titubeantes, depois mais seguros, para, finalmente, nas pontes que constrói entre presente e passado, projetar futuros como esperança.

No capítulo 3, denominado “Espaços vividos: tensões e narrativas cotidianas”, a autora discute as tensões e as disputas que se desenrolam na cidade e movimentam, ao mesmo tempo, as vivências dos imigrantes nesse espaço, provocando tensionamentos, muitas vezes não plenamente visíveis. Para isso, captura diferentes atos comunicacionais, veiculados ora na imprensa, ora nas redes sociais, mas sobretudo nas ruas da cidade, para discutir a face violenta dos processos migratórios contemporâneos.

O capítulo abre alas, portanto, para a discussão em torno do que a autora nomeia como “temas sensíveis da história de Joinville, tanto do seu passado quanto do seu presente”. Estes dizem respeito à invisibilidade com que foram construídas, até pouco tempo, as populações negras pela própria historiografia local, assim como a dificuldade em reconhecer a diversidade étnica na cidade, já que Joinville, no momento de construção da pesquisa (fim da segunda década do século XXI), possuía a segunda maior população negra do estado de Santa Catarina. Aqui, a pesquisadora procura desvelar como os imigrantes haitianos desenvolvem então estratégias de pertencimento, identificando-as como resistência ante situações de recusa. Procura mostrar também como eles lidam com as manifestações de preconceito e racismo e, especialmente, como ressignificam suas vidas migrantes no local de destino.

A imprensa assume, de certa forma, o protagonismo do capítulo seguinte, denominado “Tempo de narrar: o imigrante e o imaginário da imprensa”. Sirlei analisa as produções narrativas nos jornais da cidade entre 2010 e 2016, procurando desvendar como enunciaram e produziram significados sobre a imigração haitiana e sua relação com a cidade.

Todavia, de fato, os grandes protagonistas do livro são os imigrantes haitianos, quando tomam a palavra e expõem sentimentos, esperanças, ações, recordações, num turbilhão expresso, na maioria das vezes, como hiatos de fala, como é habitual aos que estão chegando a outro território de vida e de domínio.

As falas dos haitianos, em contraponto aos dados numéricos difíceis de serem acessados e conhecidos (o que pode ser lido como apagamento intencional desses sujeitos históricos no território de domínio), vão dado vida e, ao mesmo tempo, fazendo a vida vir à superfície no decorrer de todo o livro. O estudo como possibilidade de ingressar na universidade e, a partir daí, produzir a transformação na própria vida aparece, por exemplo, na fala de Roland Lanfront. Ainda que apresente a conquista da formação superior como um sonho duradouro, a sua atitude serviria, sobretudo, de exemplo para os que viriam depois.

As dificuldades cotidianas são pintadas com tintas vibrantes, marcando a vida de cada um deles. Pela voz dos imigrantes aparecem também os trajetos que percorreram, as dificuldades que enfrentaram. Depois do terremoto que arrasou o Haiti, passa a ser uma imposição ter de fugir em busca de um lugar possível de ter esperanças. A sobrevivência ocupa lugar dominante no jogo naquele momento. Não havia mais casa, não havia mais ruas, não havia mais vizinhos e, algumas vezes, sequer parentes. Só havia destruição e mortos sem fim num caminho sem volta.

Os amigos, então, muitas vezes falavam que no Brasil era bom. Mas a chegada podia significar o ingresso no território da dor e da desesperança. Presos nas fronteiras, sem conseguir

liberação para ultrapassá-las em direção ao novo país, às vezes ficavam meses e meses à espera.

E, assim, no decorrer de todo livro essas falas esparsas, monossilábicas, apresentadas como pedaços da expressão verbal e memorável dos imigrantes, vão aparecendo. Conectando-se, intercambiando-se sobre os mais variados temas, mas evidenciadas sempre como pequenos trechos, pedaços sussurrados de si mesmos, revelam também o modo oral como esses sujeitos se exprimem no momento em que chegam: a dificuldade com a língua, com a expressão verbal, a desconfiança diante do outro, o estranhamento, o pouco manejo das palavras, as dúvidas e, sobretudo, a dificuldade de se deixar aflorar como si mesmo diante de um outro, tudo isso faz com que o monossilábico seja a expressão dominante de uma oralidade que revela muito mais do que oculta.

À medida que os protagonistas desta história (e de suas próprias histórias) vão ocupando espaços na narrativa, suas falas tornam-se mais prolixas e mais diversas. Dão detalhes das travessias, das dificuldades enfrentadas durante o percurso e, invariavelmente, falam do afastamento da família, o que traz sempre muita dor e desalento, como também dá forças para conseguir modos e maneiras de trazê-la para perto.

É sem dúvida o ponto alto do livro: a fala dos imigrantes em seus modos expressivos. A vida e a luta, suas esperanças, suas ações no sentido da transformação. É assim que Pierre, Manouse, Lanfront, Ermofils e outros vão tecendo vidas com fios narrativos. As histórias vão se sucedendo, mostrando como se constituem vidas e futuros possíveis em pilulas de desejos, mas principalmente com ações, trocas, partilhas em comum que se complementam. E é assim que os versos da canção de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que declara explicitamente ser e não ser aqui o Haiti, e que dá título ao livro, ganham o seu último trânsito e constroem outros sentidos possíveis.

A canção de Caetano Veloso e Gilberto Gil, *O Haiti*, composta em 1993, numa multiplicidade de trânsitos comunicacionais, transformou-se anos depois numa inscrição num muro de Joinville, para, na sequência, ser capturada pelo olhar de quem passava, no caso a pesquisadora, e inspirá-la a buscar uma interpretação entre tantas possíveis para a presença daquela inscrição no muro de uma cidade que se orgulhava de ser germânica. O Haiti não é (ou é) aqui?

Na letra da música, Caetano e Gil procuravam também, pelo ritmo da canção, mostrar como o Brasil se conectava com o Haiti, nos jogos de mistura e de incompreensão diante da cor e da dor dos outros. E instauravam a possibilidade de futuros a serem construídos, ultrapassando as barreiras impostas por meio de modos culturais, derrubando desigualdades históricas que faziam o Haiti ser aqui. Contudo os atos de construção de vida em comum, pela dança e pela música, entre outras ações, podiam impor a afirmação de que o Haiti não seria mais aqui.

O X, colocado como marca sobre o título do livro de Sirlei de Souza, e as tramas narrativas que teceu sob inspiração dessa dualidade, que coloca em tela exclusão e construção de modos de vida em comum, mostram décadas depois que ainda há muito a ser feito para que definitivamente o Haiti esteja historicamente aqui, mas não seja mais aqui.

Introdução



As reflexões aqui construídas são fruto de vivências e diálogos, encontros que têm possibilitado pensar a diferença cultural, histórica e linguística que envolve os processos migratórios nos dias atuais, bem como os problemas que emergem nas sociedades receptoras e que muitas vezes se expressam em manifestações xenofóbicas, intolerâncias e preconceitos em relação ao “imigrante”.

O título escolhido para o livro está ancorado nas provocações feitas por Stuart Hall (2014) “sob rasura”. Segundo o autor, “o sinal de ‘rasura’ (X) indica que eles não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’ – em sua forma original, não reconstruída”. No entanto o autor justifica a continuação do uso, “uma vez que eles não foram dialeticamente superados”, exigindo que continuemos a “pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas”. Com esse sentido, utilizar no título do livro a frase que nos provocou a pesquisar o tema da

imigração haitiana em Joinville (SC)¹ é significativo e provocador seguindo o refletido pelo autor: “As duas linhas cruzadas (X) que sinalizam que eles estão cancelados permitem, de forma paradoxal, que eles continuem a ser lidos” (Hall, 2014, p. 104).

Do ponto de vista do cenário internacional, os tensionamentos envolvendo os processos migratórios intensificaram-se com a chegada ao poder de governantes que implementam políticas segregacionistas e xenófobas e que encaram o fenômeno como ameaça à soberania e à estabilidade dos Estados nacionais. O mundo tem presenciado posicionamentos de lideranças internacionais que anunciam e afirmam convictamente suas posições contrárias à presença e à entrada de novos imigrantes em seus países.

No Brasil, a legislação sobre a imigração considerava até muito recentemente o estrangeiro uma ameaça, no entanto a nova Lei de Migração (n.º 13.445, de 24 de maio de 2017), que contempla a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, bem como repudia e procura prevenir a xenofobia e o racismo, pode ser vista como um avanço à medida que trata o estrangeiro como sujeito possuidor de garantias e direitos.

Por outro lado, historicamente se verifica que os movimentos migratórios estão na base da constituição dos Estados-nações, o que remete à noção de que os atuais posicionamentos e movimentos xenófobos estariam na contramão da própria história. Logo, os processos migratórios contemporâneos e suas imbricações com o contexto local tornam-se um importante tema para a problematização da história do tempo presente, visto que possibilitam analisar os impactos provocados pelos fluxos globais quanto às questões locais, sobretudo aquelas relacionadas às

¹Trata-se de uma pichação com a mensagem direta “O Haiti não é aqui”, feita em parede na Avenida Getúlio Vargas, em Joinville, abril de 2016. Fonte: disponível em: <http://ndonline.com.br/joinville/noticias/302815-pichacao-em-parede-cao-polemica-nas-redes-sociais-em-joinville.html>. Acesso em: 7 dez. 2016.

vivências imigrantes no espaço urbano envolvendo a cultura, o mercado de trabalho e as interfaces da imigração com a economia, a geopolítica e os processos comunicacionais.

A partir de 2008 o Brasil voltou a ser um país procurado por imigrantes e refugiados, em decorrência da crise econômica que atingiu os Estados Unidos e a Europa em 2007 e das oportunidades abertas com a realização de dois grandes eventos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Conforme dados apresentados por Cogo (2014a), extraídos de um estudo do Observatório das Migrações Internacionais, em 2010 havia no Brasil cerca de 960 mil imigrantes internacionais e, em 2013, 1,7 milhão. Os dados de 2015 apontavam para 1.847.274 imigrantes regulares no Brasil (Arantes, 2015).

Os haitianos estão entre os maiores contingentes de imigrantes que o Brasil vem recebendo nos últimos anos. O povo haitiano migra sucessivamente há algumas décadas, por conta das condições político-econômicas de seu país, porém o terremoto de janeiro de 2010, que afetou três milhões de pessoas e deixou mais de 200 mil mortes (Bastante, 2010), é apontado como a causa principal da imigração haitiana recente. Os dados sugerem que aproximadamente 80 mil haitianos tenham obtido registro na Polícia Federal entre 2012 e 2016 (IMDH, 2016).

Joinville está entre as maiores cidades da Região Sul brasileira e ocupa o terceiro lugar como polo industrial (Prefeitura de Joinville, 2016). Conta hoje com aproximadamente 570 mil habitantes (IBGE, 2017). A cidade constituiu-se historicamente como uma cidade migrante². Seu adensamento populacional deu-se em meados do século XIX, momento em que recebeu um grande contingente de imigrantes germânicos³. A partir de 1970, sobretudo por seu desenvolvimento industrial, que necessitava de grande número de mão de obra, a cidade tornou-se novamente um local de recepção de migrantes, tanto vindos de cidades próximas como de vários outros lugares do país⁴.

² A esse respeito, ver: Coelho (2010).

³ Ver: Seyferth (1990) e Ficker (2008).

⁴ Sobre processos recentes de migração em Joinville, ver: Coelho (2010) e Niehues (2000).

Foi nesse contexto migratório dos anos 1970 que se intensificou tanto na imprensa quanto na historiografia a construção de narrativas que atribuíram ao processo de imigração germânica o progresso local⁵. Tratava-se do fortalecimento de um imaginário cultural e político que, ainda com força na cidade, imputava o protagonismo dos imigrantes germânicos no desenvolvimento econômico e no respeito a valores morais de trabalho, ordem, disciplina e harmonia⁶. Para Machado (2009, p. 36), esse imaginário suscitava “um desejo pedagógico [voltado] aos ‘forasteiros’ que passaram a fazer parte da cidade”, referindo-se ao grande contingente de migrantes nacionais que chegaram à cidade a partir da década de 1970. Já para Gruner (2003), que se dedicou a estudar a imprensa de Joinville do período 1970/80, os migrantes eram representados conforme a lógica de “mal necessário” para o progresso, e as elites locais deveriam promover ações para integrá-los e discipliná-los à cultura hegemônica local. Também a historiografia produzida à época procurava inserir o novo migrante ao presente da cidade e elaborava discursos “eliminando, ao mesmo tempo, o que neles era identificado como ‘elemento desestabilizador’” (Coelho, 2010, p. 239).

Os processos migratórios que ocorreram para Joinville nas décadas finais do século XX e a sua problematização no que concerne às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais provocadas por tal fenômeno foram estudados recentemente de forma a permitir a compreensão de Joinville e de suas nuances como cidade plural. A contribuição da presente obra é no sentido de entender os impactos dos fluxos migratórios transnacionais do século XXI, entre eles a chegada de imigrantes haitianos a Joinville a partir de 2010. Por se tratar de um contingente considerável, vindo de um país periférico – são

⁵ O jornalista e historiador Apolinário Ternes, durante seus estudos sobre a história de Joinville, figura como produtor desses discursos. Ver: Ternes (1981). Em contraposição, a questão foi abordada criticamente em trabalhos como o de Gruner (2003). Ver também: Machado (2009) e Coelho (2010).

⁶ Várias pesquisas no campo da história já problematizaram tal questão. Ver: Souza (1998), Ternes (1986), Costa (1996), Meurer (1993) e Coelho (2010).

imigrantes negros que colore o espaço urbano –, e que por vezes cria estranhamentos na cidade que se intitula oficialmente “germânica”, dessa perspectiva serão problematizadas as tramas comunicacionais e as tensões que envolvem essa presença no espaço urbano.

As reflexões feitas procuram identificar o que é comum entre história e comunicação. Barbosa (2009, p. 13) define os pressupostos que “norteiam tanto o ato comunicacional como o ato histórico: narrativa e tempo”. No entendimento da autora, ainda que a história tenha definido o tempo passado como objeto e campo de atuação e a comunicação o tempo presente, “ambas dizem respeito às relações humanas” (Barbosa, 2009, p. 13). Desse modo, tanto o ato histórico como o ato comunicacional se exprimem como narrativas imbricadas com a experiência de tempo.

Pensar a imigração como ato narrativo (como um ato histórico e também comunicacional) é pensá-la na complexidade do que a atravessa, na trama histórica que a constitui, nas tensões presentes e nas possibilidades que envolvem a trajetória do sujeito migrante. Nesse sentido, as narrativas construídas pelo ou sobre o migrante configuram-se como atos comunicacionais permeados por tempos e espaços, ora conexos, ora desconexos. Isto é, elas carregam consigo o mundo que já não é mais o mesmo, como, por exemplo, a representação do seu local de origem, as enunciações que elaboram e atribuem sentidos ao ato de migrar e os enredos que desenham o presente e o futuro da imigração e dos migrantes.

Há que se fazer um destaque: o lócus de pesquisa foi principalmente os espaços de acolhimento ou de vivência haitiana, como associações, grupos pastorais, grupos de assistência social ligados ao governo ou não. Existem também pesquisas acerca da presença dos migrantes na imprensa nacional. A problemática gira em torno de como os migrantes são representados pela imprensa, sobretudo em reportagens dos jornais escritos⁷. Na presente obra utilizaram-se também as narrativas produzidas

⁷ Ver: Samora (2015) e Silva (2016).

pela imprensa no que se refere ao imigrante haitiano, no entanto o objetivo foi analisar a produção multi e interdiscursiva sobre a imigração e os imigrantes haitianos construída de diferentes lugares de fala: a imprensa, a historiografia e as narrativas dos próprios imigrantes.

A obra está organizada em quatro capítulos, de forma a problematizar a questão da imigração haitiana, a construção do imaginário desse imigrante pela imprensa local e as estratégias desenvolvidas pelos imigrantes para a integração na sociedade local.

No capítulo 1, intitulado “Imigração, espaços e multiterritorialidades”, analisaram-se os deslocamentos e a presença de haitianos em Joinville à luz de questões interdisciplinares da história e da comunicação que problematizam a relação entre a construção de territórios simbólicos e a multiterritorialidade.

No capítulo 2, “Imigração e tramas cotidianas: percursos e narrativas”, o objetivo foi discutir o conceito de espaço imbricado com questões de território físico e simbólico, de desterritorialização e de multiterritorialidade. Optou-se por problematizar a cidade receptora do imigrante não no sentido de mapa com linhas definitivas “que só cobre[m] o visível” (Rolnik, 2016, p. 60), e sim cartografá-la como um trajeto, um percurso, uma paisagem: “Nesse percurso nada é fixo; *nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia*” (Rolnik, 2016, p. 61). Dessa forma, o trajeto migrante, a ocupação dos espaços na cidade converte-se em fonte para o pesquisador, aquilo que Rolnik (2016, p. 65) chama de “estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana [...] desde os movimentos sociais, formalizados ou não, mutações de sensibilidade coletiva”, ou ainda os “fantasmas inconscientes” individuais ou de grupos. Para a historiografia, transmuta-se em “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006) a fim de compreender o campo social.

No capítulo 3, cujo título é “Espaços vividos: tensões e narrativas cotidianas”, foram discutidas as tensões e as disputas que se desenrolam no espaço urbano contemporâneo e movimentam as vivências dos imigrantes nesse mesmo espaço,

tensionamentos nem sempre visíveis. Problematizaram-se diferentes atos comunicacionais que são veiculados ora na imprensa escrita, ora nas redes sociais, e por vezes nas ruas da cidade. Nesse ponto foi possível discutir o que se chamou de face violenta dos processos migratórios contemporâneos.

Desse ponto de vista, cabe questionar que sentidos foram atribuídos e difundidos em relação aos recém-chegados imigrantes haitianos à cidade. Os estranhamentos provocados pela chegada deles teriam relação com o fato de serem imigrantes negros em uma cidade que se autodenomina “germânica”? Questões que suscitam discussões em torno de temas sensíveis da história de Joinville, tanto de seu passado quanto do seu presente. Tais questionamentos dizem respeito à invisibilidade, até pouco tempo, das populações negras na historiografia local⁸, bem como ao reconhecimento da diversidade étnica hoje na cidade⁹ – Joinville possui a segunda maior população negra do estado de Santa Catarina¹⁰.

Nesse cenário de recusas, buscou-se compreender como os imigrantes haitianos desenvolvem suas estratégias de pertencimento diante de situações de recusa, como lidam com as manifestações de preconceito e racismo e como ressignificam suas vidas migrantes diante dos desafios encontrados no local de destino.

No capítulo seguinte, “Tempo de narrar: o imigrante e o imaginário da imprensa”, analisaram-se em primeiro lugar as produções da imprensa e suas potencialidades e limitações como fonte de e para a escrita da história. Em seguida, o foco de pesquisa firmou-se na problematização da mídia no que concerne às construções de imaginários sobre a imigração e a presença haitiana em Joinville. Englobaram a proposta de pesquisa dois conjuntos de questões. O primeiro envolveu as produções narrativas quanto à presença haitiana publicadas nos jornais da

⁸ Ver Guedes (2007) e Cunha (2008).

⁹ Ver: Coelho (2011).

¹⁰ Aprofundou-se essa questão no capítulo 3. Joinville tem a maior população de pardos do estado (57 mil). Em relação aos declarantes negros, é a segunda cidade de Santa Catarina, com 13 mil. Florianópolis tem 20 mil negros (Kreidlow, 2015).

cidade entre 2010 e 2016, pois, ao longo da segunda metade do século XX, os jornais, especialmente o *A Notícia*, serviram como espaço de disputa de sentidos acerca da história de Joinville e das mudanças nela impulsionadas pelos processos migratórios. Investigou-se como e em que termos os jornalistas e os demais colaboradores enunciaram e produziram significados sobre a imigração haitiana e sua relação com a cidade. Quais imaginários sobre os haitianos foram construídos? Quais jogos tais imaginários suscitam, fortalecem ou impulsionam? Em que medida esses imaginários foram e são apropriados para (re)estabelecer vínculos de pertencimento ou de recusa identitária? Para responder a essas questões, faz-se necessário compreender as categorias tempo, imaginário e narrativa.

Seguindo a reflexão em torno das narrativas jornalísticas, Resende (2009, p. 33) afirma: “O ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo”. Para o teórico, entender a narrativa jornalística como um lugar privilegiado de produção de conhecimento é enfatizá-la como articuladora de “estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis” (Resende, 2009, p. 36).

Importante salientar que do encontro entre a pesquisa e os imigrantes haitianos¹¹ nasceram narrativas que acompanharam toda a escrita; são protagonistas da história que, ao partilhar suas histórias de vida, rememoram sua trajetória. Afinal, “narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo” (Barbosa, 2007b, p. 19).

¹¹ Optou-se aqui por apresentar os imigrantes haitianos que concederam entrevistas orais por ordem alfabética de sobrenome. Os dados contidos na apresentação referem-se àqueles que se tinha no momento da realização da entrevista. Ao longo da escrita da tese foram acrescentados outros elementos de sua trajetória na cidade de Joinville. São eles: Ermofils (2017), François (2017), Lanfront (2016), Luiz (2017), Michelet (2017), Pierre (2016; 2017), Raymond (2018), Sandy (2017), Sefood (2017) e Woody (2018).

Capítulo 1

Imigração, espaços e multiterritorialidades



Compreender os deslocamentos humanos no século XXI, inseridos no processo de diásporas contemporâneas, é o objetivo inicial. Para tanto, são analisados os contextos recentes em que os processos migratórios se desenvolvem, bem como os fluxos migratórios à luz da globalização e imbricados com questões comunicacionais. Com o intuito de entender as relações entre migração e comunicação, traça-se um panorama das pesquisas realizadas nos últimos anos, no Brasil, na área da comunicação. Também as questões históricas, jurídicas, políticas e simbólicas que envolvem os processos imigratórios são aprofundadas neste primeiro momento.

Temas como espaço, lugar e multiterritorialidade são analisados em seus deslocamentos textuais e conceituais, discutem-se os conceitos de espaço, território, desterritorialização e multiterritorialização. São feitas apropriações de estudos interdisciplinares sobre a temática com os objetivos de dialogar

com os conceitos apresentados e desenvolver a análise dos dados oficiais acerca da entrada de imigrantes haitianos no Brasil, situação jurídica em relação à documentação, a deslocamentos e a destinos escolhidos.

Com foco em narrativas e práticas de territorialização, consideradas espaços multidiscursivos, a intenção é problematizar a imigração haitiana a partir de 2010 para o Brasil, especialmente para Joinville, e as narrativas produzidas sobre e pelo imigrante haitiano no tocante ao seu deslocamento e a suas vivências como imigrante. Por meio da utilização da metodologia da história oral, problematiza-se um conjunto de narrativas jornalísticas no que diz respeito à presença dos haitianos em Joinville e de narrativas produzidas pelos imigrantes. Essas primeiras entrevistas apresentadas constituem um ensaio inicial da proposta deste trabalho. Elas procuram, com densidade e profundidade, as falas, os anseios, os desejos, as promessas e os sofrimentos presentes na discursividade memorável do próprio imigrante.

Os desafios históricos relacionados ao processo de globalização, como a desigualdade econômica, a intolerância entre os povos, a fluidez do espaço-tempo e a força da comunicação virtual, motivam uma análise das inquietações do tempo presente à luz de sua historicidade. As imigrações contemporâneas e as diásporas ocorridas durante o século XX e início do século XXI constituem objetos provocativos de investigação para o campo da comunicação, sobretudo em uma perspectiva interdisciplinar.

Os estudos mais recentes sobre os fluxos migratórios internacionais na área da comunicação têm produzido no Brasil um conjunto significativo de pesquisas, principalmente no que se refere à imigração haitiana e às representações midiáticas em torno desse processo. As investigações enfatizam as questões de cidadania, sentidos e visibilidade do imigrante haitiano. Destacam-se as pesquisas desenvolvidas e orientadas por Cogo

(2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2016) e por ElHajji (2012; 2013; 2014; 2016; 2017), cujas contribuições ampliam a compreensão dos processos de imigração e suas imbricações nos contextos culturais contemporâneos.

Segundo Cogo (2012), há uma nova configuração dos fluxos migratórios, principalmente nos últimos anos, em que aparecem como novos destinos os países em processo de desenvolvimento, como, por exemplo, o Brasil. Tais processos migratórios, combinados com o crescente avanço das tecnologias da informação e da comunicação, têm colaborado com uma vivência de deslocamentos entre diferentes realidades socioculturais.

Cogo e Pássaro (2016), analisando a produção midiática quanto à imigração haitiana, chamam a atenção para as mudanças nos posicionamentos dos órgãos, especialmente da imprensa, no Brasil em período recente. Dizem que “o quadro de sentido mobilizado inicialmente para interpretar a imigração haitiana ao país – uma ‘fuga’ do Haiti, da ‘miséria’ e do ‘desastre’ – é substituído por outro – o de ‘invasão haitiana’ ao Brasil” (Cogo; Pássaro, 2016, p. 13). Contudo, para os autores, não é possível afirmar a existência de uma posição hegemônica da imprensa diante das motivações e dos efeitos dessa imigração na sociedade brasileira.

ElHajji (2012) tem direcionado suas pesquisas para as questões da imigração e comunicação virtual, nomeadas por ele de *webdiáspora*, sob as quais se configuram novas frentes investigativas da interculturalidade. Conforme o autor, o “viés intercultural promove uma sociabilidade baseada no contágio social e subjetivo, na tradução, na hibridização e na contínua reformulação dos princípios identitários do indivíduo, do grupo e da sociedade na sua totalidade” (ElHajji, 2012, p. 37). Segundo seu pensamento, no contexto da globalização, os deslocamentos humanos implicam as dinâmicas de diferentes culturas, provocando vivências entrecruzadas e intensificando os processos de hibridização cultural.

Também importantes estudos têm sido desenvolvidos por Escudero (2013), que investiga a produção da cidadania nos espaços comunicacionais virtuais, em que “é possível observarmos uma espécie de reorganização territorial das experiências e práticas dos próprios imigrantes e demais atores envolvidos no processo migratório, baseada em relações interculturais e multiterritoriais” (Escudero, 2013, p. 1-2).

Nesse sentido, as pesquisas em comunicação identificam o imigrante como protagonista em seu processo diaspórico, na medida em que mostram que não há deslocamentos apenas do imigrante, como também das culturas que lhe afetam e que são afetadas e tensionadas pelas próprias vivências e contingências da imigração. Canclini (2015b, p. 31), refletindo sobre o papel das teorias da comunicação na problematização dessa temática, afiança “que a conexão e a desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos” e que considerar “o espaço *inter* é decisivo” para uma análise que permita “compreender os fracassos políticos” e históricos e indicar caminhos interculturais futuros.

Por diáspora, historicamente se compreende o processo de dispersão de um povo. Para Hall (2003, p. 32), “o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora”. Já Cogo (2012, p. 47) observa “diáspora como uma identidade coletiva” que não está limitada ao contexto pós-colonial, e sim a “toda situação de dispersão da população migrante pelo mundo e no interior do próprio país de migração”.

Tal perspectiva, ao considerar as dimensões culturais e comunicacionais e as implicações com as tensões identitárias provocadas pelo processo de imigração transnacional, possibilita questionar a tradicional vertente teórica que concebe os processos migratórios como resultantes de determinações

econômicas e o imigrante como efeito delas. Sobre isso, procura-se ao longo do capítulo trazer as reflexões desenvolvidas por Appadurai (2004) e Sayad (1998), bem como as contribuições das mais recentes pesquisas que abordam o imigrante como um ator/ agente cultural que interfere e promove alterações nas dinâmicas socioculturais das sociedades de imigração e de emigração. Para ElHajji (2012, p. 34), as “idas e voltas ou idas sem volta que, a cada troca, enriquecem a experiência humana a transformam e lhe dão um novo sentido; não apenas para o migrante, mas também para a população local que o recebe e aquela outra que fica na terra de origem”.

Ressaltam-se ainda as pesquisas sobre haitianos em Santa Catarina, como é o caso das investigações desenvolvidas por Magalhães (2013; 2014a; 2014b; 2017) e Magalhães e Baeninger (2016) vinculadas ao Observatório das Migrações da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Historicamente cabe ainda abordar os fluxos migratórios internacionais que marcaram o “breve século XX”, expressão cunhada por Hobsbawm (1995). O autor problematiza esse período identificando três conjunturas. A primeira nomeia como “a era da catástrofe”, analisando o contexto que vai da Primeira Guerra Mundial até o que ele denomina de fim dos impérios. Na segunda conjuntura o foco é a análise dos acontecimentos decorrentes da Guerra Fria, dos processos das revoluções culturais e sociais das décadas de 1960/70, provocadas pela explosão da vida urbana e pela ação de uma parte significativa da juventude mundial em conjunto com os movimentos de trabalhadores. Nessa conjuntura dá também destaque ao peso demográfico dos países do Terceiro Mundo, que, após os processos de descolonização, passaram a representar forte pressão na geopolítica dos poderes instituídos. Por último, identifica o fim do século como um momento de “desmoronamento” dos projetos de futuro decorrente das crises político-ideológicas e dos sucessivos colapsos econômicos tanto do capitalismo quanto do socialismo.

Ainda no panorama traçado por Hobsbawm (1995) em relação ao fim do século XX, há destaque para a crise do Estado-nação, fragilizado pelas forças políticas e econômicas supranacionais ou transnacionais e, em algumas partes do mundo, pelas forças infranacionais (de regiões e grupos étnicos separatistas). Diz o autor: “Talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização [...] e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele” (Hobsbawm, 1995, p. 24). É nesse cenário que se configuram o complexo mapa geopolítico contemporâneo e os processos migratórios internacionais.

As reflexões produzidas por Appadurai (2004) e Sayad (1998) sobre os processos diaspóricos contemporâneos também auxiliam na reflexão acerca da imigração transnacional ao longo do século XX e no século XXI.

Para Appadurai (2004, p. 17), há “diásporas de esperança, diásporas de terror e diásporas de desespero”, e elas nos conduzem à complexidade desses processos históricos. O ato de migrar tanto pode significar uma aposta em um futuro melhor ou a procura de um lugar para trabalhar e estudar quanto decorrer de situações trágicas do ponto de vista político, econômico ou ambiental, como se mostrou a situação dos haitianos após o terremoto de 2010¹.

O autor afirma que as migrações de massa não são fatos novos na história da humanidade. No entanto, quando se insere a imigração “em justaposição com o rápido fluxo de imagens, textos e sensações mediatizados, temos uma nova ordem de instabilidade na moderna produção de subjectividades” (Appadurai, 2004, p. 15).

¹ Conforme reportagem veiculada em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/veja-um-resumo-da-tragedia-no-haiti-20100709.html>. Acesso em: 30 out 2016.

Na contemporaneidade (os estudos de Appadurai foram publicados na década de 1990), a comunicação, sobretudo se pensada nos últimos 20 anos, exerce forte influência nos processos migratórios. Isso porque tanto a comunicação quanto a imigração se desenrolam em espaços transnacionais. Para o autor, ela possibilita a “imaginação”, no sentido de vislumbrar e imediatamente permitir às pessoas sua inserção virtual nesse novo mundo. “Para os migrantes, tanto as fórmulas de adaptação a novos ambientes como o estímulo para sair ou voltar são profundamente afetados por um imaginário mediático que frequentemente transcende o espaço nacional” (Appadurai, 2004, p. 18). Isso pode ser constatado seja pelo uso de aplicativos de geolocalização, seja pelo fato de se estabelecer redes sociais com trocas instantâneas de imagens e textos, ou ainda pelo compartilhamento de narrativas de experiências, por exemplo, entre imigrantes e aqueles que vivem nos locais de origem (famílias, amigos ou interessados em emigrar).

Já para o geógrafo Haesbaert, “a principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os/as quais podemos ‘jogar’”. Dispomos ainda para esse jogo de condições muito mais rápidas e diversificadas de “acesso e trânsito” por territorialidades, “elas próprias muito mais instáveis e móveis” (Haesbaert, 2016, p.344).

Articulado ao debate sobre a emergência de uma esfera pública da diáspora criada pelos meios de comunicação, Appadurai (2004, p. 22) afirma que essa esfera surge de confrontos provocados pela globalização, que “deslocou relações essenciais entre produtores e consumidores, quebrou muitos laços entre o trabalho e a vida familiar, obscureceu as linhagens entre locais temporários e vínculos nacionais imaginários”. As esferas públicas que nascem desse processo “integram-se na dinâmica cultural da vida urbana na maior parte dos países e continentes nos quais a migração e a comunicação de massas

criam conjuntamente um novo sentido do global como moderno e do moderno como global” (Appadurai, 2004, p. 23). Tal esfera é marcada pelos fluxos de imagens, culturas, mercadorias, capitais e pessoas.

Appadurai (2004) insere e problematiza, nesse contexto, a situação do Estado-nação e os paradoxos que emergem diante de forças e políticas de caráter transnacional. O autor destaca a fragilidade do Estado como instância político-jurídica de soberania sobre um território nacional ao discutir as implicações da expressão *pós-nacional*. Primeiramente, localiza a expressão como “temporal e histórica”, estando “em vias de avançar para uma ordem global em que o Estado-nação se tornou obsoleto e outras formações de lealdade e identidade tomaram o seu lugar” (Appadurai, 2004, p. 225). Como segunda explicação, apresenta “a ideia de que o que está a emergir são formas alternativas fortes para a organização do tráfego global de recursos, imagens e ideias” e, por último, que, “enquanto as nações puderem continuar a existir, a erosão regular das capacidades do Estado-nação para monopolizar a lealdade estimula a difusão de formas nacionais plenamente divorciadas dos Estados territoriais” (Appadurai, 2004, p. 225).

No entendimento de Hall (2003, p. 36), a fase capitalista que se intensificou no fim do século XX se estruturou em ações “mais ‘globais’, planetárias em perspectiva”, que atendem a “interesses de empresas transnacionais, a desregulamentação dos mercados mundiais e do fluxo global do capital” e se articulam por uma estrutura de rede baseada nas “tecnologias e sistemas de comunicação que transcendem e tiram do jogo a antiga estrutura do Estado-nação”.

Para Canclini (2015a, p. 21), no cenário complexo mundial da contemporaneidade, “mudam as perguntas sobre o local, o nacional e o transnacional”, alteram-se significativamente “as relações entre trabalho, consumo e territórios”. Com as mudanças ocorridas no fim do século XX, as certezas desfizeram-se, a

paisagem geopolítica sofreu grande transformação e um sistema transnacional passou a operar como elemento que dissipa as fronteiras culturais e ideológicas (Canclini, 2015a, p. 19).

A esse respeito, Haesbaert (2011) aponta o fato de haver um anacronismo em iniciativas recentes de Estados que visam erigir novos ou fortalecer os já existentes muros de contenção de fronteiras nacionais: “Ao lado da fluidez globalizada das redes e da ‘desterritorialização’ (e/ou da multiterritorialidade) aparecem também os fechamentos, as tentativas de controle dos fluxos, da circulação, sobretudo da circulação de pessoas, da força de trabalho, dos migrantes” (Haesbaert, 2011, p. 6). Dessa forma, ainda que constatemos a proliferação de “fronteiras muradas” apoiada num discurso também globalmente difundido, que as justifica como um imperativo para a segurança nacional, os muros claramente exprimem as tentativas dos Estados de “reconfigurar seu papel num mundo que já há algumas décadas busca decretar o seu debilitamento” (Haesbaert, 2011, p. 10). Por outro lado, o uso dessa “técnica de evitação” volta-se especificamente à contenção do que o autor chama de “fluxo material de pessoas”, e não de “fluxos imateriais”, como os do capital, que, como diz, “há muito desconhecem a concretude das fronteiras e suas linhas demarcatórias” (Haesbaert, 2011, p. 11).

Para além do debate da imigração no atual contexto dos fluxos globais, a obra de Sayad (1998) ganha relevância aqui na primeira incursão teórica concernente aos imaginários em torno da figura do imigrante. Diante da questão sobre o que é um imigrante, Sayad afirma que tanto a pergunta quanto suas possíveis respostas estão implicadas com uma perspectiva capitalista pragmática. Por isso, no capitalismo, a figura do imigrante está ligada ao valor econômico que ele potencialmente pode ou não produzir e agregar à economia de uma nação. Isso torna a condição de imigrante fundada no e pelo trabalho, condição essa superior a sua própria humanidade: “Foi o trabalho

que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele quando termina que faz ‘morrer’ o imigrante” (Sayad, 1998, p. 55).

Além disso, pelo próprio fato de ser deslocada, a categoria imigrante remete à noção de que sua condição é sempre e indefinidamente provisória, sobretudo por não conseguir estabelecer concordância entre “o direito e o fato” em relação à imigração. Nesse processo há uma “dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório” ou “se se trata de um estado mais duradouro” (Sayad, 1998, p. 45). A condição de provisoriedade se coloca “aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém” (Sayad, 1998, p. 46). Portanto, “impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente” (Sayad, 1998, p. 46). Nesse sentido, o imigrante é sempre visto pelos outros como provisório, e às vezes ele próprio nutre o sentimento de viver indefinidamente de forma provisória.

Mesmo decorridos tantos anos da pesquisa desenvolvida por Sayad (1998), as questões relativas ao potencial valor econômico da imigração e à condição de provisoriedade do imigrante norteiam tanto os debates acadêmicos quanto os marcos políticos e jurídicos que regulam a entrada e a presença de imigrantes transnacionais. No Brasil, a entrada dos imigrantes haitianos e suas trajetórias no território são reguladas por meio da concessão de um documento provisório de permanência obtido na Polícia Federal e, em seguida, de carteira de trabalho. Em outras palavras, sua condição no território nacional é imediatamente vinculada a sua possibilidade de inserção no mundo do trabalho, e é essa possibilidade que oficialmente justifica e legitima sua entrada e presença no país².

Contudo, por mais que o trabalho o faça nascer e existir como imigrante haitiano no território brasileiro, sua vida desenrola-se

² Segundo dados do governo federal, somente no primeiro trimestre de 2017 o Brasil emitiu quase oito mil carteiras de trabalho para imigrantes. Destas, cerca de três mil foram emitidas para nacionais haitianos (Craide, 2017).

em redes de sociabilidade que estabelece ou constrói em torno de religiosidades, lazeres, organização política, amizades, laços familiares etc. Tais redes suportam sua vivência e contornam muitas vezes as violências que sofre e sente, marcando sua condição de provisoriedade e sua história de imigração.

As diásporas haitianas como processo histórico foram tema de pesquisas recentes no Brasil³. Para o propósito desta obra, procurou-se analisar o período de 2010 a 2016, em que ocorreu a intensificação da imigração haitiana para o país por força de duas situações: o terremoto e a estabilidade política e econômica que o Brasil vivia no período.

Segundo dados divulgados somente no primeiro mês após o terremoto (Steinman *et al.*, 2011) que aconteceu em 12 de janeiro de 2010 no Haiti, a contagem oficial foi de mais de 230 mil mortes, mais de 300 mil feridos e 1,5 milhão de pessoas desabrigadas. A infraestrutura, que já era precária no país, quase desapareceu. As estradas ficaram intransitáveis. Foram destruídos aeroporto, porto, hospitais, e escolas foram fortemente danificadas. Após o terremoto, a população foi atingida pela falta de abastecimento de água potável. Nos acampamentos mantidos e erguidos pelas organizações sociais como a Cruz Vermelha internacional e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah)⁴, houve a proliferação de uma série de epidemias como a cólera. Estima-se que tenham ocorrido mais de 700 mil casos e, destes, perto de nove mil óbitos (Souza, 2015).

Após esses acontecimentos dramáticos, muitos haitianos emigraram para países próximos e alguns deles chegaram ao Brasil. A estabilidade econômica e política que o país vivia em

³ Ver: Cotinguiba (2014), Handerson (2015) e Magalhães (2017).

⁴ Foi criada por Resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) em fevereiro de 2004, para restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após sucessivos episódios de turbulência política e violência, que culminaram com a partida do então presidente Jean-Bertrand Aristide para o exílio. Mais informações em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em: 10 ago. 2017.

2010 está relacionada à sua escolha como destino. Os números de imigrantes haitianos registrados na Polícia Federal, de 2012 a 2016, somam o total de 77.077 pessoas.

Destaca-se o ano de 2016 pelo aumento significativo de registro de imigrantes haitianos na Polícia Federal, somando mais de 50% do total. Tal aumento tem relação com a regulamentação da entrada desses imigrantes no Brasil pela Resolução n.º 097/2012, a qual estipulou inicialmente o prazo de cinco anos para a concessão do visto permanente. Os estudos realizados pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2016) mostram que deve haver ainda no Brasil “um número expressivo (fala-se em 8.000 ou mais) que aguardam a publicação de seus nomes pelos órgãos responsáveis pela autorização e concessão da residência permanente”. Para melhor compreender a situação dos imigrantes haitianos no Brasil, cumpre ainda apontar as diferenças conceituais entre os institutos jurídicos estabelecidos ora internacionalmente, como é o caso do conceito de refugiado, ora nacionalmente, como o estabelecido pelo governo brasileiro.

Em âmbito internacional e sobre refugiados especificamente, a primeira *legislação* sobre o acolhimento de pessoas deu-se no início do século XX, com o fim da Primeira Guerra Mundial, visto a movimentação humana forçada pelo conflito. Nesse período houve o deslocamento, em escala até então inédita, de pessoas “que não eram bem-vindas a lugar algum e que não podiam ser assimiladas por parte alguma” (Barichello; Araújo, 2014, p. 65). Já na Segunda Guerra Mundial, “o problema dos refugiados tomou proporções jamais vistas. Dezenas de milhões de pessoas se deslocam por diversas partes do mundo, a maioria sob fuga do delírio expansionista nazista” (Barreto, 2010, p. 14). Tal movimentação humana fez com que os aliados criassem a Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA), em 1943, que tinha como incumbência a promoção de assistência imediata aos deslocados por força da guerra.

Ainda em 1943 foi realizada pelos Aliados a Conferência das Bermudas, que definiu como refugiados “todas as pessoas de qualquer procedência que, como resultado de acontecimentos na Europa, tiveram que abandonar seus países de residência por terem em perigo suas vidas ou liberdade, devido a sua raça, religião ou crenças políticas” (Barreto, 2010, p. 14). Percebe-se pelo teor da definição de refugiados que essa conferência abrangia somente os deslocamentos forçados ocorridos na Europa durante a guerra, desconsiderando outras situações e populações dos demais continentes.

Em 1950 se deu a fundação da Organização Internacional de Refugiados (OIR) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), resultando na criação, em 1951, do Estatuto do Refugiado, sob o qual a noção de refugiado “se aplicará a qualquer pessoa” que se desloque “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (ONU, 1951, p. 2).

Posteriormente, outros marcos normativos ganharam destaque, como os decorrentes da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1966, em que se definiu o caráter universal e atemporal do Estatuto do Refugiado e da Convenção de Cartagena, de 1984, que além de ratificar o que já estava instituído ampliou as situações que caracterizam a condição de refugiado (ACNUR, 1984). Diz o documento que serão consideradas refugiadas “as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos” (ACNUR, 1984, p. 3).

O Brasil em 1961 se tornou signatário da Convenção da ONU que estabeleceu o Estatuto do Refugiado, contudo a implantação do Estado autoritário em 1964 e da ideologia da Segurança Nacional não permitiu o desenvolvimento de políticas públicas de proteção aos refugiados (Barreto, 2010). No início da década de

1980 e com o movimento pela redemocratização, houve maior fluxo de refugiados buscando permanência no país. No entanto, ao aderir à convenção de 1951, o Brasil adotou a cláusula de reserva geográfica, o que lhe permitiu conceber como refugiado somente europeus. Tal situação no Brasil foi modificada somente em dezembro de 1989 por meio do Decreto n.º 98.602, pelo qual, por força de pressões políticas dos movimentos sociais e de organizações internacionais de direitos humanos, se suspendeu a cláusula geográfica.

Em 1997, um novo marco legislativo e político sobre a questão de refúgio foi estabelecido no Brasil com a criação do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). González (2010) salienta que com a criação desse comitê a proteção internacional de refugiados passou a ser uma política do Estado brasileiro, que por intermédio de uma instância colegiada regulamentou os direitos e as obrigações dos refugiados, entre eles o direito ao trabalho para os solicitantes de refúgio. Além disso, estabeleceu também assistência administrativa para esses imigrantes. Com tais ações, o governo buscava “soluções duradouras e a participação do Brasil como país emergente de reassentamento” (González, 2010, p. 52).

Mais de uma década depois dessas definições normativas em relação à concessão de refúgio no Brasil, o país sobressaiu no cenário mundial como destino de imigrantes. Segundo Fernandes e Faria (2012, p. 37), “o Brasil que desde a década de 1980 se definiu como um país de emigração tem experimentado, como outrora, um fluxo crescente de imigrantes, configurando-se, concomitantemente, como um país de emigração, imigração e trânsito”, sobretudo pela estabilidade política e econômica adquirida a partir de 2008/2010, momento em que passou a receber então os imigrantes haitianos.

A situação jurídica dos imigrantes haitianos no Brasil foi definida de forma específica pela legislação brasileira. No entendimento do Conare, os haitianos não se enquadravam no

conceito de refugiados. No intuito de regulamentar a situação desses imigrantes que chegavam cada vez mais pelas fronteiras do país, o órgão encaminhou consulta ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que, pressionado pela sociedade civil e pelo Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, emitiu a Resolução Normativa n.º 97, de 2012 (Brasil, 2012), que rege desde então a situação dos haitianos em território brasileiro. Essa resolução autorizou a emissão de vistos permanentes por razões humanitárias pelo prazo de cinco anos. Ou seja, o haitiano, em vez de receber refúgio do Estado brasileiro, recebe visto permanente de trabalho pelo período de cinco anos, prazo em que ele deve comprovar exercício de atividade remunerada. É por essa comprovação que lhe é dada a possibilidade de prorrogação do visto.

Discussões acerca da efetividade da Resolução n.º 97, de 2012, têm sido objeto de estudo em várias áreas do conhecimento. Vale contextualizar que a medida se deu durante o período em que houve grande concentração de haitianos nas fronteiras brasileiras. As condições enfrentadas por eles na fronteira eram precárias, e sua longa espera por definições jurídicas tornava essa situação mais insustentável.

A Resolução n.º 97 ainda define as razões humanitárias de concessão do visto permanente aos haitianos: “Consideram-se razões humanitárias [...] aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (Brasil, 2012). A resolução previa cotas de vistos a serem expedidos, que não deveriam exceder o número de 1.200 por ano, correspondendo a 100 concessões mensais, entretanto tal cota de vistos foi revogada pela Resolução n.º 102, de 26 de abril de 2013, pelo próprio CNIg, não limitando mais o número de imigrantes haitianos que poderiam entrar no país (Brasil, 2012).

Destaca-se também o fato de a Resolução n.º 97/2012 ter sido alvo de ação civil pública intentada pelo Ministério Público

Federal, visto que havia indícios de que a Polícia Federal estava travando a entrada de haitianos no Acre. A ação tinha por objetivos o reconhecimento pelo governo brasileiro da condição jurídica de refugiados aos haitianos e a obrigatoriedade por parte do Estado brasileiro de lhes prestar auxílio humanitário. O estabelecimento de um número mínimo de vistos permitidos para a entrada de imigrantes haitianos no país levanta questões sobre o controle de fronteiras e sobre a problemática dos espaços de refúgio fronteiriços no século XXI.

Mesmo que as autoridades do Estado brasileiro não tenham considerado as fronteiras do Norte do Brasil (sobretudo em 2011/2012) como um acampamento de refugiados haitianos, as notícias veiculadas pela mídia no período acerca das movimentações políticas em busca de um posicionamento do governo pela definição da situação dos imigrantes sugerem que havia um tensionamento em torno da questão. Outro indicativo de que a situação na fronteira estava preocupante foi a tomada de decisão por parte do governo brasileiro em fornecer, em média, 100 concessões mensais para a emissão de “vistos por questões humanitárias”. Essas concessões podem ser entendidas como uma forma de “diques” de controle da circulação e de diminuição da pressão. Segundo Haesbaert (2011, p. 7), esse controle “pode se dar sob uma espécie de confinamento de redes, pela produção de circuitos isolados, sob a forma de barragem ou, como preferimos, de contenção territorial, com a construção de ‘diques’”. Desse ponto de vista, o Brasil estaria entre os países que participam do cenário conflituoso dos fluxos migratórios contemporâneos, tendo de lidar até mesmo com a pressão de consideráveis números de imigrantes nas fronteiras.

Antes de problematizar as razões para a escolha do estado de Santa Catarina, mais especificamente Joinville, como destino dos imigrantes haitianos e como espaço territorial simbólico privilegiado, apresentam-se conceitualmente as questões de espaço e lugar a fim de entender as imbricações entre a produção

de territórios imigrantes (materiais e simbólicos) e a noção de multiterritorialidade.

Há que se compreender uma cidade também em dimensão espacial, adotando a acepção de Santos (1978, p. 122), para quem “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”, visto que o espaço é sempre produção social no tempo. Crítico do capitalismo, Santos entendia o espaço como “o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total” (Santos, 1978, p. 171).

Os conceitos de território e espaço são diferenciados em Santos (1978): “A utilização do território pelo povo cria o espaço”, contudo ambos são relacionados à medida que um necessariamente pode criar o outro. Saquet e Silva (2008, p. 8), analisando território na concepção de Santos, afirmam: “O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. Já espaço “é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade” (Saquet; Silva, 2008, p. 9). O espaço carrega o significado histórico “como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções” (Santos, 1978, p. 122). Nesse sentido, é importante frisar que a noção de espaço está diretamente ligada à noção de tempo e sua materialidade se expressa na configuração de um ou dos territórios.

Também para Barbosa (2017b, p. 1-2), o espaço passou a ser visto “como lugar de relações vividas no tempo”. Espaço nessa perspectiva não se refere apenas a uma questão geopolítica, “mas como lugar de significações”. Para a autora, em uma análise

histórica, “é sempre espaço-tempo, seja porque as aberturas do presente em direção ao passado [...] indicam a transfiguração de um espaço em outro (o presente no passado); seja por ser o tempo ele mesmo um lugar”. Diante disso, é preciso compreender a “categoria espaço não como território físico, mas como significações da vida humana” (Barbosa, 2017b, p. 7). Ou seja, verificar como a construção histórica ajuda a responder a questões vitais de nossa existência relacionadas à origem e ao futuro.

A perspectiva dicotômica entre presente e passado, segundo Haesbaert, não dá mais conta de explicar o que vivemos hoje, um espaço-tempo fluido, em constante movimento, ou ainda esse “presente geográfico”, passado que se contrai e, ao mesmo tempo, aberto para múltiplos caminhos e que permite a “combinação de trajetórias que incorporamos no nosso presente” (Haesbaert, 2011, p. 1). Todavia Haesbaert (2011) ressalva que toda essa fluidez de espaço-tempo não escapa das estratégias do sistema capitalista nem das regras do mercado para efetivar suas ações com vistas a manter as desigualdades de direitos no que tange ao território.

Para a discussão sobre território, seguimos também os debates produzidos por Haesbaert (2005; 2007; 2011; 2016). O autor expande o conceito de território para além das definições político-administrativas e explicita a relação entre território e poder, não só o poder institucional e político, como também o poder no sentido simbólico de empoderamento daqueles que usufruem um mesmo ou vários territórios. Diante disso, o território passa a ser visto sob uma trama de imbricações entre o seu estatuto jurídico, político, econômico e os usos e apropriações simbólicas que se faz do espaço. Essa é a base teórica empregada pelo autor para a proposição das categorias “multiterritorialidades” e “multiterritorializações”.

A rigor, os processos de desterritorialização e de (re)territorialização, comumente utilizados para compreender a condição migrante, não deveriam ser vistos como tais, já que

territórios sempre estão necessariamente implicados com a ação e com os agenciamentos sociais, ainda que se refiram à fluidez e aos deslocamentos humanos. Para os imigrantes, por exemplo, territorialidade não depende na sua essência de território como conceito jurídico. Territorialidade envolve ação de territorializar-se, ou seja, ações de pertencimento. “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2016, p. 79).

A discussão de territórios e multiterritorialidade é assim apresentada por Haesbaert (2007, p. 32): “Territorializações efetivamente múltiplas – uma ‘multiterritorialidade’ em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios – rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários, como no caso de diásporas de migrantes”. Ou ainda, de forma mais clara, o autor conceitua multiterritorialidade: “A vivência, concomitante ou sucessiva, de múltiplos territórios na composição de nossa territorialidade” (Haesbaert, 2011, p. 3).

Compreendendo espaço-tempo como dimensões humanas inseparáveis produzidas por relações sociais, Haesbaert (2011) vale-se de Foucault (2008) para considerar que tais relações são necessariamente permeadas pelo poder. Por isso, essas relações têm implicações na definição de espaço e território. Sintetiza didaticamente três formas básicas de poder:

O (macro-)poder soberano, forjado fundamentalmente pelo Estado, no exercício da soberania, ou seja, no controle sobre seu território de jurisdição; o poder disciplinar, com toda uma “microfísica” que produz a disciplina a partir da normatização do tempo e do espaço a nível individual; e o biopoder ou poder sobre a vida, que se efetua através do homem visto enquanto “população”, em seu “meio” de circulação e reprodução como ser vivente, biológico (Haesbaert, 2011, p. 3).

Quer-se aqui destacar o biopoder como categoria de análise para as questões de pesquisa envolvendo o imigrante em si e toda a rede de biopoder desencadeada pelo Estado para deter o controle sobre a população imigrante.

Essas manifestações de poder não ocorrem separadamente; é preciso combinar as ações de controle sobre as fronteiras (controle ligado à soberania do território, com autorização de uma quantidade de entradas por mês, estabelecimento de segurança na fronteira) com a implantação da normatização do tempo e do espaço (documento para autorização de entrada no país, visto provisório ou permanente, cadastro no Ministério do Trabalho via carteira de trabalho) e com as estratégias de biopoder (registro no Sistema Único de Saúde – SUS – ou Sistema Único de Assistência Social – Suas), instâncias que podem controlar o corpo como doente ou saudável.

As migrações atuais, que são consideradas diásporas globais, constroem multiterritorialidades pelo mundo todo. Esses imigrantes acionam conexões dos mais variados territórios, tanto em âmbito local quanto global. Movimentam-se, tanto física quanto virtualmente (por suas transações bancárias transnacionais, por seu contato cotidiano virtual com o local de origem), em territórios-rede. Articulam, dessa forma, estratégias de hibridismo territorial, ora com suas próprias etnias, ora com outras nacionalidades.

Compreende-se que a imigração é um processo histórico e cultural complexo que, ao mesmo tempo que revela situações de extrema exclusão e violência, também desenvolve relações que promovem interações entre o imigrante e o local de destino. Nesse sentido, são trazidas reflexões feitas por Canclini (2015b), quando afirma ser necessário ir para além do conceito de *multicultural*, entendido como “justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação”, propondo então o conceito de *intercultural*: “A interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas” (Canclini, 2015b, p. 17). É fundamental entender que esses

dois termos significam formas diferentes de construir a vida em sociedade: “*Multiculturalidade* supõe aceitação do heterogêneo; *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (Canclini, 2015b, p. 17). A interculturalidade compreendida como um processo em que os tensionamentos que acontecem são explicitados e negociados ajuda a entender os processos migratórios atuais. Isso reforça o que diz Haesbaert (2016), que a imigração não implica simplesmente a desterritorialização, o sujeito imigrante está se territorializando o tempo todo, seja simbólica, seja geograficamente, produzindo, portanto, multiterritorialidades, de modo a afetar culturalmente a sociedade de recepção.

Também nas reflexões produzidas por Hall (2003, p. 47), as migrações são processos diaspóricos que levam ao hibridismo cultural: “A alternativa não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de ‘pertencimento cultural’, mas abarcar os processos mais amplos – o jogo da semelhança e da diferença” –, que, pelos processos das diásporas recentes, “estão transformando a cultura no mundo inteiro”.

Com base nas reflexões construídas em torno dos processos diaspóricos e da interação que necessariamente seus protagonistas fazem com o local de destino, passa-se a investigar os deslocamentos dos imigrantes haitianos para Santa Catarina, especialmente para a cidade de Joinville. O objetivo é entender como os haitianos narram sua condição imigrante e como a imprensa local narra tal presença. Pensando nesses atos comunicacionais, procura-se compreender as práticas de territorialização que os imigrantes desenvolvem no âmbito da cidade, tecendo no espaço urbano o que Certeau (1998, p. 191) chama de “lugares praticados”. Entre aqueles que superaram os processos burocráticos e degradantes das fronteiras de entrada no Brasil, a busca por um lugar territorial, seja ele garantido pelos estatutos jurídicos, seja simbolicamente adquirido pelo sentimento de pertencimento, estava apenas começando. O mapa de

deslocamento territorial dos imigrantes haitianos no país mostra que há uma rota de destino bastante sinuosa, incerta e distante. Os estudos evidenciam que Tabatinga (AM), Brasileia (AC), Epitaciolândia (AC) e São Paulo (SP) são as cidades que receberam o maior contingente de imigrantes haitianos, contudo a maior parte dos imigrantes não permaneceu nessas cidades, direcionando-se para municípios de outras regiões, como o Sul e o Sudeste.

Os dados demonstram que há um direcionamento que parte do Norte do país diretamente para estados do Sudeste e do Sul do Brasil. Também é possível verificar que entre o contingente que chega ao país pela via aérea há a permanência no estado de São Paulo ou deslocamentos para o Sul. Se considerarmos os quatro primeiros estados da federação que mais recebem imigrantes haitianos, um é do Sudeste (São Paulo) e três são do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). Assim, Sul e Sudeste totalizam aproximadamente 80% dos registros de haitianos que optam por esses destinos.

O estado de Santa Catarina é destaque, em segundo lugar, com o maior número de registro de haitianos (21,07%). Em 2014, um dado chama a atenção. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 6.357 dos 23.017 imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no país viviam em Santa Catarina, ou seja, mais de um quarto desse total (27,62%) (Dados [...], 2015). Essa escolha, entre outros motivos, pode estar impulsionada pela narrativa midiática que apresenta a região como “O Sul maravilha”⁵.

A pesquisa desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) em 2014 analisou a proporção de imigrantes haitianos por cidade de residência no Brasil, no período de 2010 a 2014. Em primeiro lugar no *ranking* destaque para São Paulo (SP), com 30% do total. No que diz respeito aos municípios de Santa Catarina, aparecem Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú e Chapecó. Joinville não está

⁵ A esse respeito, ver também: Souza (2014) e Thomé e Diogo (2014).

entre as principais cidades de destino identificadas pelo estudo, entretanto os dados cedidos pela Polícia Federal de Joinville⁶ apontam a existência de 2.280 haitianos documentados na cidade, representando percentagem significativa do total de haitianos documentados no estado de Santa Catarina, que é de 21,07% do total no Brasil. Os dados anunciados em reportagens no ano de 2015⁷ já indicavam esse contingente de imigrantes na cidade.

Nos dados acerca dos registros no Brasil, também se identifica em Joinville uma concentração de pedidos de regulamentação na Polícia Federal nos anos de 2015 e 2016. Como já dito anteriormente, pela legislação à época (em 30 de outubro de 2016), vencia a normativa que garantia aos imigrantes haitianos a documentação de “visto por questões humanitárias”. Tal fato pode explicar o crescimento vertiginoso da documentação oficial de permanência no Brasil e também em Joinville. Tal contingente de imigrantes torna-se significativo quando se leva em conta que, pelos dados do censo populacional de 2010, Joinville apresentava população total de estrangeiros de 1.366 pessoas (578 mulheres e 788 homens) (IBGE, 2015b), número muito inferior de imigrantes haitianos do que o registrado pela Polícia Federal em Joinville nos últimos cinco anos (2015-2019).

Segundo dados da Polícia Federal, no período de 2012 a 2016 o total de imigrantes haitianos registrados no país foi de 77.077. Destes, 21,07% registraram-se em Santa Catarina, o que representa 16.186 haitianos, dos quais 2.039 se registraram na cidade de Joinville, o equivalente a 2,65% do contingente registrado nacionalmente e 12,60% do contingente registrado no estado de Santa Catarina.

⁶ Informações obtidas por mensagem eletrônica do Serviço de Informação ao Cidadão, da Polícia Federal, em 2017.

⁷ Em maio de 2015, a prefeitura indicava 700 imigrantes haitianos na cidade de Joinville, e a Polícia Federal, mil (Estimativa [...], 2015). No mesmo ano, em agosto, entidades de movimentos sociais apontavam a presença de aproximadamente 3 mil haitianos. Esse cálculo levava em conta também os indocumentados (Mendonça, 2015).

Os motivos da escolha de Joinville como destino para os imigrantes haitianos não se relacionam apenas ao fato de a cidade ser identificada historicamente com o fluxo migratório. Nessa história de construção de uma identidade cidadina associada à construção de um território migrante, há especificidades simbólicas que podem ser apontadas no acolhimento desses imigrantes que se diversificam no tempo. A cidade é considerada a terceira maior do Sul do país e conta com um parque industrial diversificado e que apresenta nas últimas décadas desenvolvimento significativo no setor terciário (Saavedra, 2016; Prefeitura de Joinville, 2016). Do ponto de vista histórico e cultural, Joinville pode ser vista como uma “cidade migrante”, uma vez que ao longo de sua história recebeu expressivos contingentes migratórios nacionais e internacionais.

Com o intuito de apontar as práticas de espaço e a construção de multiterritorialidades/territorialização criadas/desenvolvidas pelos imigrantes haitianos que optaram por Joinville como destino, passa-se a analisar, em primeiro lugar, algumas narrativas produzidas pela imprensa local⁸ em que foram identificadas as práticas de ocupação do território por parte do imigrante. Vale ressaltar que a compreensão de território discutida aqui (como já apresentado anteriormente) é a de território como espaço simbólico. Em segundo lugar, problematizam-se algumas narrativas produzidas pelos próprios imigrantes advindas das entrevistas realizadas tendo como base a metodologia de história oral.

Referindo-se ao discurso jornalístico, Resende (2009, p. 32) reflete: “Talvez esteja na tessitura da narrativa a chance de nos havermos com as brechas que promovem os encontros”. Para ele, “os estudos sobre os meios de comunicação foram

⁸ Para este capítulo, optou-se por analisar três reportagens. A pesquisa para o desenvolvimento dos demais capítulos debruça-se na análise das matérias veiculadas pelo jornal *A Notícia* sobre a imigração haitiana para Joinville entre os anos de 2010 e 2016.

pouco atentos à problemática da relação, nos fazendo crer na assepsia de um processo que se realizaria em sentido de mão única” (Resende, 2009, p. 32), e não em uma ação permeada pelo autor, pelo texto e pelo leitor. Essa relação manifesta-se em “jogo de linguagem” e em interações dialógicas, no entanto é preciso ter claro que no processo comunicacional é “que se instalam os modos, os contextos e os sujeitos. Nesse sentido, o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo” (Resende, 2009, p. 33).

O jornalismo deve ser tratado, para Resende (2009, p. 36), como uma ação que “apropria-se da ideia de narrativas enquanto discurso”, porém isso é “uma problemática a ser enfrentada, haja vista as questões que este caminho suscita”. No entendimento do autor, faz-se necessário “problematizar aspectos relativos ao papel do jornalista e à questão das vozes que operam o discurso e dos sujeitos nele representados” (Resende, 2009, p. 36). É preciso levar em conta nessa análise “o caráter (que se pressupõe) dialógico do discurso jornalístico” (Resende, 2009, p. 36). O autor afirma que há historicamente, no jornalismo, uma forma autoritária de narrar os fatos com o agravante de se manter essa postura veladamente.

É preciso compreender a comunicação aqui, sobretudo aquelas produzidas pelas narrativas da imprensa, como um processo que reproduziu historicamente sistemas ideológicos. Ao longo da história, a formação e a transformação das ideias hegemônicas de dada sociedade deram-se pela comunicação. Fundamentado nas reflexões de Antonio Gramsci, Coutinho (2014, p. 15) afiança: “Todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional”. De acordo com o autor, “é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma determinada perspectiva” (Coutinho, 2014, p. 15).

Por conseguinte, devem-se pensar a mídia e seu papel histórico em relação às representações políticas sobre o sujeito imigrante. Segundo Coutinho (2014, p. 15-16), “é no terreno das ideologias – acionadas/mobilizadas pela comunicação – que se dá a constituição das subjetividades coletivas”. No processo para se alcançar a hegemonia em relação a uma ideia de mundo, recorre-se à “construção de um universo *inter-subjetivo* de crenças e valores” (Coutinho, 2014, p. 15-16). Significa realizar o convencimento, como diz o autor, pela “persuasão e o diálogo, a mediação da linguagem, o ‘tornar comum’ da práxis interativa comunicacional” (Coutinho, 2014, p. 16).

No conjunto das reportagens pesquisadas, algumas narrativas jornalísticas dão ênfase ao imigrante como desterritorializado: “Passados mais de cinco anos do terremoto que arrasou o Haiti, em janeiro de 2010, eles continuam chegando” (Estimativa [...], 2015). Aqui o terremoto é anunciado como o acontecimento que fez o haitiano perder seu território e ainda buscar um novo espaço para viver. O texto em questão anuncia todos os imigrantes como “refugiados por questões humanitárias”, não levando em conta outros motivos para o processo.

A mesma reportagem afirma: “O número de refugiados haitianos em Joinville cresce pacífica e silenciosamente” (Estimativa [...], 2015), desnudando o que se espera do imigrante em seu novo território, que se comporte de forma pacífica e principalmente silenciosa. Nesse caso, parece existir uma cristalização do estereótipo em relação ao “refugiado”. Este seria sempre a ameaça, o inimigo e o causador da violência. Há ainda referência no texto ao fato de que “a maioria dos adultos trabalha ou estuda e praticamente não há qualquer incidente registrado envolvendo os refugiados” (Estimativa [...], 2015).

O sentido clássico atribuído ao imigrante como trabalhador (Sayad, 1998) é reforçado na narrativa jornalística, quando destaca a fala de uma autoridade responsável pelo acolhimento do imigrante na cidade: “O que se percebe é que eles chegam e logo

começam a trabalhar, estudar' (Jocélio Narciza, responsável pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)" (Estimativa [...], 2015).

Em outra reportagem e na perspectiva de relacionar o imigrante ao trabalho, Branco (2015) reproduz outra fala representativa do setor de contratação da mão de obra imigrante na cidade de Joinville: "Os haitianos são comprometidos, organizados e mantêm bom relacionamento com os colegas de trabalho', afirma Valentin Moresco, coordenador de seleção da RH Brasil". A narrativa produzida em torno do imigrante escamoteia qualquer tensão envolvendo o processo migratório e a presença do imigrante na cidade. Diz o representante do empregador: "Os haitianos chegam com vontade de trabalhar e valorizam as oportunidades que são oferecidas. 'Fazemos um acompanhamento após a contratação e não recebemos *feedbacks* negativos. Os haitianos são bem aceitos e à medida que surgem as vagas de trabalho, eles são empregados" (Branco, 2015). Haja vista o texto afirmar que não há "*feedbacks* negativos", reforça-se o mito da cordialidade entre os imigrantes e os trabalhadores locais, e, ao afirmar que "são bem-aceitos", dissimula-se a existência de preconceito em relação ao haitiano.

Assim como reproduz a fala do agente público e do empregador sobre os imigrantes, a narrativa jornalística traz para referendar seu conteúdo a fala do próprio imigrante: "Os haitianos demonstram gratidão ao país e à cidade que os acolheu. 'Joinville é pequena e tranquila, bom para morar' [...], declara Jean Michelet Louis, que está no país há pouco mais de um ano e diz que se sente feliz em morar no Brasil" (Branco, 2015). Há na fala reproduzida pelo jornal um conceito do que seria um espaço ideal, uma cidade para morar. "Pequena e tranquila" é quase poética, ou melhor, uma definição bucólica de cidade, o que não representa exatamente uma cidade com mais de 500 mil habitantes e que possui altos índices de criminalidade⁹.

⁹ Sobre isso, ver: Saavedra (2017), Nunes (2017), Balbinotti (2017) e Evarine (2016).

Sobre o acolhimento no novo território, a matéria destaca a solidariedade do povo da cidade e afirma: “Com esse auxílio, os haitianos não pensam em deixar a cidade e confiam que no Brasil, e em Joinville, não lhes faltará um lugar para chamar de novo lar. Nessa perspectiva [...] na cidade dos príncipes, os haitianos encontram condições dignas para recomeçar a viver” (Branco, 2015). Narrativa simbólica forte que retoma um mito fundador da cultura local e procura se aproximar dos imigrantes haitianos advindos de Porto Príncipe: “Joinville, a nova cidade dos príncipes do Haiti”¹⁰. Imbricações entre o local e o global, aproximações entre o imaginário de dois cidadãos: o joinvilense e o haitiano, possibilitando a criação de supostos espaços simbólicos coletivos. Contudo a narrativa não contempla em tempo nenhum os tensionamentos que necessariamente se desenvolvem durante o jogo pela ocupação do território.

A reportagem intitulada “Aprenda a se comunicar com os haitianos em crioulo” (Junges, 2015a) analisa uma das territorialidades instituídas pelos imigrantes haitianos na cidade. O entrevistado é uma liderança da Igreja Católica chamada Padre Luca, imigrante haitiano, que explicita uma ação em que a comunidade é convidada a participar do movimento de inclusão do imigrante haitiano na cidade por intermédio do aprendizado de algumas expressões em crioulo (dialeto haitiano). Na matéria consta a afirmação: “Os grupos são fechados. Focados no trabalho, nos problemas do dia a dia. [...] É comum encontrá-los em grupos de quatro ou cinco pessoas, buscando juntos soluções para problemas simples” (Junges, 2015a). A narrativa jornalística destaca o fato de que os haitianos, “mesmo não tendo qualificação específica para o setor, estão dispostos a dar o máximo” (Junges, 2015a).

¹⁰ No capítulo 4 a questão é aprofundada quando da análise de reportagem localizada no site *MigraMundo*, de 12 de janeiro de 2015, intitulada “Joinville, a nova cidade dos príncipes do Haiti”, de Glória Branco (2015).

Nessa última afirmação duas questões podem ser problematizadas. A primeira vai ao encontro do que diz Sayad (1998): o imigrante é sempre associado ao trabalho e é para isso que existe. A segunda questão está ligada a outro estereótipo sobre o imigrante: é sempre sem qualificação, desconsiderando que muitos haitianos já possuem curso superior ou técnico de nível médio.

Outra narrativa fundamental para compreender a produção de multiterritorialidade é a do próprio imigrante haitiano, que ao narrar seu percurso para chegar ao local de destino elabora os territórios percorridos e “fabricados” durante seu processo de imigração. Para Barbosa (2017b, p. 7-8), “a narrativa histórica introduz na trama textual a espacialidade dos tempos de outrora, isto é, a espessura de um tempo como espaço de possibilidades, mas que só existe na trama narrativa”. Pela narrativa se abrem “janelas em direção a um espaço-tempo” em que “o presente se direciona para o passado”, permitindo ao narrador deslocar-se “do presente ao passado, de um espaço ao outro” (Barbosa, 2017b, p. 7-8).

Por meio das narrativas produzidas pela metodologia da história oral, narrativas “criadas no encontro entre o historiador e narrador” (Portelli, 2016, p. 9), problematizam-se os sentidos e significados acerca dos deslocamentos e das territorializações produzidos pelos imigrantes haitianos¹¹.

Optou-se, primeiramente, por analisar a narrativa advinda da entrevista realizada com o imigrante haitiano Roland Lanfront¹²

¹¹ Faz-se necessário esclarecer que a opção desta obra foi pela transcrição literal das entrevistas orais dos imigrantes haitianos, preservando sua expressão linguística de forma a ser possível problematizar seus esforços com a língua local, bem como as estratégias utilizadas para se fazer entender (a mistura com a língua espanhola, por exemplo). No decorrer da escrita, quando houve necessidade, foram feitos esclarecimentos acerca de alguma expressão/palavra que possa ter ficado inteligível.

¹² Imigrante haitiano, 36 anos, estudante do segundo ano do curso de Design da Univille (em 2016, momento da entrevista). Roland saiu do Haiti e morou um ano e meio na Venezuela antes de vir para o Brasil. Em 2019 Roland concluiu seus estudos na universidade.

(2016), que expressou o seu entendimento sobre o que significa *território* e como constrói sua vivência em multiterritorialidades. Uma referência importante para o nosso entrevistado diz respeito ao domínio da língua local como forma estratégica para fazer parte do lugar. No entanto, mesmo estando ciente disso, relatou que tanto na Venezuela, onde esteve antes de vir para o Brasil, como aqui utiliza dois idiomas para se fazer entender e, até mesmo, conquistar seu espaço no mundo do trabalho¹³. No que concerne ao momento em que pleiteou uma vaga de trabalho em uma empresa local, ele diz: *“Naquele momento eu não sabia muita coisa de português, mas eu arrumei um jeito mais fácil pra fazer... Respondi em espanhol [...]. Eu misturei os dois, as palavras em português que eu sabia e espanhol”* (Lanfront, 2016). A estratégia de caminhar por dois idiomas para se fazer entender pode significar clareza quanto à necessidade de negociações linguísticas para a conquista de espaço no novo território.

Quando perguntado sobre como está sendo viver na cidade de Joinville, com características de colonização germânica, ele imediatamente responde: *“Eu tenho capacidade muito grande para se acostumar”*. Há nessa afirmação uma imensa demonstração de resiliência e de adaptação. Ele segue: *“Porque sou um haitiano e eu sempre falo: [...] sou um cidadão do mundo. Por isso, eu deveria ter uma capacidade de se adaptar muito grande”* (Lanfront, 2016). Na profundidade de sua reflexão, apresentam-se questões muito pertinentes para a discussão das vivências das multiterritorialidades. Considerar-se um cidadão do mundo dá ao indivíduo o direito de estar presente em qualquer território, de disputá-lo para si como pertencendo àquele lugar e ao mundo, contudo o entrevistado segue refletindo no tocante a sua condição e transparecendo os tensionamentos vivenciados como imigrante: *“Na Venezuela e aqui dá [...] muito certo [...] é bom e é ruim”* (Lanfront, 2016).

¹³ Quase todo imigrante haitiano é bilingue e fala fluentemente crioulo e francês ou crioulo e inglês (Junges, 2015b).

Em sua narrativa, Lanfront (2016) explicita que encontrou na universidade¹⁴ um espaço para o fortalecimento de sua identidade e de seus sonhos como imigrante, um território no sentido de vivências simbólicas. Para elucidar a importância da universidade como espaço de pertencimento, o haitiano confessa: “*Quando estou aqui estudando é a melhor coisa que estou fazendo, me sinto bem. É só chegar aqui. Eu não preciso entrar em sala. Só chegar aqui, sentar ali* [apontando para um espaço de convivência de estudantes], *já deu pra mim*” (Lanfront, 2016). Ou seja, a construção de um lugar para si, de um território, pode estar ligada à compreensão de um lugar de pertencimento que tanto pode estar associado a um lugar físico quanto a um lugar simbólico, como afirma Haesbaert (2005). Percebe-se que o entrevistado, ao enunciar as suas aspirações acerca da educação, rompe com a ideia do imigrante como a personificação da força de trabalho.

Os deslocamentos humanos de grande porte, como os ocorridos no mundo contemporâneo, sugerem que o processo de imigrar está diretamente relacionado a uma rede de sociabilidades que aponta o melhor lugar, entendido aqui como aquele que possibilita o estabelecimento do imigrante e as condições necessárias para a sua sobrevivência. Na maioria das vezes, essas condições estão ligadas ao trabalho. A escolha do lugar de destino está imbricada com informações recebidas de uma rede de contato instituída com outros imigrantes. Nesse sentido, a memória do processo migratório é sempre coletiva, impulsionada também pelas lembranças de outros. Forma-se nesse percurso

¹⁴ Assim como Lanfront, outros haitianos têm encontrado na Univille um espaço de vivência de suas experiências. No ano de 2017, a instituição contou com mais um aluno haitiano (no curso de Administração); em 2018 dois alunos haitianos iniciaram seu percurso no ensino superior na Univille (um em Psicologia e outra em Direito); e no ano de 2019 ingressou uma aluna em Comércio Exterior. Outro espaço de vivência tem sido construído pelas ações de extensão desenvolvidas por alunos e professores. Em 2016 e 2017 o grupo de imigrantes haitianos participante foi ligado à Associação dos Imigrantes Haitianos de Joinville. Nos anos de 2018 e 2019 as ações de extensão estenderam-se a crianças e adolescentes haitianos matriculados na rede estadual de ensino na cidade.

uma rede memorável, em que uma lembrança individual é capaz de provocar múltiplas memórias coletivas.

Outra metodologia importante para apreender a experiência do processo de imigração vivido pelo sujeito imigrante é o grupo focal. Optou-se por convidar um grupo de imigrantes para uma conversa inicial em que fosse possível dialogar sobre o ser imigrante e as razões que os trouxeram ao Brasil. Segundo Kotzinger e Barbour (*apud* Barbour, 2009, p. 21), “qualquer discussão de grupo pode ser chamada de grupo focal, contanto que o pesquisador esteja ativamente atento e encorajando às interações do grupo”. É crucial que aconteça a interação entre o grupo, e não apenas a interação com o pesquisador. Os grupos focais têm sido utilizados como uma metodologia de pesquisa dialógica, permitindo a produção conjunta de conhecimento, envolvendo os sujeitos de pesquisa como produtores de novos saberes.

No caso das memórias que surgem e que são narradas durante o grupo focal, há entre os participantes o acionamento coletivo de suas lembranças. Um produz a referência de que o outro necessita para narrar sua história. Tecem juntos a narrativa de sua diáspora, constroem coletivamente os argumentos que justificam sua saída do Haiti e a escolha pelo lugar de destino.

Para este momento de análise, utilizou-se parte das memórias produzidas pelo grupo focal¹⁵ com imigrantes haitianos reunidos pela Associação Imigrantes Haitianos de Joinville¹⁶. Provocado pelas questões de pesquisa, o grupo narrou coletivamente suas experiências como imigrantes contemporâneos. Não se trata apenas de focar no caráter subjetivo e individual da memória, mas de problematizar o caráter coletivo de uma lembrança que unifica um grupo social.

A fala de Shiller Pierre (2016) está carregada de um esforço de elaboração para compreender o que é ser imigrante: *“Eu tô tentando entender o que é ser imigrante [...]. Imigrante, no Brasil, vamos dizer, no Joinville, eu acho que é bom!”*. A narrativa infere que há uma localização territorial que pode significar diferenças entre ser imigrante aqui *no Joinville* ou em outras partes do mundo. Diz Pierre (2016): *“A pessoa chegar e o país atender, atende nós com tranquilidade. Daí, tem país que você chegar e que vai mandar você de volta para o teu país, né? Vai mandar de volta. Com aqui a gente chegar e isso não acontecer”*.

A mídia tem divulgado com muita ênfase nos últimos meses tanto posicionamentos extremados do governo dos Estados

¹⁵ Esse grupo focal foi reunido no dia 2 de julho de 2016, na Associação de Moradores do Comasa do Boa Vista, em Joinville, e tinha por objetivo ampliar nossa aproximação com os imigrantes haitianos que no decorrer da pesquisa seriam entrevistados para narrarem suas histórias de vida. Foi mediado pela pesquisadora e professora da Univille Sirlei de Souza e teve a participação de mais dois pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, bem como de duas alunas bolsistas do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) do curso de Direito da universidade. Estiveram presentes no grupo focal seis imigrantes haitianos: Whistler Ermofils, Schirller Pierre, Alcide Lifort, Emmanuel Pierre, Serge Fortilus e Maxi Olmy.

¹⁶ A Associação Imigrantes Haitianos de Joinville foi fundada em 11 de novembro de 2015, com a presença de mais de 120 imigrantes haitianos. É coordenada por Whistler Ermofils. A instituição tem como objetivos integrar e dar assistência aos imigrantes haitianos de Joinville e região. Nesse sentido, realiza ações que visam melhorar as condições de vida dos seus associados e integrá-los à comunidade, conforme informou seu presidente. Seus membros reúnem-se com frequência na Associação dos Moradores do Comasa do Boa Vista, onde encontraram na parceria com a direção dessa associação um espaço físico e político para a sua organização e articulação.

Unidos e de vários países da Europa em relação à entrada e permanência de imigrantes/refugiados em seus territórios quanto situações de violência e desespero envolvendo imigrantes no mundo todo. Diante desse cenário geopolítico, o Brasil mostra-se como um país acolhedor aos olhos de Pierre (2016)¹⁷.

Ao longo do processo de diálogo do grupo, os imigrantes foram produzindo outros fragmentos de memória no tocante a sua condição migrante. O espaço de conversa permitiu um ambiente propício para que elaborassem e reelaborassem o significado da imigração. Coletivamente, encontraram argumentos e produziram narrativas afetivas e, sobretudo, políticas sobre o processo histórico da imigração haitiana. Pela memória impulsionada de forma coletiva, produziram elos entre o passado e o presente e visualizaram o futuro, atribuindo significados para o processo migratório:

De repente eu deixo a minha mãe [...]. Meus amigos, o costume do meu país, e depois para se adaptar com um outro costume. Quando eu cheguei aqui, eu vivia com... É. Com o coração apertado, verdade. Com muito tristeza no meu coração. Isso foi horrível (Pierre, 2016).

Na perspectiva da memória como produção coletiva, Bosi (1994, p. 54), apropriando-se das reflexões de Halbwachs, afirma: “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Evocando ainda Halbwachs e o caráter livre da memória, enfatiza que, “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1994, p. 55).

¹⁷ Em 2016, quando o grupo focal foi realizado, o Brasil ainda apresentava uma postura de governo aberta à chegada e permanência de imigrantes em solo brasileiro. No ano de 2019, o cenário sofreu alterações, como se verá no capítulo 4.

Outro imigrante haitiano, Serge Fortilus (2016), segue as reflexões feitas por Pierre (2016) e elabora em sua narrativa vários significados para o ato de imigrar:

Por exemplo, podemos ter uma pessoa que sai de lá para, como? Para procurar trabalho, para ajuda da família. Mas tem outro. Tem outro que tá procurando uma saída para estudar. Tem outra pessoa que está procurando o quê? Uma tranquilidade. Por quê? Temos que falar disso. Eu estava trabalhando bem, na universidade. Eu tinha, não como rico. Mais ou menos [risos], tinha uma vida. Mas estar no Brasil não é porque estava morrendo. Não... Mas isso depende da situação. Imigrar não significa que o país, ou a pessoa, está passando mau momento. Imigrar, a pessoa, pode ser que a pessoa está procurando tranquilidade. Tranquilidade econômica. Tranquilidade, como posso falar? Política. Isso é tudo o que está acontecendo [o conjunto].

Nessa narrativa o imigrante explicita, de forma extraordinária, as múltiplas razões para os deslocamentos contemporâneos. Posiciona o imigrante como sujeito capaz de realizar escolhas e de definir seu destino. Desse modo, retira-o da condição histórica de vítima e coloca-o na perspectiva de sujeito:

Não estou falando para toda gente, não. Como falei: podemos ter até cinco categorias de pessoas. O que está procurando estudar. Que está à procura de um emprego. Que está procurando tranquilidade política... E há pessoas também que gostam de viajar (Fortilus, 2016).

Também Pollak (1989, p. 3) recorre a reflexões de Halbwachs sobre a importância da memória coletiva para “reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza de ‘comunidade afetiva’”. O sujeito mobiliza um conjunto de referências para lembrar, aciona uma rede de conexões que o remete a relações e interações com o passado a ser revisitado.

A memória que emerge coletivamente se transforma em uma prática discursiva e toma forma de discurso político de

defesa de valores muito caros para os haitianos. Na reunião com a Associação Imigrantes Haitianos de Joinville, sua narrativa é significada como um testemunho em um espaço público; é o imigrante colocando-se como sujeito do processo narrativo. No decorrer do diálogo, outro imigrante, Maxi Olmy (2016), enfatiza:

Mas, na verdade, ser imigrante significa que tem que ter coragem, mesmo. Sair do país natal, para vir viver no outro país, como o Schiller já falou, com outra cultura, com muitas dificuldades, fica muito complicado, tem que ter coragem mesmo. É, na verdade... Eu sou imigrante, mas como em todo país do mundo, tem, eu sou feliz mesmo, por isso, porque tudo os nação do mundo tem imigrante no outro país, em todo país do mundo...

Já no que diz respeito aos documentos para adentrar no mundo do trabalho, Pierre (2016) afirma: “*Porque, quando você vai precisar trabalhar, tem que... é... Precisa carteira de trabalho. Então, esse documento, a gente não tinha dificuldade pra tirar esse documento*”. Evidenciando o que estudou Sayad (1998), o imigrante é considerado apenas em caráter produtivo, e referendando mais uma vez o autor sobre a condição de transitoriedade do imigrante, diz Pierre (2016): “*Eu posso chegar aqui, ser imigrante aqui no Brasil. Talvez, eu vou querer ser imigrante do outro país*”.

O diálogo fez compreender que as motivações para migrar são inúmeras e têm diferentes significados para cada imigrante. Nesse percurso, fatores históricos, sociais, políticos e de caráter subjetivo emergiram para dar conta de explicar o processo da diáspora haitiana. O imigrante não vive mais em sua terra natal, contudo ele lembra e relembra seu país de origem e mantém relação com aqueles que lá ficaram. As narrativas produzidas sugerem que ações de recusa e/ou experiências de pertencimento fazem parte do mesmo jogo na disputa por ocupação de espaços territoriais.

Capítulo 2

Imigração e tramas cotidianas: percursos e narrativas



Aqui o objetivo é aprofundar os percursos dos imigrantes haitianos para Santa Catarina, os motivos que os levaram a escolher Joinville e suas inserções no espaço urbano, ou seja, como eles se apropriaram e se apropriam da cidade, como tecem laços de pertencimento em relação a ela e como lidam com as tensões e disputas no processo de reterritorialização.

Na primeira parte do capítulo, usam-se fontes da imprensa e dados estatísticos, procurando visualizar (cartografar) os caminhos da imigração haitiana no Brasil e, especialmente, para Joinville, mapeando sua presença no território urbano. Ainda nessa primeira parte, problematizam-se os jogos discursivos que colocam em pauta os estigmas atribuídos à imigração e aos imigrantes e os papéis a eles relegados na cena urbana. Na segunda parte, o desafio é ir além da cartografia elaborada pela imprensa e por diferentes instituições, ou seja, conhecer os

percursos migratórios com base nas experiências narradas pelos próprios imigrantes.

Como método de pesquisa para problematizar tais questões, optou-se pela utilização da cartografia, cuja tarefa é “dar língua para afetos que pedem passagem” (Rolnik, 2016, p. 23). Entende-se que pela metodologia da história oral isso é possível na medida em que se podem compreender as narrativas migrantes, histórias (co)movedoras que trarão à tona os percursos da trajetória migrante e a complexidade da vida no local de destino (Thomson, 2002). A reflexão dessas questões dar-se-á à luz de conceitos como o de “lugar praticado”, de Certeau (1998), e de multiterritorialidades, de Haesbaert (2007; 2011; 2016). Já como suporte para as discussões envolvendo as narrativas jornalísticas e a construção de sentidos, a investigação aproxima-se de Sodré (2012a), Resende (2009) e Motta (2013).

Pretende-se compreender as estratégias estabelecidas pelos imigrantes para a definição dos seus percursos, os deslocamentos imigratórios no território brasileiro, o motivo de preferir Joinville como um dos lugares de destino, além de, por outro lado, como se desenvolvem as relações entre os imigrantes e a sociedade local, incluindo o poder público, e como tudo se articula em relação a essas novas personagens, acolhendo-as ou não na cena urbana.

No entendimento de Bauman (2017, p. 9), o fenômeno da migração tem feito parte da vida humana moderna, “embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção”. Para o autor, esse sistema sobrevive do fato de produzir “pessoas redundantes”, nominadas do ponto de vista econômico local como “inúteis, excessivas ou não empregáveis”; ou ainda do ponto de vista político das elites locais como “intoleráveis, rejeitadas por agitações” (Bauman, 2017, p. 10), e esses conflitos são marcados por lutas locais de poder. Mesmo olhando para o grande contingente de refugiados que chega à Europa, os “estranhos à nossa porta”, como se refere Bauman (2017), não se trata de um

fenômeno local nem temporalmente isolado, e “é improvável que a migração em massa venha a se interromper, seja pela falta de estímulo, seja pela crescente engenhosidade das tentativas de sustá-la” (Bauman, 2017, p. 10). Um dos principais problemas que afetam as pessoas que migram ou que estão em condição de refúgio diz respeito à estigmatização do próprio ato de migrar e, por extensão, dos atores desse ato, migrantes e refugiados. Segundo Bauman (2017, p. 10), são pessoas envoltas por “um conjunto de crenças negativas e frequentemente injustas”, e tal conjunto pode ser reforçado e amplificado em conjunturas específicas.

No caso dos imigrantes haitianos no Brasil, isso também pode ser perceptível. Há algum tempo dois episódios reproduzidos pela mídia nacional e internacional deram a dimensão desse estigma. O primeiro deles envolve Luciano Huck, apresentador de um programa de entretenimento da Rede Globo de Televisão. O comunicador fez uma viagem ao Haiti em 2016, e o resultado foi apresentado em seu programa Caldeirão do Huck. Ainda no curso de sua vivência naquele país, resolveu escrever para um jornal brasileiro sobre o que viu, ou melhor, sobre o que sentiu ao ver a situação do Haiti. Destaca o seu contato com um menino que “brincava no meio do esgoto, descalço, na companhia de três ou quatro porcos que faziam o mesmo” (Huck, 2016). Próximo ao menino, estava a mãe dele, que cozinhava “uma sopa na qual nem os porcos pareciam interessados” (Huck, 2016). Naquele cenário de carência de tudo, diz ainda que “curiosamente” não via ratos nem urubus, pois, “como não tinham ‘donos’, os exemplares dessas aves devoradoras de lixo e os roedores da região já foram comidos pela população” (Huck, 2016). Para realçar ainda mais a gravidade daquela situação, o apresentador esclarece ao leitor que não estava “nos sertões africanos, onde a miséria toma conta de boa parte do território continental” (Huck, 2016). Desde 2010, quando o Haiti foi atingido por um terremoto, afirma ele que “aqui nada foi reconstruído. Começando pela dignidade humana” (Huck,

2016). Enfim, sua estada no Haiti e o contato com os haitianos convenceram-no de que “a humanidade não deu certo” (Huck, 2016).

Por mais que se considere que no momento da escrita o apresentador estava tomado por emoções extremas, o fato é que seu texto constrói e estimula imagens e imaginários povoados por estereótipos atribuídos tanto a certas regiões e localidades quanto aos imigrantes que provêm dessas áreas. Os imigrantes haitianos no Brasil não poderiam ser tomados, então, como seres brutalizados pela situação do Haiti? Não lhes recai a imagem de que são seres a quem foram negados os meios para se realizarem como humanos? Não se tratava de gente que, pelas circunstâncias dramáticas, havia se tornado predadora de ratos e urubus?

O fato gerou forte repercussão nas redes sociais, impulsionada sobretudo pelo vídeo gravado pelos imigrantes haitianos¹. As reações foram rápidas e contundentes em repúdio ao enfoque dado pelo apresentador à situação do Haiti², exigindo de Luciano Huck uma mobilização para amenizar os efeitos de sua abordagem e recompor sua imagem perante o público.

O segundo episódio diz respeito a uma declaração atribuída ao então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em que teria se referido ao Haiti e a outros países da América Central e da África como “buracos de merda” (Não [...], 2018). A mídia internacional divulgou também declarações da Casa Branca em que o presidente confessa ter usado “palavras duras”, mas nega ter dito aquilo que foi publicado (Welle, 2018; Trump [...], 2018). Segundo o portal *Globo*, o presidente estadunidense teria afirmado “que nunca falou nada ‘depreciativo’ sobre os haitianos além do fato de que o Haiti é, ‘obviamente’, um país pobre e turbulento” (Não [...], 2018). Utilizando ou não termos chulos, o caso também explicita

¹ Para assistir ao vídeo gravado pelos haitianos, ver: Resposta [...] (2016).

² Sobre repercussão, ver: Haitianos [...] (2016) e Falcão (2016).

como os processos migratórios e os imigrantes são alvo de estigmas que intensificam preconceitos e, sobretudo, naturalizam, ou melhor, essencializam atributos sociais e culturais.

O Haiti, é preciso lembrar, é um país cuja colonização promoveu a escravização de indígenas e de amplos contingentes de africanos. Politicamente, foi dominado por Espanha, França e Estados Unidos. Inspirado pelos ideais da Revolução Francesa e após uma grande guerra civil, teve sua declaração de independência definitiva em 31 de dezembro de 1803, e seu primeiro governante foi Jean Jacques Dessalines. Após várias alternâncias de poder e economicamente muito fragilizado, o Haiti sofreu intervenção norte-americana, entre 1905 e 1941. Em 1957 assumiu o poder François Duvalier, conhecido como Papa Doc. Além de exercer uma ditadura, o governante ainda promulgou uma nova constituição, dando-lhe mandato vitalício. Após sua morte, tomou o poder seu filho conhecido por Baby Doc. A era Duvalier somente terminou com um golpe militar nos anos 1980, porém o processo de redemocratização ocorreu apenas em 1990, com a eleição de Jean-Bertrand Aristide, que foi presidente em 1991, de 1994 a 1996 e novamente de 2001 a 2004, derrubado anos depois por um novo golpe militar. Aristide retornou ao poder com a ajuda dos americanos, contudo novamente teve de abandonar o cargo e fugir para a África. Em 2010, assumiu o poder Michel Martelly, com o desafio de reconstruir o país após o terremoto de 12 de janeiro daquele ano (Francisco, 2018)³. Portanto, a estigmatização do local e dos haitianos, especialmente por parte de Trump, esvazia a historicidade das questões políticas e econômicas enfrentadas atualmente pelos haitianos que vivem dentro ou fora do país.

Para além disso, como afirma Bauman (2017), o mundo da vida produz movimentos que desafiam as nossas fronteiras físicas e ideológicas. Nessa direção, interessa investigar as razões e as

³ Vale a pena ler o livro *A ilha sob o mar*, de Isabel Allende (2010), que de maneira envolvente conta a história da independência do Haiti.

trajetórias pregressas e presentes dos haitianos levando em conta não apenas as narrativas que provêm de órgãos de comunicação, do poder instituído ou da academia, como também dos próprios haitianos e haitianas. Após o terremoto de 2010, o deslocamento dos haitianos para o Brasil ocorre da República Dominicana (por via aérea) ao Equador ou ao Peru, já que até 2012 esses países não exigiam visto de entrada (IMDH, 2012). Ao Brasil chegavam por terra ou ainda pelos vários transportes fluviais existentes nas fronteiras; em 2019 chegam em menor quantidade. Cidades como Tabatinga, Assis Brasil (AC) e Brasileia são os principais pontos de entrada. Outros imigrantes entram pela fronteira da Região Centro-Oeste, com destaque para Corumbá (MS), ou ainda por via aérea, pela capital São Paulo.

Ao chegar ao Brasil, a maior parte dos haitianos não permanece nas regiões de fronteira; desloca-se para as regiões Sudeste e Sul do país. O estado de Santa Catarina é o segundo destino mais escolhido entre os imigrantes haitianos no período 2014-2019 (Número [...], 2016). Conforme Magalhães (2017 *apud* Lauretti, 2017), a escolha por Santa Catarina pode ser explicada, em parte, pela ação de empresas de recrutamento de recursos humanos desde 2010 em relação aos haitianos que adentram no país. Quanto ao recrutamento desses trabalhadores, o autor declarou que o processo se iniciava nas fronteiras do Norte ou do Centro-Oeste do país, ou ainda em São Paulo: “Empresas do Brasil inteiro estavam presentes, mas sobretudo as da construção civil, de serviços portuários e de limpeza urbana do Sul do Brasil, setores caracterizados por uma alta rotatividade da força de trabalho” (Magalhães, 2017 *apud* Lauretti, 2017).

Quando é citado o Sul do Brasil, há índices de desenvolvimento socioeconômico que se destacam, sobretudo em Santa Catarina. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,774. Ou seja, no *ranking* dos estados brasileiros, fica atrás somente do Distrito Federal e de São Paulo. Contudo é importante dizer que tal índice varia conforme a região do estado.

Enquanto cidades do litoral e do norte, como Florianópolis (0,847), Balneário Camboriú (0,845) e Joinville (0,809), ou ainda do oeste, como Joaçaba (0,827), apresentam índices muito satisfatórios para a média nacional, municípios menores do sul, do planalto norte e da área central, como Campo Belo do Sul (0,641), São José do Cerrito (0,636), Vargem (0,629), Calmon (0,622) e Cerro Negro (0,621), exibem índices preocupantes de qualidade de vida (IBGE, 2018a; Thomé, 2015).

Supondo que grande dos imigrantes haitianos procurou se estabelecer nas regiões com maior índice de emprego, de oferta de infraestrutura e de serviços públicos, também os indicadores de melhor qualidade de vida intervêm nas escolhas por essas localidades. A exemplo disso, Joinville ocupava em 2015, período inicial da crise econômica, a posição número 187 de taxa de ocupação em rendimento *per capita* no quadro geral de municípios.

Por outro lado, alguns jornais revelam que a escolha por Santa Catarina tem a ver com a imagem e as publicidades positivas que a mídia veicula sobre a Região Sul. Aqui, o objetivo é entender se e de que maneira as narrativas da imprensa influenciaram os imigrantes haitianos em optar por Santa Catarina como destino.

Para melhor compreender essa possível influência, optou-se por utilizar o método cartográfico de análise e seguiram-se as pistas, que, segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2015, p. 13), “são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa”⁴. Acompanharam-se as trilhas abertas pelas narrativas de imprensa, tanto aquelas notícias veiculadas nacionalmente sobre o Sul do Brasil (mais especificamente o estado de Santa Catarina) quanto as

⁴ Na publicação de Passos, Kastrup e Escóssia (2015), os autores organizam com base em inúmeras produções científicas oito pistas do método da cartografia para utilizar na prática de pesquisa.

reportagens locais que enfatizam as condições supostamente adequadas para o estabelecimento dos imigrantes. Dessa forma, as narrativas jornalísticas elaboram um enredo em torno do lugar ideal para os imigrantes e produzem um desejo de pertencer àquele lugar. Essa espécie de cartografia do espaço engendrado como ideal para o imigrante é vista como uma trilha, mesmo que por vezes se coloque, por sua força midiática, como um trilho a ser seguido pelos recém-chegados ao país.

Para Rolnik (2016, p. 23), “a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem”. Para a autora, assim como as narrativas jornalísticas pesquisadas e que serão problematizadas a seguir, “as cartografias vão se desenhando ao mesmo tempo (e indissociavelmente) em que os territórios vão tomando corpo: um não existe sem o outro” (Rolnik, 2016, p. 46). Nas narrativas jornalísticas analisadas, o lugar ideal para o imigrante viver (no caso, o Sul do Brasil) é construído de diversas variáveis, que levam em conta o desejo do imigrante e engendram questões materiais, sociais e simbólicas.

Dessa perspectiva, ganha importância a análise das narrativas da imprensa, seguindo a afirmação feita por Resende (2009, p. 33) quando explicita que “o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo”. A narrativa jornalística pode ser vista como “a ideia de que os atos de fala, para além da mera realização de uma ação, se constituem das intencionalidades” daqueles que o fazem (Resende, 2009, p. 32), ainda que estejam abertos a diferentes possibilidades de compreensão de dada realidade. Contudo as reportagens e notícias “recontam e criam sentidos” sobre as experiências vividas. Com isso, carregam intencionalidades para fazer crer o que narram aos seus leitores ou aos seus espectadores. Diante disso, buscou-se identificar e analisar

algumas reportagens que concorrem para percepções positivas de Santa Catarina como local atrativo para o deslocamento dos imigrantes para essa parte do país.

No que se refere à análise das narrativas jornalísticas, Motta (2013, p. 223) salienta: “O texto jornalístico é produto de uma permanente e sutil negociação de interesse entre o veículo, os jornalistas e as fontes (posteriormente, personagens)”. Segundo ele, existem, portanto, três narradores para cada texto jornalístico: o primeiro narrador é o veículo; o segundo narrador, o jornalista; e o terceiro, a personagem, todos dotados de “certo *capital*” para a negociação, “interferindo com diferentes pesos e dimensões” (Motta, 2013, p. 223). Por fim, o autor esclarece que há uma versão hegemônica no texto jornalístico e afiança que “a mídia é hoje detentora da versão pública hegemônica” (Motta, 2013, p. 224).

Para Dalmonte (2010, p. 216), “o jornalismo se constitui como lugar de articulação de discursos sociais, com base no diálogo de interesse público e, conseqüentemente, agente mediador entre o mundo dos fatos e a instância de leitura/recepção”, trazendo para a cena de análise também a perspectiva/influência da recepção, ou seja, a participação do leitor na reelaboração do significado daquilo que é anunciado e publicizado pela esfera da comunicação.

Para problematizar essa questão, foram selecionadas primeiramente reportagens que constam do documento intitulado “Resenha de Imprensa”, elaborado pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos, com notícias acerca da imigração haitiana entre os anos de 2010 e 2013 e que mencionam o Sul do Brasil, especialmente aquelas que apontam o estado catarinense como atrativo para o deslocamento dos imigrantes. Em um segundo momento, a pesquisa deu-se de forma *online* em *sites* de notícias pelas palavras de busca “haitianos em Santa Catarina”.

Escolheram-se as notícias que também destacavam o estado de Santa Catarina como “promissor” para a imigração haitiana⁵.

A primeira reportagem examinada é de autoria de Marcelle Ribeiro, do jornal *O Globo*, de janeiro de 2012: “Firma de Santa Catarina vai a Brasileia para contratar haitianos”⁶. Não fosse pelo parágrafo inicial, em que a jornalista introduz o assunto informando que uma empresa que fabrica piscinas em Santa Catarina foi até a cidade de Brasileia para contratar imigrantes haitianos e que já levou para o estado 27 imigrantes, não seria sentida a presença da repórter. Todo o texto é permeado pelas vozes dos responsáveis pela empresa, sem mediação ou interferência da jornalista, que reproduz as falas dos empresários: “Os haitianos estavam sofrendo muito no Acre, comendo e dormindo mal” (*in* Ribeiro, 2012). Ao repercutir a fala de Érico Tormem (presidente da Fibratec Engenharia, de Chapecó, oeste de Santa Catarina), a intencionalidade do recrutamento no Acre ganha visibilidade: “Já que precisávamos contratar gente, decidimos resolver o problema deles e o nosso” (*in* Ribeiro, 2012), corroborando com a ideia de que “as estórias jornalísticas são, por isso, *polissêmicas*: cada notícia ou reportagem oferece uma multiplicidade de vozes e de interesses que abre uma multiplicidade de interpretações” (Motta, 2013, p. 221).

Por essa ausência do narrador jornalista, enfatiza-se que não há no decorrer da reportagem nenhum contraponto à afirmação de que em Santa Catarina os imigrantes seriam mais bem tratados

⁵ Como exemplo de estudo dirigido, baseou-se em Lima, Ávila e Silva (2016). A investigação consiste em uma pesquisa sobre a representação dos imigrantes haitianos no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba (PR). O artigo publicado contribui de maneira significativa para a compreensão da metodologia utilizada aqui na seleção e análise dos textos jornalísticos encontrados.

⁶ Material coletado pelo documento “Resenha de Imprensa”, elaborado pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos, disponível em: <http://www.migrante.org.br/images/arquivos/resenha-de-imprensa-2013.pdf>. Acesso em: 1.º fev. 2016.

do que no Acre, ou porque a jornalista desconhece as condições precárias a que são submetidos os haitianos nos alojamentos no estado, ou porque, como diz Resende (2009, p. 36), “na narrativa jornalística, a forma autoritária de narrar histórias se mantém, e, de certa forma, com mais agravantes por apresentar-se velada”. Segundo o autor, o fato é apresentado “envolto no real e na verdade como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como elementos que operam sentidos” (Resende, 2009, p. 36). Ouvindo o empresário, a reportagem segue: “Aqui na região não tem gente para trabalhar em várias áreas, os frigoríficos da região estão indo para o Rio Grande do Sul buscar gente para trabalhar. *Se os haitianos ficarem aqui uns dois ou três anos, a gente já recupera o investimento*” (in Ribeiro, 2012, grifo nosso). A declaração do empresário demonstra o pragmatismo econômico exacerbado que em nenhum momento é questionado ou problematizado pela jornalista.

Nesse sentido, parece oportuno apontar as reflexões feitas por Sodré a respeito do jornalismo e de suas imbricações com a ideologia quando a qualifica como “luta discursiva que se trava para decidir quem domina” (Sodré, 2012a, p. 10). No jornalismo, segundo o autor, “ideologia tem o sentido de sistema de decisões discursivas sobre axiomas de realidade, articuladas com a ordem produtiva dominante”, manifestando-se como “a *forma* que os conteúdos (enunciados, processos, significações, imagens, etc.) assumem na vida social, com vistas à produção de sentidos” (Sodré, 2012a, p. 10). Problematizando a relação histórica entre imprensa e ascensão da burguesia ao poder, o autor afirma “que a imprensa passou a oscilar continuamente entre seus interesses empresariais [...] e os fatos relativos à realidade sociopolítica de seu público” (Sodré, 2012a, p. 10).

Em 2012, alimentando o sonho dos imigrantes haitianos, o *site* de notícias Terra, em um *link* chamado “Cidade”, divulga a chamada intitulada “Haitianos encontram trabalho em SC

e sonham ficar no Brasil” (2012)⁷, cuja autoria é desconhecida. Nessa reportagem, evidencia-se o que reflete Motta (2013) sobre a *intertextualidade* de uma narrativa jornalística, na medida em que um texto pode ser “um mosaico de citações e referências que se confrontam e se sobrepõem [...] porque nela [nele] se manifestam vozes que identificam a presença de vários narradores” (Motta, 2013, p. 221). A narrativa jornalística apresenta a situação da seguinte forma: “No sorriso de Josias Mirvil está a certeza de que a vida dos 17 haitianos que conseguiram emprego em Santa Catarina está melhor” (Haitianos encontram [...], 2012). A matéria prossegue: “Josias conta que dividiu um quarto com mais 15 pessoas, até ser escolhido para trabalhar na construtora de Santa Catarina ao lado de mais 16 haitianos. ‘Aqui temos casa, nós dormimos e comemos bem’, relata” (Haitianos encontram [...], 2012).

Pode-se ter melhor compreensão dessa matéria com Sodré. O autor afirma que o texto de jornal representa “um tipo de intervenção na língua – com os recursos retóricos da clareza e da concisão – [...], cuja forma mais evidente é a presumida *transparência* da realidade, por meio da evidência noticiosa dos fatos” (Sodré, 2012a, p. 16). A descrição do alojamento quase se parece com uma publicidade que oferece para o turista uma pousada para o verão: “A casa onde vivem os haitianos foi cedida pela construtora. É uma casa ampla, de dois pavimentos, próxima à praia, com cozinha, sala e varanda. Os quartos são individuais” (Haitianos encontram [...], 2012). A descrição do novo espaço para os imigrantes é, como diz Sodré (2012a, p. 16), “uma presunção que esconde as refrações, as distorções e a mística que se pretende erigir como espelho do real”.

Com essa descrição, é possível imaginar o impacto positivo que Santa Catarina pode causar em outros haitianos, sobretudo

⁷ Material coletado pelo documento “Resenha de Imprensa”, elaborado pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos.

naqueles que com o terremoto perderam seu chão e sua casa e que veem no Brasil uma oportunidade de reconstruir sua vida. Assim,

as narrativas jornalísticas são lidas e compreendidas como histórias que geram outras. O fato não se encerra nele próprio, ele gera significado. No exercício da narrativa, ele produz sentido, formando, quem sabe, outros polos possíveis de compreensão do cotidiano (Resende, 2009, p. 41).

Em um segundo conjunto de reportagens, localizadas por busca *online*, destaca-se a reportagem da revista *Veja* de fevereiro de 2014, repercutindo também as possibilidades da Região Sul como destino para os imigrantes haitianos. Sob o título “Sem mão de obra, Santa Catarina importa haitianos”, de autoria de Mariana Pollara Zylberkan (2014), é dada ênfase à escassez de mão de obra e às possibilidades de os imigrantes serem contratados por empresas frigoríficas e de construção civil. A matéria informa que, “semanalmente, em média três empresas enviam representantes para recrutar haitianos em Brasileira” e destaca: “O perfil ideal é o de homens que deixaram a família no Haiti” (Zylberkan, 2014). A jornalista opta por iniciar sua narrativa apresentando dois imigrantes haitianos que, segundo ela, “decidiram trabalhar como operários” em Chapecó. O primeiro é “Olson Pierre, de 30 anos, tem dois diplomas de nível superior – psicologia e serviço social – e fala três línguas – francês, espanhol e inglês” (Zylberkan, 2014). O outro é “Milio Louicinol, de 32 anos, tem uma carreira como engenheiro químico e já trabalhou em multinacionais” (Zylberkan, 2014). Ambos ganham em média R\$ 1.500 e têm por objetivo economizar para trazer parte de suas famílias que permanecem no Haiti para o Brasil.

Observa-se uma forma diferenciada de apresentar o imigrante: tem curso superior e é retratado como profissional de carreira renomada, destoando do estereótipo comumente

veiculado pela imprensa de trabalhador desqualificado. Destacando-se das demais reportagens analisadas até aqui, a narrativa do texto permite que o morador de Chapecó se aproxime da realidade que viveram os dois haitianos quando diz: “O objetivo é tentar fugir da miséria que assola seu país desde o terremoto que matou 220.000 pessoas – o equivalente a uma Chapecó inteira” (Zylberkan, 2014). Logo depois, o texto descortina o objetivo do empresariado ao recrutar esses trabalhadores no Acre: “Segundo empresários da região, o custo de 2.000 reais por haitiano compensa pela escassez de mão de obra para trabalhar em frigoríficos e a economia com a automação da produção”, no entanto informa: “A maioria das empresas oferece moradia e alimentação nos três primeiros meses e transporte do Acre para Santa Catarina em um ônibus” (Zylberkan, 2014). A narrativa jornalística ensaia a crítica ao tipo de trabalho assumido pelos imigrantes haitianos quando dá voz ao procurador Sandro Eduardo Sardá, do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, que afirma: “A prova mais evidente da precarização das condições de trabalho é a contratação de imigrantes, indígenas, presos do regime semiaberto e pessoas que chegam a residir de 200 a 300 quilômetros do local de trabalho”. Ele conclui: “O resultado é uma verdadeira epidemia de doenças ocupacionais” (in Zylberkan, 2014).

Já a reportagem do jornal catarinense *Notícias do Dia* de abril de 2014 intitulada “Paraíso para os haitianos, Santa Catarina vê crescer o número de imigrantes em busca de trabalho” (Thomé; Diogo, 2014) mantém a referência de que Santa Catarina e os demais estados do Sul do Brasil são promissores para trabalhar e viver – “Paraíso para os haitianos”⁸. Vale registrar que os dados indicavam que em 2014 o Sul do Brasil apresentava, do ponto de vista do mercado de trabalho, a situação chamada “pleno emprego”.

⁸ A esse respeito, ver também: Souza (2014).

Assim, vale-se aqui do conceito de notícia de Beltrão (2006 *apud* Sodré, 2012a, p. 23): “Notícia é a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessam ou têm importância para o público a que se dirigem”.

Reconhecendo a precariedade do conceito, que não se constitui propriamente em definições, mas em descrições da prática profissional, atribuindo peso a um aspecto da notícia (no caso da definição de Beltrão, por exemplo, a exemplaridade da temporalidade de um presente ultra-atual e a ação definidora do ato jornalístico que elege aquilo que teria importância ao público), Sodré (2012a) ainda questiona se, diante da crise das formas tradicionais de jornalismo no mundo contemporâneo, ainda haveria espaço para os produtores do texto jornalístico determinar o que é ou não notícia. Assim conclui, com mais propriedade: “A notícia é o relato de algo que foi ou será inscrito na trama das relações cotidianas de um real-histórico determinado” (Sodré, 2012a, p. 24).

Aqui caberia a pergunta: A quem interessa noticiar que Santa Catarina se transformou no “paraíso para os haitianos”? Para os próprios haitianos? Ou para o reforço do imaginário criado historicamente de que essa região é pujante? Afirma Coutinho (2014, p. 15) que “todo o processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional” e que os processos históricos “formam-se e transformam-se” pela interferência da comunicação.

No *A Notícia* de 29 de julho de 2013, na seção destinada aos assuntos de economia, em reportagem assinada por Maellen Muniz e Tuane Roldão (2013), o destaque é para o fato de a cidade de Joinville ser um polo industrial e, por isso, muito atrativa para os imigrantes. Diz o texto: “A fama do polo industrial e a instalação de multinacionais renomadas na região chamam a atenção dos haitianos” (Muniz; Roldão, 2013). Segundo as jornalistas, “a colocação no mercado local costuma ser rápida porque as

empresas têm dificuldades em suprir a demanda de funcionários para cargos operacionais” (Muniz; Roldão, 2013), apontando de imediato o trabalho destinado para o imigrante. Em seguida, fazem alusão à fala do vice-presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos em Santa Catarina (ABRH-SC), o qual argumenta: “Ainda que haja um processo de adaptação, é melhor inserir estas pessoas na produção do que deixar uma máquina parada” (*in* Muniz; Roldão, 2013). Afirmações de tal teor, que nomeiam os imigrantes como “estas pessoas”, dão ainda mais sentido às reflexões trazidas por Sayad (1998, p. 48) sobre o papel social historicamente imposto ao imigrante como “trabalhador provisório”, a respeito do qual são levados em conta “os custos e as vantagens comparadas” da utilização da mão de obra migrante.

No decorrer da pesquisa, localizamos uma fissura na publicidade do “Sul maravilha”. O contraponto foi feito pelo jornalista Marcelo Auler (2016), em seu *blog* independente *Marcelo Auler Repórter*, em que publicou denúncia em relação aos agenciamentos empresariais envolvendo a imigração haitiana para o Sul do país. Conforme o jornalista, tais agenciamentos começaram a ser denunciados pelo Ministério Público do Trabalho do Acre em 2011. Diz ele que a atuação do Ministério Público surgiu quando das “primeiras denúncias da contratação por frigoríficos do Centro-Sul do país. Eles selecionavam os trabalhadores entre aqueles *com maior espessura da canela*, o que, teoricamente, permitiria melhor desempenho no dia a dia de trabalho” (Auler, 2016, grifo nosso). O jornalista destaca as palavras do procurador do trabalho em Rondônia e no Acre Marcos Gomes de Cutrim: “Desde aquela época, essas empresas, do chamado ‘Sul maravilha’, [...] iam a Brasileia [...] contratar mão-de-obra haitiana e de outras nacionalidades utilizando requisitos como idade inferior a 38 anos, espessura da canela e até a genitália” (*in* Auler, 2016). Segundo apura o jornalista, essa denúncia teria sido feita pelo procurador em maio de 2015.

Posto isso, o processo de imigração contemporânea provoca a pensar tanto o imigrante em sua função clássica de trabalhador referendado pela intencionalidade das narrativas jornalísticas quanto os deslocamentos e a presença imigrante imbricados em tramas cotidianas. Para tal, debruça-se na análise desse processo em Joinville.

Para que seja possível continuar analisando a complexidade que envolve os lugares e os espaços praticados pelos imigrantes haitianos na contemporaneidade em Joinville, faz-necessário, mesmo que de forma breve, apresentar a discussão acerca da construção da imagem, ao longo dos séculos XIX e XX, de que a cidade foi fundada e obteve êxito econômico, social e cultural graças à imigração germânica e ao cultivo de tradições especialmente alemãs, tradições essas acionadas pela publicidade oficial do governo municipal e também pelas narrativas e pelos discursos da imprensa local e da historiografia.

A imagem positiva de cidade construída pela força da colonização alemã começou a ganhar significado na historiografia nos anos 1980 (Coelho, 2010), quando Joinville passou por um processo de transformação urbana impulsionado, desde a década de 1970, pela chegada de muitos migrantes vindos do interior de Santa Catarina e de estados vizinhos à procura de melhores condições de vida (Ternes, 1986).

A problematização dessa questão é feita por Coelho (2010), que discute amplamente a historiografia e as produções da imprensa tanto no passado mais remoto quanto no presente recente no que se refere à imagem de “cidade alemã” e suas imbricações com os movimentos migratórios contemporâneos. A autora identifica que, pela interpretação histórica, “emergem os movimentos que, sob o signo da diferença (manifestada pela presença migrante), tramam e produzem ressignificações sobre Joinville ora como ‘cidade alemã’, ora como ‘palco da diversidade étnica’” (Coelho, 2010, p. 13). Procura ao longo de sua pesquisa

compreender as nuances e os contrapontos da representação criada historicamente sobre Joinville como “cidade alemã”.

Segundo Coelho (2010, p. 174), o historiador Apolinário Ternes no início dos anos 1980 teria promovido e reforçado, por intermédio de seus escritos, a ideia de que “a história de Joinville [...] poderia ser explicada por meio de uma grande tese, qual seja ‘o esforço colonizador’, cuja essência impulsionou a evolução histórica da cidade até o presente” (Coelho, 2010, p. 174). Na continuação de sua análise sobre a obra de Ternes, Coelho declara que um dos pressupostos adotados por esse historiador é “atribuir aos pioneiros o protagonismo do ‘processo civilizatório’ da cidade, pelo qual se justificaria historicamente a legitimidade do poder dominante de seus descendentes” (Coelho, 2010, p. 177). Um segundo pressuposto é que foi “pelas mãos dos pioneiros que se conseguiu ‘plantar uma cidade’, superando-se assim um suposto estágio inferior de existência” (Coelho, 2010, p. 178).

A propagação dessa ideia perdurou até meados da década de 1990: “Havia vozes um pouco desafinadas, mas bastante estridentes que buscavam aclamar e identificar Joinville como cidade alemã” (Coelho, 2010, p. 28), no entanto os dados estatísticos dos fluxos migratórios contemporâneos contradiziam tal afirmação e mostravam uma cidade diversa daquela colonizada e aclamada como “alemã” – no caso de Joinville, desde os anos 1970 haviam chegado contingentes expressivos de migrantes vindos do Paraná e também do sul do estado catarinense.

Durante a pesquisa, a autora identifica a década de 1990 como o “momento que começam a ganhar eco representações da cidade como ‘palco da diversidade étnica e cultural’” (Coelho, 2010, p. 30). Tal fissura se aprofundou nos anos seguintes até ser representada na década de 2000 por um evento chamado Festa das Tradições. Realizada pela primeira vez em 2005 pelo próprio poder público municipal, Joinville foi apresentada como uma “cidade cosmopolita”. Segundo Coelho (2010, p. 38), “a grande novidade era o caráter atribuído à festa, a qual pretendia expor

vestígios e cenários de um passado que agora se apresentava como multicultural”.

De lá para cá, Joinville continuou recebendo muitos migrantes de várias partes do Brasil (Coelho, 2010). A partir de 2010, a cidade colocou-se entre aquelas que passaram a receber os imigrantes advindos dos fluxos internacionais contemporâneos, entre eles os imigrantes haitianos.

Concorda-se com Certeau (2014, p. 45) quando escreve que “a enquete estatística só ‘encontra’ o homogêneo. Ela reproduz o sistema ao qual pertence e deixa fora do seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* do cotidiano”. Nessa direção, Haesbaert (2011, p. 3), refletindo sobre o conceito de biopoder proposto por Foucault, compreende os dados e as estatísticas demográficos como expressão do poder sobre a vida, que se efetua por meio do homem visto como “população”, em seu “meio” de circulação e reprodução como ser vivente, biológico.

Ainda que sabendo dessas limitações quando se trata de dados estatísticos, e apesar delas, apropriou-se desses dados para localizar os territórios formais/oficiais frequentados ou acionados por esses imigrantes e, mediante a análise dessa “ocupação”, compreender suas “maneiras de fazer”, como se movimentam e como, em suas “práticas cotidianas”, vivem a cidade e sua condição migrante. Para localizar espacialmente na cidade esses imigrantes, bem como entender as suas condições socioeconômicas, apoiou-se em dados obtidos nos registros da Polícia Federal, das secretarias municipais de Assistência Social, Saúde e Educação e dos órgãos governamentais responsáveis pelo emprego na cidade.

Os dados obtidos com o Ministério do Trabalho⁹ no tocante à documentação emitida para os imigrantes haitianos na cidade

⁹ Segundo dados fornecidos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), do governo federal, no período de 1.º de janeiro de 2010 a 3 de julho de 2017.

referendam o que diz Sayad (1998, p. 54): “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Entre os anos de 2013 e 2016, houve a emissão de 2.052 carteiras de trabalho por parte dos imigrantes haitianos na cidade, apontando Joinville como um polo catalisador na busca por emprego. Importante salientar que, conforme já apresentado, há registrados na Polícia Federal de Joinville 2.039 haitianos (2010-2017). Se compararmos aos dados do Ministério do Trabalho, pode-se considerar o fato de muitos imigrantes haitianos terem se registrado na Polícia Federal de outro estado (quando do seu acesso ao país) e, após sua chegada a Joinville, terem ingressado com o pedido de emissão da carteira de trabalho.

Os dados obtidos na Secretaria de Assistência Social¹⁰ revelam que muitos haitianos que procuraram o serviço de assistência social já haviam passado pelo Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, entre outros. Pode-se constatar que o ano de 2015 teve recorde no número de emissões de carteira de trabalho: foram 711 carteiras de trabalho expedidas, o que representa 34% do total de expedições em quatro anos.

Com isso, presume-se que, conforme já mostrado no capítulo 1, no momento em que houve o maior número de haitianos documentados pela Polícia Federal também cresceu o número de emissões de outros documentos. Os números revelam que grande parte das emissões de carteira de trabalho foi feita por pessoas do sexo masculino, representando 58% dos solicitantes. Ressalta-se que 943 carteiras de trabalho, ou seja, 46%, foram expedidas para imigrantes na faixa dos 31 aos 40 anos.

Ainda no que respeita à situação vivida pelos imigrantes haitianos no mundo do trabalho em Joinville, uma questão chamou

¹⁰ Lista de estrangeiros incluídos no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, base setembro de 2017. Dados fornecidos por correio eletrônico para a autora em janeiro de 2018.

atenção quando pesquisados os dados relacionados a acidentes de trabalho. Conforme a Secretaria Municipal de Saúde, mais especialmente do setor denominado de Centro de Referência de Atendimento ao Trabalhador (Cerest), havia apenas um registro de acidente de trabalho envolvendo imigrantes haitianos na cidade, feito em 2017¹¹. Segundo informações, como as grandes empresas possuem ambulatório próprio, bem como plano de saúde, não há exigência de registro no SUS quando acontecem acidentes de trabalho. Também foi informado que os atendimentos podem ocorrer em vários serviços públicos da cidade e que a Secretaria da Saúde não dispõe de um sistema capaz de centralizar essas informações. A “falta” de dados de acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores no Brasil é preocupante de forma geral, no entanto a ausência de registros pelo SUS, especialmente dos trabalhadores imigrantes haitianos, pode dar a entender que não há preocupação com políticas públicas, já que o haitiano, desse ponto de vista, é um invisível, invisível para não ter direitos reconhecidos.

Outra importante fonte de dados para analisar a situação dos imigrantes haitianos que vivem em Joinville são os dados compilados pela Secretaria de Assistência Social do município, responsável pelos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas). Com base nos dados fornecidos em maio de 2016¹², foi possível identificar que, dos 449 estrangeiros cadastrados no Suas à época, cerca de 70% eram haitianos, perfazendo 313 pessoas.

Inicialmente, tendo à mão as informações do cadastro, procurou-se identificar os territórios geográficos ocupados

¹¹ Durante o período da realização dos projetos de extensão com os haitianos (2016, 2017), teve-se contato com vários imigrantes que estavam afastados de seu local de trabalho por acidentes de trabalho, ou ainda por doenças desenvolvidas pela função laboral que exerciam.

¹² Lista de estrangeiros incluídos no cadastro único para programas sociais do governo federal do Suas de Joinville (maio/2016).

pelos imigrantes haitianos em Joinville. Os dados mostram que as maiores concentrações de haitianos atendidos pelo Suas estão nos seguintes bairros (por maior número de ocupação): Floresta, Comasa, Santa Catarina, Itaum e Boa Vista. Destacam-se Comasa, Boa Vista e Itaum, bairros que historicamente receberam maior número de migrantes (anos 1960/70 e 1980)¹³, por estarem localizados próximos a empresas, especialmente uma metalúrgica de grande porte empregadora de migrantes. No caso dos haitianos, tais bairros também são escolhidos como local de moradia pelo estabelecimento de redes de solidariedade ligadas tanto à Igreja Católica quanto às demais denominações religiosas com as quais parte dos imigrantes, ainda no Haiti, estabelece contato para servir de ponto de apoio no momento de sua chegada.

Os dados atualizados pela Secretaria de Assistência Social¹⁴ mostram que houve aumento considerável nos atendimentos envolvendo imigrantes haitianos, se compararmos tais números com os dados fornecidos em maio de 2016, que contabilizavam 313 imigrantes haitianos, e os de 2018 (base setembro 2017), com 465 imigrantes haitianos atendidos. O aumento deu-se no mesmo período em que ocorreram a crise econômica no país e, por consequência, o desemprego, que atingiu principalmente os imigrantes, exigindo maior rede de proteção social por parte do Estado. Com a análise dos dados dos imigrantes haitianos cadastrados pela Secretaria de Assistência Social, conclui-se que não há grande discrepância no percentual de registros no que se refere ao número de homens (49%) e de mulheres (51%). A maioria (43%) tem idade média entre 25 e 34 anos e 99% não possui deficiências (auditivas, visuais ou mentais).

¹³ A esse respeito, ver: Souza (1998), Niehues (2000) e Correa e Fernandes (1992).

¹⁴ Lista de estrangeiros incluídos no cadastro único para programas sociais do governo federal, base setembro de 2017, fornecida por correio eletrônico para a autora em janeiro de 2018.

Os dados fornecidos pela Secretaria de Assistência Social relacionados ao perfil educacional dos imigrantes que foram atendidos entre 2010 e 2017 revelam que aproximadamente 90% deles dominam a leitura e a escrita e frequentaram do nível fundamental ao ensino superior em seu país de origem, o Haiti. Dos 465 haitianos atendidos pelo Suas em Joinville, 228, ou seja, 49%, são responsáveis pela unidade familiar, número equivalente ao de imigrantes homens registrados no cadastro. Dos que foram cadastrados até setembro de 2017 pelo Suas, 90% não receberam doações ou auxílios (seguro-desemprego, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, entre outros), 28% têm trabalho com carteira assinada e apenas 1% trabalha de forma independente. Boa parte (54%) dos haitianos que foram atendidos e que estavam trabalhando naquele momento recebeu entre setembro de 2016 e setembro de 2017, em média, o valor anual de R\$ 9.106,64. Isso sinaliza que a média salarial/mês gira em torno de R\$ 760, menos de um salário mínimo à época, evidenciando que na maioria das vezes o imigrante ocupa um posto de trabalho com baixa remuneração salarial no mercado de trabalho.

No que se refere às questões de saúde dos imigrantes haitianos na cidade, destacam-se os dados obtidos com a Secretaria de Saúde em relação aos nascimentos de filhos de haitianas. O SUS conta com o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc), que reúne informações epidemiológicas acerca dos nascimentos informados em todo o território nacional. Por intermédio desse sistema, foi possível fazer alguns levantamentos sobre as haitianas que tiveram seus filhos em Joinville no período de 2013 a 2017, bem como verificar a situação econômica social na qual essas mães se encontravam. Ressalva-se que entre 2010 e 2012 não houve registros de nascimentos de filhos de imigrantes haitianos na cidade, reforçando as informações de que os primeiros dois anos da imigração haitiana

para o Brasil foram compostos de homens sozinhos que só trouxeram suas famílias um pouco mais tarde.

No período de 2013 a 2017, 227 mulheres haitianas tiveram seus filhos em Joinville. Os dados apontam que grande parte desses nascimentos se deu no ano de 2017 (91 nascimentos, que correspondem a 40% do total). Desses nascimentos, mais de 91,2% ocorreram na Maternidade Darcy Vargas, que atende mães joinvilenses de forma gratuita, demonstrando a importância dos serviços oferecidos pelo SUS. Os demais partos foram realizados por hospitais conveniados com planos de saúde. Salienta-se que as grandes empresas que empregam imigrantes haitianos possuem convênios com tais planos, e o benefício é estendido aos seus familiares.

Outro dado importante para refletir sobre a saúde da mulher e, sobretudo, se ela está inserida na comunidade e nos hábitos considerados adequados para o Brasil em relação à saúde feminina no que diz respeito aos cuidados durante a gravidez é a frequência da realização do exame pré-natal. No caso das mães haitianas, essa percentagem mostra-se compatível, uma vez que mais de 90% das mães o fizeram. Quanto aos partos dos bebês haitianos, 38% foram por cesárea e 62% foram partos normais/naturais. No tocante aos nascimentos, há o registro de que apenas 3% dos nascidos apresentaram má-formação (apesar de não ter sido possível especificar as más-formações). Dos nascimentos, 48% foram meninas e 52% meninos. Quando analisados os dados das mães haitianas, a grande maioria tem entre 17 e 35 anos – destaque para o fato de 33% serem bem jovens, com até 25 anos. Com relação ao estado civil, 23% são casadas, 47% vivem em união estável e 30% são solteiras. Considerando a história de vida dessas imigrantes, identifica-se pelos dados que 50% delas já tinham outro(s) filho(s), o que leva à hipótese de que esses outros filhos (ou parte deles) podem ainda estar no Haiti, à espera das condições adequadas para reencontrar sua família no Brasil.

Mais um ponto relevante quando analisados os dados referentes à escolaridade das mães haitianas é reforçado com as informações da Assistência Social de que os imigrantes haitianos apresentam escolaridade significativa em relação à educação básica: 53% dessas mulheres possuem o ensino médio completo. Já no que tange à ocupação, os dados mostram que 52% se declaram “do lar”, o que vem ao encontro daquilo que havia sido vivenciado no contato com as imigrantes por meio do grupo de extensão universitária nos anos de 2016 e 2017: as haitianas, quando chegam ao país, ficam certo tempo sem acessar o mercado de trabalho formal.

No que diz respeito ao local de moradia dessas imigrantes, o informado comprova o que também já fora constatado como território geográfico preferencial dos haitianos na cidade, entre eles os bairros Comasa e Floresta.

A educação formal para crianças e jovens no Brasil segue sendo de responsabilidade do Estado e deve ser oferecida de forma gratuita, especialmente para aqueles em idade de 4 até 17 anos. As responsabilidades são divididas entre os entes federados, cabendo à União fornecer toda a assistência necessária para que os municípios e estados atuem de maneira colaborativa para a efetivação da educação de qualidade¹⁵.

Quanto à questão educacional dos imigrantes haitianos em Joinville, sobretudo das crianças e adolescentes¹⁶, os dados da Secretaria de Estado da Educação (SED-SC) evidenciam que há maior concentração de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental que envolvem crianças de 6 até 10 anos.

¹⁵ Conforme o artigo 211, § 2.º, da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988): “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 14, de 1996)”, e também conforme disposto pelo artigo 5.º, § 1.º, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996).

¹⁶ As reflexões aqui apresentadas sobre a questão educacional dos imigrantes haitianos foi também objeto de comunicação científica por parte da autora. Ver: Souza (2018).

Identificou-se, com base nessas informações, que há nas escolas estaduais de educação básica de Joinville¹⁷ o total de 41 alunos haitianos matriculados no ensino fundamental regular e 18 alunos matriculados no ensino fundamental oferecido pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja). Os números visibilizam a presença de jovens e adultos haitianos à procura da conclusão de seus estudos no país que escolheram para viver após sair do Haiti. São cinco os alunos matriculados no ensino médio, dos quais um é do Ceja, e há também um imigrante haitiano cursando técnico profissionalizante na área da qualidade.

No que se refere aos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Joinville, no primeiro semestre de 2017 as escolas municipais contavam com 53 matrículas de alunos haitianos na educação infantil e no ensino fundamental. Do total, 62% das matrículas são de alunos que estão na faixa etária dos 4 aos 8 anos de idade, evidenciando maior concentração de matrículas de imigrantes nos primeiros anos do ensino fundamental na rede pública municipal. Pelos dados apresentados, pode-se verificar a diversidade etária nas matrículas; os imigrantes haitianos que estudam na rede municipal de Joinville são crianças entre 2 anos de idade pertencentes ao maternal e adultos com mais de 30 anos frequentando o ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em pesquisas na imprensa foram localizadas poucas reportagens que continham referência à questão da educação formal dos imigrantes haitianos em Joinville. Em publicação *online* do jornal *Notícias do Dia*, a repórter Suellen dos Santos Venturini (2014) aborda a questão sob o título “Vinda de haitianos triplicou em dois anos e integração passou a ser desafio em Joinville”. A narrativa jornalística traz a história de um menino imigrante haitiano

¹⁷ Relação de matrículas > alunos de nacionalidade haitiana > rede estadual de ensino > município de Joinville. Fonte: SED-SC/Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (Sisgesc), em 31 mar. 2017. Informações fornecidas por e-mail para a autora, em 28 de novembro de 2017.

que com 10 anos de idade procura se integrar no contexto escolar. Diz a repórter: “O pequeno Frantzdy Cilus, 10, é um personagem recente dessa realidade [...], há menos de um mês, está tentando se integrar. Cilus não fala português e é bem tímido” (Venturini, 2014). A reportagem destaca que, mesmo o imigrante tendo aprendido “algumas palavras, [...] ainda não conversa e brinca pouco com as crianças da escola” (Venturini, 2014).

A constatação feita por Venturini (2014) aproxima-se de uma realidade de muitas crianças e adolescentes imigrantes haitianos: a dificuldade em se adaptar no novo ambiente escolar, nem sempre preparado para recebê-los. A reportagem buscou informações com professores e responsáveis pela Secretaria Municipal de Educação, para compreender como se dá o processo de acompanhamento desses imigrantes e sua aprendizagem. Segundo Elisabeth Staranscheck, representante da secretaria: “Caberia ao Ministério das Relações Exteriores intervir em escala maior, porque em casos como esse não há o que possamos fazer, eles têm que aprender sozinhos” (*in* Venturini, 2014). A narrativa da representante do poder público traz à tona duas questões preocupantes. A primeira, dita de forma mais implícita, expressa a opinião de que é preciso conter o processo de imigração; e a segunda questão apresenta uma postura em que o principal gestor educacional do município se exime da responsabilidade pela aprendizagem de seus municípios¹⁸.

Os números de matrículas de imigrantes haitianos na cidade identificados na EJA revelam uma importante questão de quebra de paradigmas relacionados aos processos migratórios. São imigrantes adultos em busca de estudo e de aperfeiçoamento, rompendo com estigmas de que os imigrantes servem ao mercado

¹⁸ Em abril de 2017, a Univille passou a desenvolver em parceria com a Escola de Educação Básica Dr. Jorge Lacerda um projeto voluntário de extensão intitulado O Haiti é Aqui: Aprendendo Juntos, com o objetivo de desenvolver atividades de acolhimento e reforço na língua portuguesa para crianças e adolescentes haitianos matriculados em escolas estaduais. Também a reportagem de Venturini (2014) destaca inúmeras iniciativas existentes na cidade para ensinar a língua portuguesa aos haitianos.

de trabalho desqualificado. Nessa perspectiva, são cidadãos que fazem da migração uma aposta de futuro. Conforme dados apresentados, dos 65 haitianos matriculados, 20 estão na EJA e no ensino técnico, números que indicam uma procura considerável em finalizar os estudos da educação básica.

Acerca das matrículas para o ensino superior¹⁹, os dados indicam que em 2015 e 2016 houve 58 matrículas de alunos haitianos nas instituições de ensino superior da cidade. Dessas 58 matrículas, 78% são de jovens do sexo masculino.

A expectativa de futuro como conquista aparece nas falas dos imigrantes relacionada à possibilidade de frequentar a universidade. O confronto dos discursos que produzem sobre si mesmos retira a frieza dos dados estatísticos, que, embora revelem muitas nuances importantes, negando até mesmo premissas cristalizadas em torno dos imigrantes, não são capazes de deixar emergir emoções arrebatadoras.

Para o imigrante haitiano Roland Lanfront²⁰ (2016), *“estudar aqui é um privilégio muito grande”*, referindo-se à universidade como *“uma coisa que eu sempre quis, sempre sonhei [...], é conquistar meu sonho, não só meu sonho. É conquistar os sonhos de meus irmãos”*. Para Roland, matricular-se e conseguir manter-se na universidade é parte de seu propósito de migrar e está ligado ao projeto que deseja também para a sua família: *“É dar um passo mais para frente para mim, para meus irmãos e para os jovens da minha família”*. O jovem imigrante toma para si a responsabilidade de servir de exemplo para seus familiares que ainda permanecem no Haiti: *“[Eu estou] tentando de fazer alguma coisa, dando um exemplo [...]. Isso me deixa com muito orgulho. Eu acho que isso não vai ficar só para mim, vai ficar para minha família inteira”* (Lanfront, 2016).

¹⁹ Dados referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016, coletados em 17 de janeiro de 2018 e fornecidos por e-mail pela consultoria Mercadoedu, empresa que realiza levantamentos acerca das matrículas em instituições de ensino superior no país.

²⁰ Imigrante haitiano, 36 anos, estudante do segundo ano do curso de Design da Univille. Roland saiu do Haiti e morou um ano e meio na Venezuela antes de vir para o Brasil.

No ano de 2018, Roland e mais dois haitianos, inclusive um sobrinho seu que, seguindo os passos do tio, veio para o Brasil e iniciou os estudos no ensino superior em Joinville, constituem um grupo muito pequeno de jovens que conseguem matricular-se em universidades comunitárias ou públicas no Brasil. Registra-se que mais de 80% das matrículas de imigrantes haitianos são de uma instituição de ensino privado que compõe um expressivo grupo educacional no país. Ressalta-se que a mensalidade nesses estabelecimentos de ensino é de baixo custo, o que pode explicar a alta adesão de imigrantes. A situação das matrículas de imigrantes haitianos no ensino superior em Joinville (em 2016) era de 45 homens e 13 mulheres, totalizando 58 matrículas.

Segundo os dados compilados, observa-se que os principais cursos escolhidos indicam ligação imediata com o mercado de trabalho e, dessa forma, empregabilidade maior. Destacam-se as matrículas no curso de Logística, 29% do total, logo depois Gestão Financeira e Engenharia Civil. As matrículas do curso de Letras/ Inglês são um ponto expressivo, porque fogem da noção imediata de colocação no mercado de trabalho. Com 14% de matrículas, tal interesse pode estar associado ao desejo e à necessidade de conhecer e dominar as línguas portuguesa e inglesa.

A evasão no ensino superior mostra-se como um dado preocupante na trajetória dos imigrantes haitianos. Dos 58 alunos matriculados, apenas 38% (22 alunos) permaneciam frequentando as aulas no fim do ano de 2016. Algumas das dificuldades vivenciadas pelos imigrantes são narradas por Roland:

Todo dia acordo e sai da minha casa quase 4 horas da manhã. Eu cheguei na Tupy quase 5 horas da manhã [...], 14h15 cheguei em casa. Todo dia quando chego eu sempre, às vezes, eu fui dormir, porque tô muito cansado, [...] mas, quando tenho muito trabalho lá na Univille pra fazer, tem que ficar acordado [...]. Todo dia é assim. Às vezes tem [um] amigo na faculdade que me pede: "Roland, vamos lá em casa, vou fazer

um churrasco". Como tô precisando trabalhar no sábado pra pagar a faculdade, [eu não vou] (Lanfront, 2016).

As dificuldades encontradas por Roland podem ser consideradas iguais às de qualquer estudante trabalhador brasileiro que levanta cedo, trabalha por 8 ou 10 horas, enfrenta um longo trajeto para chegar até a universidade, nem sempre se alimenta adequadamente e tem pouco tempo para estudar. No entanto, além dessas dificuldades, os imigrantes precisam lidar com as dificuldades culturais, linguísticas e sobretudo com o estranhamento e o sentimento de não pertencimento ao local de estudo, sentimentos muitas vezes advindos do não acolhimento por parte dos agentes envolvidos no processo educacional dos imigrantes.

Apresentados alguns dados que inserem Joinville como local de destino dos imigrantes haitianos e mostram, mesmo que parcialmente, a presença deles na cidade, optou-se por compreender pela voz de alguns desses indivíduos como ocorreu o deslocamento e como eles se articularam taticamente no território urbano. Para melhor analisar o trajeto dos imigrantes e das imigrantes haitianos até sua chegada ao município, utilizaram-se as narrativas produzidas por meio das entrevistas feitas com base na metodologia da história oral. Ao narrarem sua trajetória migrante, os próprios entrevistados indicaram as escolhas do trajeto percorrido, escolhas ora decorrentes de vontade, ora das contingências da experiência migratória. Certeau (2014, p. 35) reflete sobre a questão afirmando que uma “maneira de caminhar” pode revelar “maneiras de fazer” e que é necessário conhecer as “operações comuns”, “as táticas” empregadas nos percursos daqueles que ele nomeia como homens ordinários.

Ao problematizar a imigração haitiana recente e a busca por um território como um novo espaço social e político, recorre-se a Haesbaert (2016, p. 20), quando diz que “sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o

grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inserirlos num determinado contexto geográfico, 'territorial'. Isso pode ser entendido como o caráter espacial que envolve as relações e os vínculos sociais e as subjetividades em dados momento e lugar. O terremoto em si causou em milhares de haitianos o sentimento de desterritorialização. O deslocamento da terra pelo tremor significou que o lugar que habitavam já não existia mais; o esfacelamento do território produziu por si só o sentimento de desterritorialização, seu território (enquanto terra) foi perdido – tornando-o um desterrado. O terremoto é um fato que provoca física e emocionalmente o sentimento de perda de “chão”, ou seja, de referências espaciais tangíveis antes muito familiares e próprias. A terra esvai-se, esfacela-se o espaço físico, os lugares de identificação e de reconhecimento já não existem mais, as referências territoriais afetivas são perdidas. Somos feitos de espaço, o que nos faz seres que vivem e partilham uma vida coletiva em determinado lugar. Sugere Haesbaert (2016) que não há homens nem mulheres desterritorializados para sempre, mas, diante de perdas, como as decorrentes do terremoto do Haiti de 2010, as pessoas desencadeiam novos processos de reterritorialização. A rigor, o autor defende que, para além de circunstâncias dramáticas ou catastróficas que afetam deslocamentos físicos, vivemos na contemporaneidade experiências de construção de multiterritorialidades²¹.

Nessa perspectiva, pode-se pensar que cada um dos mais de 80 mil haitianos²² que entraram no Brasil até 2016, em seus percursos de idas e vindas, seja por trajetos mais lineares, seja por trechos sinuosos, construiu territórios. Para Certeau (2014, p. 198), “o relato de espaço é em seu grau mínimo uma língua *falada*, isto é, um sistema linguístico distributivo de lugares sendo ao mesmo tempo *articulado* [...], por um ato que o pratica”. Neste trajeto de

²¹ A esse respeito, ver capítulo 1 deste trabalho.

²² Ver dados completos no capítulo 1.

pesquisa, as narrativas dos imigrantes produzidas por meio da metodologia da história oral dão sentido aos percursos feitos e às estratégias criadas para ocupar, integrar e praticar esse novo território e visibilizam ambos.

A utilização da história oral nos estudos dos processos migratórios permite, no entendimento de Thomson, compreender o fenômeno à medida que “reconhece as complexas interconexões entre migração e a formação e o desenvolvimento das comunidades migrantes e das identidades étnicas” (Thomson, 2002, p. 342). Para o autor, o testemunho partilhado pelo migrante pode levar a compreender para além de sua trajetória individual, ajudando a entender as motivações que o levaram a migrar, as imbricações familiares de tal decisão e as expectativas em relação ao local de destino.

A narrativa de Whistler Ermofils (2017) apresenta parte de sua história como migrante e mostra as singularidades de seus trajetos e de suas territorializações desde sua saída do Haiti, em 2012. Whistler tomou a decisão de vir para o Brasil dois anos depois do grande terremoto de 2010, influenciado por um amigo que lhe dizia: “*Lá no Brasil é bom*”. No entanto o imigrante não se convenceu apenas com essa afirmação: “*Eu fui na internet fazer umas pesquisas [...], pesquisei e o Brasil tava no sétimo lugar*”. Após decisão tomada, “*conversei com a minha esposa, eu falei: ‘Eu vou lá, depois a gente vai conseguir a residência, e, se vocês precisarem, podem ir’*”. Tranquilizou a família dizendo: “*Se eu conseguir residência de seis meses, eu posso voltar e pedir visto para vocês, todo mundo tem possibilidade de ir*”. Assim Whistler deixou o Haiti, esperançoso de tudo se resolver rapidamente, porém o cenário mudou e as circunstâncias de sua chegada ao Brasil foram dolorosas: “*Cheguei lá [a Tabatinga (AM)] e fiquei três meses lá, na fronteira. O governo não liberou*” (Ermofils, 2017). O fato é que ele chegou ao Brasil em janeiro de 2012, quando o processo de entrada de imigrantes haitianos passou a ser mais controlado e

monitorado em relação ao número máximo de entradas por mês no país, que passou a ser de 120²³.

Dessa forma, a permanência na fronteira, que deveria ser rápida e tranquila para Whistler, transformou-se em uma experiência marcante. Ao longo de sua narrativa, explica que os percalços pelos quais passou na semana de sua entrada no Brasil o levaram a ficar mais tempo do que o planejado na fronteira, desarticulando seus planos e exigindo que sua família lhe enviasse mais recursos do que o inicialmente pretendido. Conta que a ajuda financeira veio de primos que anteriormente haviam migrado para os Estados Unidos. Os contatos nesse período se davam basicamente por telefone, instalado em um “*cine café*” (Ermofils, 2017) na cidade de Leticia (Colômbia).

O destaque de Whistler como liderança imigrante fica evidenciado quando relata que, passados mais de dois meses de espera, já havia aproximadamente 380 imigrantes haitianos nas mesmas condições aguardando para entrar no Brasil. A narrativa do entrevistado demonstra a clareza de sua condição na fronteira: prisioneiro no limbo jurídico.

Um dia eu decidi fazer uma reunião, conversar com todos eles, “o que nós podemos fazer pra sair daqui?”. Tem um padre lá, que é italiano, nós fomos lá conversar com ele, eu falei: [...] “Nós precisamos voltar pro Haiti. Porque, se o governo não quer liberar nós, tem que liberar nós pra ir embora”. Não tem que esperar, esperar. Mas de dois meses e meio? Não é dois dias, nem duas semanas (Ermofils, 2017).

Ao avançar o relato em relação à organização dos haitianos na fronteira, o entrevistado relembra a ação que ele qualificou como “*uma marcha pacífica*” (Ermofils, 2017), que envolveu lideranças religiosas locais e articulação com a imprensa que lá se posicionava, para cobrir os acontecimentos ligados ao processo

²³ A esse respeito, ver capítulo 1.

de migração e as tensões na fronteira. Ao ser perguntado sobre o papel da imprensa nesse processo, afirma (ainda conjugando o verbo no presente, mas referindo-se àquele momento de sua trajetória migrante): “*Porque nós fomos presos aqui. Preso aqui na fronteira, não tem como entrar e nem como voltar*” (Ermofils, 2017). Vale-se aqui mais uma vez da assertiva de Certeau (2014, p. 182): “As estruturas narrativas têm valor de sintaxes espaciais”, pois “regulam mudança de espaço (ou circulações) efetuadas pelos relatos sob a forma de lugares postos em séries lineares ou entrelaçadas”.

A fronteira tornou-se assim o primeiro território de Whistler e, mesmo vivendo na provisoriedade que juridicamente lhe qualifica, seu relato “não cessa de efetuar operações de demarcação” (Certeau, 2014, p. 193). A fronteira, nesse caso, ou melhor, viver a fronteira nessas circunstâncias, é ressignificada pela narração tanto como território singularizado, aquele que separa e diferencia o lá e o cá (Haiti e Brasil) nas tensões políticas, culturais e jurídicas decorrentes da experiência migratória, como também território local, que articula o lá e o cá, dada a força que assume o relato sobre as interações e os intercâmbios vivenciados com os outros em suas estranhezas. Dessa forma, o relato transforma a fronteira e trai o poder da ordem que a estabeleceu como barreira, tornando-a ponte que possibilita movimentos e mobilidades que quebram com suas lógicas de muro de contenção.

A mobilização também criou espaço de discussão com as autoridades responsáveis pela imigração na fronteira, que, segundo Whistler, trataram logo de deixar claro que a responsabilidade da liberação da entrada de um maior número de imigrantes era com as autoridades de Brasília. Convicto de sua ação política, o entrevistado relata: “*Mesmo assim nós fizemos aquela marcha*”, porque “*nós viemos aqui para trabalhar. Nós não queremos ficar na fronteira, nós queremos entrar para trabalhar*”. Ele finaliza contando que “*a [Rede] Globo [de Televisão] tava lá, pegou a imagem e mandou lá em Brasília*”. Depois disso, de acordo

com Whistler, o governo brasileiro reuniu-se e “*ai depois ele liberou, resolveram andar, liberou eles* [referindo-se aos imigrantes que aguardavam na fronteira]” (Ermofils, 2017).

Whistler, da fronteira do Amazonas, seguiu para Porto Velho, Rondônia, já portando Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteira de trabalho, isto é, documentos que o qualificam como imigrante legal e apto ao trabalho. Para organizar sua caminhada e produzir “geografias de ações” (Certeau, 2014, p. 183), Whistler relata por que foi para Porto Velho: “*Eu tinha um amigo meu lá em Rondônia, eu fui lá*”. Ao utilizar o termo “*lá*”, o nosso narrador reporta-se a uma expectativa frustrada: “*Fui. Quando eu cheguei [...], eu não consegui falar com ele. Não consegui. Cheguei lá, não tinha ninguém, só ele eu tinha, mas ele tinha ido viajar*” (Ermofils, 2017). Entre o sonho e o pesadelo, a lembrança de seu percurso em Porto Velho demarca a desilusão do não encontro e a recusa de ficar “*lá*”. Pensou então em quantos obstáculos ele teria de passar até encontrar um espaço para si no Brasil, espaço compreendido aqui como em Certeau (2014, p. 185): aquele lugar transformado “*pelos ações de sujeitos históricos* (parece que um movimento sempre condiciona a produção de um espaço e o associa a uma história)”.

Então, Whistler aproveitou a “oportunidade” de uma empresa de construção civil do Sul do Brasil que estava recrutando trabalhadores e que lá “*pegou dez haitianos e eu fui lá no pacote deles*” (Ermofils, 2017). A referência feita pelo entrevistado de que foi no “*pacote*” remete às reflexões de Sayad (1998, p. 50): “A imigração e os imigrantes só têm sentido de ser se o quadro duplo erigido com o fim de contabilizar os ‘custos’ e os ‘lucros’ apresentar um saldo positivo”. Nesse caso, o recrutamento de imigrantes no Norte do país e seu deslocamento até o Sul, por mais distante que ambas as regiões pareçam geograficamente, enquadram-se no que diz o autor: “Como maximizar as ‘vantagens’ (principalmente as vantagens econômicas) da imigração, reduzindo ao mesmo tempo ao mínimo o ‘custo’ (notadamente o custo social e cultural) que a presença dos imigrantes impõe?” (Sayad, 1998, p. 50).

A situação vivida por Whistler, assim como outras similares, “condensa em si toda a história do fenômeno da imigração, revela a função objetiva (ou seja, secreta) de regulamentação aplicada aos imigrantes” (Sayad, 1998, p. 50), até mesmo como se relatou anteriormente no caso da liberação dos imigrantes isolados na fronteira e a criação de normas para a entrada e permanência dos imigrantes no país. Nesse sentido, o teórico esclarece que a regulamentação pode mudar: “Segundo as circunstâncias, segundo as populações relativas, essa regulamentação visa impor a todos a definição constituída em função das necessidades do momento” (Sayad, 1998, p. 50).

Conta ainda Whistler:

Sai lá de Rondônia às 5 da manhã, e cheguei lá no [aeroporto] Salgado Filho às 2 da tarde. A gente fez escala em Cuiabá, São Paulo até chegar lá em Porto Alegre. Comecei a trabalhar lá, três meses. Na verdade, o tratamento que a gente recebeu lá não é bom. A empresa, na verdade, o que eles falaram lá em Rondônia, eles não cumpriram lá em Porto Alegre. Ele falou [que] a gente já tem uma casa para morar, a gente não vai precisar comprar comida, a empresa vai dar tudo. E na carteira a gente [a empresa] vai assinar com R\$ 960. Mas na carteira é [foi de fato] R\$ 664 (Ermofils, 2017).

Além disso, o entrevistado relata outros engodos de que foi vítima:

A casa, não tem uma casa na verdade. A empresa é uma empresa que faz tudo, construção. Toda escola municipal, estadual que tem lá em Porto Alegre são eles que fazem a reparação, manutenção..., a reforma, que faz reforma. Mas cada escola que vai trabalhar a diretora deixa uma sala. [...] Cheguei lá, com a mala na mão, “é aqui”. É um colchão, coloca lá no chão, a gente pôde ficar lá (Ermofils, 2017).

Como o imigrante nasce e vive para o trabalho, conforme problematizado por Sayad (1998) – “um imigrante é

essencialmente uma força de trabalho” –, pouco importam os custos a serem arcados pelo empregador para o cumprimento de condições mínimas para habitar e sobreviver para o trabalho. Um colchão, numa sala de aula fria, fez o entrevistado lembrar quão difícil foi dividir o local com mais dez operários. Whistler partilha relatos de “ações espacializantes”. No entanto, conforme a perspectiva ambígua da condição migrante, finaliza com “a gente pôde ficar lá”, alinhado ao que reflete Certeau (2014, p. 189): “Os relatos cotidianos contam aquilo que, apesar de tudo, se pode aí fabricar e fazer. São feitura de espaço”.

Durante o processo de deslocamento interno no Brasil, Whistler conseguiu trazer um de seus três filhos e sua esposa do Haiti. Assim, a família também começou a participar da decisão da escolha do lugar para viver. De Porto Alegre, rumou para Lajeado e depois para Curitiba: “*Por que eu entrei em Curitiba? Porque Porto Alegre [e Lajeado] tava frio, meus filhos, eles não gostam de frio*”. A família chegou a Curitiba por intermédio de um amigo que lhe disse que a cidade seria bem melhor, porém Whistler discorda e pondera: “*É bem frio, é quase igual. Só que é uma outra cidade, é uma capital, é mais bonita, é movimento, tem mais serviço também*” (Ermofils, 2017). Suas impressões positivas da cidade tornam a narrativa uma “fundadora de espaços”, de novas práticas de espaço (Certeau, 2014, p. 191).

Foi em Curitiba que pôde juntar recursos para reunir novamente toda a família, trazendo do Haiti seus outros dois filhos. Para que seu destino final fosse Joinville, Whistler ainda fez uma tentativa de arrumar trabalho em Brusque (SC), pois na cidade, segundo um amigo, por ser um polo do setor têxtil catarinense, ele e sua família poderiam trabalhar com confecção. Decidido por conhecer Brusque, Whistler dirigiu-se à rodoviária de Curitiba e lá chegando foi informado de que o ônibus para Brusque havia partido fazia pouco tempo. Todavia a atendente da empresa rodoviária informou-lhe que poderia ir até Joinville e de lá tomar um ônibus para Brusque. Comprou a passagem, chegou

meio-dia a Joinville e, mais uma vez, o ônibus para Brusque havia partido e o próximo seria somente às 16h. Nesse tempo, foi até o centro de Joinville, encontrou outro amigo, voltou para a rodoviária e decidiu retornar para Curitiba.

A essa altura da narrativa, é possível conhecer mais um pouco da história de vida de Whistler: *“Eu fiquei na fila, eu ouvi o aluno [...]. Ah! Esqueci o nome dele.[...] Eu vi uma pessoa lá embaixo, e tá olhando, tá subindo. Mas eu não sabia se era. Porque fazia mais de seis anos que eu não via ele, mas ele tá crescendo, bastante”* (Ermofils, 2017). O entrevistado relembra com emoção quando o jovem falou *“Mestre Ermofils!”* e explica que no Haiti professor *“geralmente a gente chama mestre”*, deixando transparecer o orgulho de assim ser chamado. Whistler lecionava Filosofia para a educação básica no Haiti. No encontro com seu ex-aluno, surgiu um novo destino para o estabelecimento de Whistler e de sua família. Seu aluno convenceu-o dizendo: *“Aqui tem bastante serviço, em Joinville. Porque tem bastante gente que trabalha aqui, lá na Tupy, e eles falam que lá bom, ganham bem”* (Ermofils, 2017)²⁴. Imediatamente a decisão foi tomada: seria Joinville seu próximo destino. Na semana seguinte deixou Curitiba e retornou para Joinville, fez a entrevista na Tupy e um mês depois estava empregado. Foi morar no bairro Comasa, lá conheceu outros haitianos e fundou com eles a Associação Imigrantes Haitianos de Joinville.

²⁴ Nesse sentido, também a imprensa que procura comunicar sobre e com os imigrantes utiliza o argumento do “bom emprego” em Joinville: “Nesse quadro, desde abril de 2013, aproximadamente 500 haitianos teriam se instalado em Joinville. A principal empresa a absorver a mão-de-obra haitiana é a Tupy, responsável pela produção de peças em ferro fundido. A percepção dos empregadores é muito positiva com relação à contratação destes trabalhadores, que são elogiados pelo seu empenho, foco e dedicação. Além disso, diferentemente do vivenciado em outras localidades, os haitianos entrevistados para a matéria afirmam que encontram uma grande receptividade e solidariedade por parte da população local e que estes seriam fatores que contribuem para sua permanência na cidade” (Thomaz, 2014).

Outra singular narrativa de percurso para o Brasil e já no país é do imigrante haitiano Shiller Pierre²⁵. Shiller permaneceu dois anos depois do terremoto ainda no Haiti e experimentou viver quatro meses na República Dominicana, onde aprendeu espanhol. Tomou a decisão de migrar em 2013, quando obteve apoio financeiro do pai, radicado há 26 anos na França, para custear a viagem. Diz que seu caminho foi bem difícil, *“porque eu passei por [...] República Dominicana, Equador, Colômbia, Peru, até cair no Brasil”*. Recordar-se do tempo e dos lugares por onde passou: *“Eu fiquei uma semana na República Dominicana, até organizar, comprar passagem, fazer reserva do hotel [...]. Depois eu peguei o avião lá [...], daí, antes de chegar no Equador, eu cheguei na Colômbia, [...] daí eu fiquei no Equador”* (Pierre, 2017). Nesse enredo, “o mapa demarca, o relato faz uma travessia” e “instaura uma caminhada (‘guia’)” que também transgride a lógica jurídica da fronteira (Certeau, 2014, p. 197). A narrativa compõe e organiza seus objetivos e intenções com a migração. Migrar, nessa perspectiva, é um projeto de vida que lhe exigiu decisões e investimentos.

A segunda parte da viagem foi um pouco mais problemática: *“Do Equador eu peguei ônibus, no ônibus eu fiquei um dia, 12 horas, até chegar na fronteira com o Peru”, confessa. “Essa trajetória era bem difícil, porque é uma trajetória ilegal [...]. É que vai passar ilegal, não sabe o caminho, né? E ainda encontrar um monte de gente se aproveitando de nós”*. Aqui Shiller detalha, com desapontamento, as situações de exploração imposta aos imigrantes: *“Tipo, um ônibus que era pra pagar dez reais, eles pediram 50 dólares”*. Pelas contas do imigrante, o custo para fazer esse trajeto é de aproximadamente 3 mil dólares: *“Tem gente que saiu com três mil dólares, e eu lembro que saí com dois mil e 500, e tem gente que gastou mais ainda”* (Pierre, 2017).

²⁵ Solteiro, tem uma filha com uma brasileira que vive em Águas de Chapecó (oeste do estado de Santa Catarina). No Brasil desde 2013 e em Joinville desde 2015, seu pai também é migrante e vive há mais de 20 anos em um lugar próximo da França.

Nessa passagem, Shiller parece não apenas realçar uma denúncia, como também convocar o entrevistador a difundi-la, sensibilizando-se com as dificuldades enfrentadas nos percursos dos imigrantes.

Da saída do Haiti até a chegada à fronteira do Brasil no Acre, foram três semanas tensas. Toda a organização da viagem, bem como a decisão do destino a tomar no Brasil, foi discutida por um amigo haitiano que já estava em Santa Catarina, no sul do estado, em Criciúma, e influenciada por ele. As conversas davam-se pelas redes sociais desde antes da saída de Shiller do Haiti. O entrevistado relembra:

“Shiller, olha, o caminho é assim, vai passar por esse país, vai entrar nessa cidade, pegar ônibus pra essa cidade, entra por aqui, entra por aqui.” Ele ia me contando, daí eu só ia escrevendo a trajetória que ele me falou pra chegar. Por isso que eu gastei, vamos dizer, menos dinheiro (Pierre, 2017).

Ainda assim precisou gastar dinheiro: *“Eu gastei bastante, porque as pessoas, você precisa de alguém no caminho pra dizer que, foi aqui que tem que passar, é aqui que tem que pegar ônibus”*. Mais uma vez, denuncia os atravessadores e conta como fazem para tirar dinheiro dos imigrantes: *“Vai dizer que tem policial aqui, não pode passar nesse lugar, que tem polícia, vai pegar vocês mandar de volta e tal. [...] Você vai acreditando e ele também vai aproveitando pegar dinheiro [...], até que você tá livre”* (Pierre, 2017). A constatação de estar livre significa, no contexto da narrativa, ter chegado à fronteira.

A narrativa de Shiller aponta um dos elementos que o fizeram escolher o Brasil: *“Eu escolhi o Brasil pela facilidade mesmo, mais fácil de entrar, não tem incômodo, né? Os meus amigos que estavam dois anos morando no Brasil me contaram que aqui é bem tranquilo, não tem deportação”* (Pierre, 2017). Sua narrativa denota que existe o medo de ser mandado embora, sentimento que acompanha

historicamente os migrantes pelo mundo afora. Ter a garantia da não deportação pesa significativamente na escolha do destino.

Depois de adentrar no Brasil, seguiu o planejado. Shiller já tinha a indicação de um amigo para ir para Santa Catarina e, como muitos imigrantes haitianos, foi trazido por empresas da indústria frigorífica do oeste do estado (com ele, seguiram mais 99 haitianos, segundo seu relato). Começa a contar sua vinda por uma dessas empresas para Chapecó (SC): *“Fiquei três dias e três noites, dia e noite, andando de ônibus. Sem parar. Só para comer e tomar um banho”*. Confessa que passou medo por não saber ao certo para onde estava sendo levado. Ao chegar, *“tinha casa já pra nós, cama, tudo”*. Elabora uma comparação entre o alojamento em Brasileia e o que encontrou em Chapecó: *“Olha, eu não vou dizer ruim. Sabe por quê? Quando eu cheguei na Brasileia, no Acre, eu usava um colchão que tinha quatro anos usando, passando muita gente em cima desse colchão. Não é coisa cuidada, não”*. Então, compara os alojamentos: *“Mas quando eu cheguei lá, naquela casa, que a empresa levou nós, cada quarto tinha quatro haitianos”*. Ele completa: *“É um quitinete que tinha dois quartos, e a cozinha [...] Então eram aquelas caminhas, um em cima do outro”* (Pierre, 2017).

Assim como Whistler, também Shiller não suportou o frio do lugar nem as baixas temperaturas dentro dos frigoríficos durante o trabalho. Por meio de um contato com um primo que já morava em Joinville e lhe dizia *“que é uma cidade boa pra viver, tem trabalho”*, Shiller ficou convencido a vir para a cidade com o espírito de *“nós ficar juntos, fazer nossa família aqui”*. Quando provocado a dizer o que acha da cidade, Shiller diz: *“Joinville é bom”* (Pierre, 2017), dando sentido a Certeau (2014, p. 176), que afirma: *“É uma prática de espaço este bem-estar tranquilo sobre a linguagem onde se traça, um instante, como um clarão”*. Em Joinville, o entrevistado criou suas alternativas para viver, trabalhou por algum tempo fazendo “bicos”, como pedreiro, garçom, e agora trabalha há mais de um e meio em uma loja de materiais de construção como

entregador²⁶. Whistler e Shiller conheciam-se no Haiti e em Joinville se reencontraram; juntos fizeram vários percursos pela cidade, percursos que serão seguidos ao longo deste livro.

Durante toda a experiência de ouvir os imigrantes haitianos nas entrevistas em busca de narrativas que visibilizassem a forma como vivem na cidade e se apropriam dela, o momento com Manouse Françaóis²⁷ foi o mais significativo. Perguntar para uma mãe que deixou seus dois filhos no Haiti o que ela faz em Joinville, por que migrou e que laços estabelece com a cidade se tornou tão insignificante que houve dificuldade de seguir com a entrevista. Diante de suas lágrimas já no início e da afirmação “*É, sem os meus filhos junto não dá, não. Agora mesmo, o que é mais difícil pra mim, o que mais pesa, são eles*” (Françaóis, 2017), é como se ela nos dissesse que nada tinha muito significado.

Manouse migrou ainda muito jovem (entre 13 e 15 anos, diz não se lembrar exatamente da idade que tinha), saiu do Haiti e foi viver na República Dominicana, passou a morar com uma tia que necessitava de cuidados e naquele país concluiu seu ensino médio e permaneceu por 13/14 anos. Na República Dominicana conheceu seu marido, um haitiano também migrante, com quem teve dois filhos. A decisão de migrar para o Brasil foi dele. Ela ficou com os filhos e a promessa de que partiriam assim que possível para encontrar o marido. Quando perguntamos por que migrar para o Brasil, Manouse responde, pensativa: “*Na verdade eu não sei, lá tínhamos tudo*” e completa: “*Tínhamos nossa casa, tudo. Uma vez falaram que aqui estava melhor, para uma vida melhor, e ele vendeu o que tinha lá e veio aqui*” (Françaóis, 2017). Sua narrativa deixa antever que a decisão de migrar não foi compartilhada.

²⁶ No momento da entrevista ainda estava em Joinville. Shiller retornou para Águas de Chapecó, em novembro de 2017, para ficar perto de sua filha brasileira, que permaneceu com a mãe nestes dois anos.

²⁷ Residente no bairro Boa Vista, Joinville. Casada, 29 anos, mãe de dois filhos, que ficaram no Haiti.

Ao ser perguntada como está sendo morar em Joinville, a entrevistada responde entre risos nervosos e muitas lágrimas: “*Meu Deus!*”, como se nos devolvesse a pergunta “que vida?”. Um pouco antes, ela tinha expressado: “*Às vezes, na verdade, me arrependo um pouquinho*”, referindo-se ao fato de ter migrado para encontrar seu marido e de ter deixado seus filhos com a mãe no Haiti: “*Deixar meus filhos, sem ver eles. Meu Deus, é difícil*”. Ainda provocada a falar sobre o que faz aqui para se divertir com o marido, desabafa: “*Ele só vai com os seus amigos jogar dominó, e coisas assim*”. Ela conta que na República Dominicana era diferente: “*Mas sempre ele me levava pra sair todo domingo*”. O relato de Manouse também aponta diferentes percepções e experiências da imigração. No caso dela, há um componente forte ligado à sua identificação de gênero que engloba os conflitos que vive diante dos papéis que ela acha que está cumprindo e outros que está em falta: esposa e mãe. Quando diz “*Agora aqui ele não faz*” (Françoais, 2017), deixa transparecer ressentimento e amargura com as escolhas que fez no passado e com a vida que tem agora.

Nesse processo migratório, Manouse e o marido estabeleceram-se no Brasil, arrumaram trabalho (os dois na metalúrgica Fundação Tupy, ele na produção e ela na limpeza), moram no bairro Comasa, lugar que durante a pesquisa foi identificado simbólica e geograficamente (do ponto de vista da ocupação espacial) como um “território haitiano”, porque é onde residem muitos imigrantes haitianos e, sobretudo, onde estabelecem ações/relações de pertencimento (vínculos com comunidade religiosa, associação de haitianos, time de futebol, realização de jantares entre haitianos etc.). No entanto, para Manouse, esse processo de reterritorialização está muito difícil: “*É triste ficar aqui sem eles, eles lá e eu aqui, é bastante difícil*”, como se para ela fosse apenas um espaço que ocupa provisoriamente sem conseguir estabelecer vínculos afetivos com o aqui. Ela diz: “*Às vezes, para mim eu penso que tô lá, é porque na verdade é onde está toda sua família, toda sua lembrança, todos aqueles que você*

tinha, mãe, pai, especialmente filhos. Nunca vou esquecer. Nunca". Pela religiosidade, Manouse tem conseguido amenizar a saudade dos filhos. Ela é evangélica e participa de uma comunidade no bairro em que mora: "*Depois do trabalho, eu chego aqui e vou pra igreja*". Conta como é sua semana e como se agarra nisso para sobreviver: "*Segunda eu vou para a igreja, para uma reunião que faz, também, terça vamos visitar pessoas. Orar, e tudo para elas. E quarta vou para o curso [referindo-se a um curso de curta duração que faz na universidade], e quinta vou também pra igreja. E é assim*". Com o objetivo de entender um pouco mais o significado de sua participação na igreja, surgiram as indagações: "A igreja preenche? Por que você vai para a igreja?". Antes de elaborar um sentido para isso, a entrevistada diz que tem participado de vários grupos: um grupo para casais, um grupo de canto, um grupo para ajudar outras pessoas – "*Eu gosto também, porque eu me sinto mais serva de Deus*" (Françuais, 2017). Nesse relato é possível reconhecer que Manouse se apropria do espaço da religiosidade, assim como tantos outros migrantes já o fizeram em Joinville (Coelho, 2010), como ponto em que podem acionar uma rede de apoio e de solidariedade tanto com outros haitianos quanto com a população local, estabelecendo laços de sociabilidade.

Mesmo encontrando apoio na prática de sua religiosidade, Manouse encerra sua narrativa entristecida quando relembra sua trajetória de vida: "*Eu saí de uma família bem humilde, eu não saí de uma família rica. Meus pais, na verdade, lutaram muito*". Faz a si mesma uma cobrança: "*Eu agora mesmo [...], nessa idade, eu deveria ter condição de ajudar eles, mas onde eu tô eu ainda não tenho nada*". Mesmo com a constatação de que ainda não atingiu seus objetivos para ajudar sua família nem seus filhos, faz uma referência ao futuro: "*Eu sempre penso que meu futuro mesmo é de ter uma vida bem melhor*", mas novamente se mostra dividida entre dois mundos: "*Às vezes o meu pensamento vai e vem, vai e vem*". Ela finaliza, de novo com os olhos cheios de lágrimas (ela e nós): "*É, sem os meus filhos junto não dá não*" (Françuais, 2017).

Nessa perspectiva, alinhando metodologicamente Certeau (2014) com a compreensão de “lugares praticados” e o proposto por Rolnik (2016) no método “cartografia sentimental”, na pesquisa se caminhou pelos mesmos percursos dos imigrantes haitianos, percursos ora definidos em seus planejamentos iniciais, ora estrategicamente modificados diante das adversidades encontradas. Por suas narrativas, foram percorridos territórios múltiplos: físicos e sentimentais. Mais do que explicar o processo de imigração, fez-se aqui como deve ser feito pelo cartógrafo, um mergulho “na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo”, a invenção de “pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem” (Rolnik, 2016, p. 66).

Capítulo 3

Espaços vivos: tensões e narrativas cotidianas



O objetivo deste capítulo é problematizar as recusas visíveis ou implícitas em relação à presença dos imigrantes haitianos no espaço urbano joinvilense e as tensões políticas e culturais sinalizadas. Tais tensões podem aparecer nas ruas da cidade, na imprensa escrita local, ou ainda em opiniões manifestadas em redes sociais, sob as quais é possível entrever posições de racismo, xenofobia e preconceito, o que traz à tona o aspecto violento e desigual desencadeado pelos processos diaspóricos contemporâneos. Sobre isso Larrosa (2002, p. 82) faz uma provocação em seu texto “¿Para qué nos sirven los extranjeros?”, quando diz:

Lo extraño no inquiete lo propio, para que no nos extrañemos de nosotros mismos y para que, en el encuentro con el extranjero, no aprendamos que, en realidad, nosotros también somos

extranjeros. Podríamos decir que la comprensión procura un beneficio simbólico cuando su dimensión reflexiva se resuelve en un fortalecimiento de las seguridades que constituyen la identidad del intérprete. En ese sentido el otro extranjero es el que te permite sentirte en casa, el que te permite ser tú mismo haciendo de ti el (más o menos generoso) propietario de la casa.

Nesse entendimento, seria possível identificar nos processos contemporâneos de globalização mais facilidade na integração de culturas por conta da fluidez de comunicação e de pessoas. Larrosa (2002) convida a pensar a relação com o outro, “el extranjero”, quando faz o outro refletir sobre a própria identidade de forma a compreender e a se colocar no contexto da diferença cultural como elemento participante dessa cena, e não exteriormente a ela.

Por outro lado, vê-se a continuação da produção de desigualdades potencializando os acirramentos que geram manifestações extremas de confronto para com os diferentes. Talvez se pudesse pensar como Canclini (2015a, p. 349): “Em toda fronteira há arames rígidos e arames caídos”. A constatação de que vivemos em um mundo de fronteiras fluidas não cessou as tensões envolvendo os imigrantes, sobretudo aqueles que advêm de etnias e regiões consideradas periféricas, revelando que os fenômenos recentes de imigração devem ser vistos à luz das históricas colonizações mundiais e dos papéis atribuídos geopoliticamente a cada país e a cada etnia nesse contexto¹.

Para Sodré (2015, p. 17), “existe um abismo entre o abstrato reconhecimento filosófico do Outro e a prática  tico-política (real-concreta) de aceita o de outras possibilidades humanas, da alteridade, num espaço de convivência”. Para compreender esse abismo, os enfrentamentos, os dissabores e as dores vividos pelos imigrantes nesse cenário de tensões com/entre

¹ Para aprofundamento das questões relacionadas às coloniza es, às diásporas negras e ao preconceito, ver: Fanon (1968) e Gilroy (2001).

os diferentes, foram analisadas suas narrativas acerca dos tensionamentos vividos no processo migratório, principalmente aqueles relacionados à sua presença na cidade. O imigrante em sua narrativa elabora, significa/ressignifica atos/fatos/ações ocorridos consigo ou com seus familiares no que tange às situações de xenofobia e preconceito. Interessa aqui problematizar a legitimação ou recusa ao racismo como estratégias utilizadas pelo imigrante para o enfrentamento dos dramas do processo imigratório.

Ao estudar os processos migratórios atuais, têm-se como ponto de partida duas problematizações: os processos de interculturalidade e/ou hibridação, como compreende Canclini (2015a); e as recusas/tensões das diferenças que ocorrem com os protagonistas da diáspora nos deslocamentos e na sociedade de destino, conforme Hall (2003). Em relação aos processos de interculturalidade e/ou hibridação, Canclini (2015a, p. XVIII) esclarece: “Hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições, mas sim pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade”. O autor reforça seu ponto de vista: “*Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas*” (Canclini, 2015a, p. XIX). Nesse sentido, o autor argumenta que se faz necessário “reconhecer o diferente e elaborar as tensões das diferenças” (Canclini, 2015a, p. XXVI-XXVII). Para isso, é preciso ver que “a hibridação, como processo de interseção e transações, é o que torna possível que a *multiculturalidade* evite o que tem de segregação e se converta em *interculturalidade*” (Canclini, 2015a, p. XXVI-XXVII).

No contexto das diásporas do início do século XXI, quando se lida com as pesquisas envolvendo os imigrantes haitianos (pobres e negros, na sua grande maioria), deve-se problematizar o processo histórico que Hall (2016, p. 161) definiu como

“racialização do outro” na cultura ocidental. O autor destaca três momentos decisivos que chama de “encontro do ‘Ocidente’ com os negros, que deram origem a uma avalanche de representações populares, baseadas na marcação da diferença racial” (Hall, 2016, p. 161). O momento histórico do século XVI, em que ocorreu o contato “entre comerciantes europeus e os reinos da África Ocidental, fonte de escravos negros durante três séculos” (Hall, 2016, p. 161), é visto como o início desse processo de racialização. Hall (2016, p. 161) identifica como o segundo momento “a colonização da África e sua ‘partilha’ entre as potências europeias que buscavam controlar território, mercados e matérias-primas coloniais no período do ‘novo imperialismo’”. Por último, o autor indica o período das “migrações pós-Segunda Guerra Mundial do ‘Terceiro Mundo’ para a Europa e América do Norte” (Hall, 2016, p. 161). Esses momentos marcaram e moldaram profundamente “as ideias ocidentais sobre ‘raça’ e as imagens da diferença social” (Hall, 2016, p. 161).

No Brasil, também o processo de racismo e invisibilidade das populações afrodescendentes é histórico e remete ao período da escravidão brasileira, que deixou sequelas de exclusão econômica, autoritarismo e discriminação, conforme Chauí (2000). “O silenciamento sobre a condição étnico-racial da sociedade brasileira, a negação e a invisibilização da população negra [...] visava[m] ao ‘esquecimento’ de que somos um país negro, nascido e prosperado sob a égide da escravidão negra” (Silva; Santiago, 2016, p. 55). Em Santa Catarina, estado com predominância de colonização germânica, essa invisibilidade é ainda mais premente. Pedro *et al.* (1996) procuraram problematizar a presença de afrodescendentes ao longo da trajetória de construção do estado. Alguns dados (IBGE, 2010 *apud* Willian; Peixer, 2016) indicam maior número de afrodescendentes em Santa Catarina sobretudo

por conta dos processos de migração interna das populações vindas do Nordeste brasileiro².

Nesse cenário de negação da presença afro, Joinville reforça o estereótipo de cidade germânica. Colonizada no século XIX e tendo 1851 como data de sua fundação por imigrantes germânicos, a história da cidade foi contada por muito tempo sem se considerar a presença dos primeiros habitantes locais, como os indígenas e os negros. Nos anos 1990, a historiografia passou a problematizar a presença de outros atores tanto no processo de fundação do município quanto em seu desenvolvimento³. No processo de revisitação da história de Joinville, estudos importantes foram desenvolvidos a partir da década de 2000 sobre a presença das populações afrodescendentes em território joinvilense, com destaque para a pesquisa de Fontoura e Silva (2005), que problematiza a ausência de registros acerca das populações brasileiras (negros, indígenas) na região quando da colonização germânica em meados do século XIX, e mais recentemente a investigação de Borba (2014), que fez um estudo arqueológico a respeito da diáspora africana em sítios históricos da Baía Babitonga (SC), com o intuito de mapear as coleções arqueológicas presentes em museus e universidades para identificar artefatos produzidos e utilizados por africanos e afrodescendentes na região de Joinville.

Ainda com a intenção de identificar a presença de escravos negros em Joinville no momento da colonização, Guedes (2007), com base em fontes primárias (registros paroquiais de batismo e óbitos e inventários), produziu uma análise em que aponta

² Conforme divulgado pelo site de notícias Agência Prefixo (acesso em: 11 maio 2017), dados do censo do IBGE de 2010 mostram que naquele ano 59.273 nordestinos migraram para Santa Catarina (Willian; Peixer, 2016).

³ Destaque para o livro *Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade* (Guedes, 2000), que em 2000 reuniu estudos de várias professoras historiadoras da Univille, resultado de pesquisas de mestrado ou doutorado gestadas ao longo dos anos 1990. Todavia esse conjunto de pesquisas, apesar de mencionar a presença afro na história de Joinville, não tinha como objeto de estudo a problematização dessa questão.

algumas características da população à época e demonstra estatisticamente a existência dela na região. Cunha (2008) também contribuiu para os estudos referentes ao tema quando se dedicou a pesquisar sobre negros, trabalho e sociedade em Joinville. O autor afirma haver “esquecimento” e “menosprezo” desse grupo pela historiografia local.

Com os propósitos de analisar a cidade contemporânea e as tramas de seu cotidiano e estudar os espaços ocupados pelas diversas etnias presentes em Joinville, Coelho (2011) problematizou os jogos de poder na cena cultural joinvilense e as imbricações com a presença afro-brasileira. Em seu entendimento, mesmo que os “representantes” da etnia negra na cidade tenham ocupado um estande na Festa das Tradições⁴, evento que teria como objetivo dar visibilidade para os vários grupos culturais e étnicos que contribuíram/contribuem para a construção de Joinville, permanece a invisibilidade desses atores na história da cidade. A autora articulou sua argumentação utilizando entrevistas concedidas por duas lideranças negras de Joinville, de forma a mostrar que não há homogeneidade de pensamento nem de posicionamento em relação ao lugar histórico dos afros na sociedade local. Pelo contrário, as narrativas traziam à tona as tensões pela representação política dessa etnia (Coelho, 2011, p. 41-42).

⁴ Vale transcrever a descrição de Coelho (2010, p. 53-54) sobre o estande que supostamente representaria a etnia negra na cidade: “O estande seguinte não se referia a uma nação ou etnia, mas a um continente: África. O panô exibia desenhos com leões, girafas e elefantes. Tapetes supostamente feitos de peles de animais forravam o chão. Um sofá no centro servia de suporte para xales de seda, e a seu lado havia um baú sobre uma canga colorida. O cenário aparentava a intenção dos *designers* do ambiente em realçar certo exotismo cultural, talvez já visto em algum filme de aventura na selva. Ao fundo, cinco grandes painéis apresentavam a história da África e faziam parte do denominado ‘museu itinerante’ pertencente ao Instituto Afro-Brasileiro de Joinville – Afroville. Os painéis traziam cenas que retratavam uma floresta hostil, caravelas e homens negros acorrentados. No último painel uma mensagem explicitava a necessidade de afirmar a igualdade da espécie humana e combater possíveis preconceitos: ‘Somos várias raças, mas o sangue é igual’. Fiquei intrigada com a proposta do estande, que denunciava a conquista europeia do continente, mas não fazia sequer uma alusão à pertinência étnica ‘africana’ à cidade”.

Diante do cenário de negação da presença africana como constitutiva de nossa história, também em Joinville por vezes o imigrante negro é visto tal qual uma ameaça social, como problematizado por Bauman (2017), quando reflete o significado da presença maciça de refugiados na Europa nos últimos anos e como são vistos pelas populações locais: “Não admira que as sucessivas ondas de novos imigrantes sejam percebidas como ressentimentos, como (recordando Bertolt Brecht) ‘precursores de más notícias’. Eles são personificações do colapso da ordem...” (Bauman, 2017, p. 21). É como se o imigrante trouxesse à tona as mazelas de um sistema injusto. “Esses nômades – não por escolha, mas por veredicto de um destino cruel – nos lembram, de modo irritante e aterrador, a (incurável?) vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de nosso bem-estar arduamente conquistado” (Bauman, 2017, p. 21).

Em Joinville, também a presença dos imigrantes haitianos provoca tensões que se manifestam em recusas nos espaços da cidade, entendidas aqui como recusas de territórios (ora físicos, ora simbólicos). Vale-se aqui de Haesbaert (2016, p. 95-96) para compreender as tramas que se desenrolam na disputa: “O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”. É na dimensão de “espaço-tempo vivido” que se estabelecem as lutas por espaços territoriais. A tradução de tais tensões manifesta-se em distintas formas comunicacionais, desenvolvidas ora por atores políticos, ora pela imprensa local, ou ainda pelos próprios imigrantes.

Os acontecimentos a que esta pesquisa se dedica a analisar envolvendo os imigrantes haitianos na cidade levam a questionar a garantia do disposto no artigo 5 da Constituição Brasileira de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos *estrangeiros*

residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988, grifo nosso).

Para melhor compreender as tramas políticas e sociais em que a imigração haitiana é envolvida, optou-se por examinar diferentes manifestações comunicacionais públicas que possuem em suas mensagens um sentido político de posicionamento contrário à presença de imigrantes negros na cidade. As mensagens comunicacionais que ora se averiguam aqui explicitam os tensionamentos provenientes das disputas simbólicas em torno do pertencimento do espaço da cidade, da demarcação do território local.

No processo da pesquisa, ainda no seu período inicial, quando o propósito era encontrar indícios da presença haitiana na cidade de Joinville, caminhando pelos desvios, pelas brechas, por aquilo que se antepõe diante dos olhos, emergindo em restos significativos (Barbosa, 2009), encontrou-se uma diversidade de fontes comunicacionais que, na perspectiva desta investigação, evidenciam múltiplas linguagens, expressões e sentidos. As fontes aqui problematizadas são, portanto, de três ordens comunicacionais: uma notícia que quer ser tornada pública e extensiva; uma pichação anônima que reflete um ato de imposição comunicacional visível pela imagem em lugar de passagem; e a expressão-síntese em fotografias que sofrem interferências, atos e ações, construindo uma nova fala (de recusa) pela destruição das imagens.

A primeira fonte que se estudou consiste em uma nota jornalística acerca do perfil ideal de trabalhador aceito para o mercado de trabalho local publicada em um jornal de grande circulação regional. A segunda fonte a ser analisada é a foto de uma pichação feita em um muro da cidade com a frase “O Haiti não é aqui”, e o terceiro objeto refere-se a uma amostra de fotografia envolvendo imigrantes haitianos em Joinville e sua depredação.

A problemática central ao analisar os fluxos migratórios contemporâneos diz respeito às tensões que envolvem os processos de deslocamentos humanos na atualidade, sobretudo as imbricações decorrentes das vivências entre os diferentes e as questões intrínsecas aos movimentos de pertencimento e/ou recusas no local de destino (Hall, 2003).

Nesse sentido, iniciou-se a análise indagando o papel da imprensa local nesse processo. Para Sodré (2015, p. 276), “a mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais”. Assim, movida por “uma tradição intelectual elitista [...], legitima a desigualdade social pela cor da pele”. Que força tem a produção discursiva dessa imprensa no tocante aos jogos políticos e às forças contrárias à imigração e à presença de imigrantes? Por último, num cenário em que a imprensa, ainda hoje, produz e reproduz enunciados que reafirmam a existência de estereótipos de *tipos ideais*, como problematizar ou mesmo promover debates em torno da construção de multiterritorialidades e da possibilidade de convivência entre os diferentes?

A imigração haitiana em Joinville, conforme dados obtidos na Polícia Federal e já citados anteriormente, ainda era incipiente em 2013: registravam-se menos de 100 haitianos documentados na cidade. Todavia dados do IBGE (2015a) revelavam naquele período que Joinville era a segunda cidade com o maior número de população negra de Santa Catarina⁵, o que justifica o impacto e a repercussão que causou a nota jornalística veiculada em

⁵ Além do crescimento em dez anos, Joinville tem a maior população de pardos do estado (57 mil). Em relação aos declarantes negros, é a segunda de Santa Catarina, com 13 mil. Florianópolis tem 20 mil negros. O IBGE não tem análises sobre as variações, mas acredita que elas ocorram por causa de migrações e pelo fato de mais moradores se declararem pardos. Na região de Joinville, Araquari lidera em proporção de negros (Kreidlow, 2015).

2013⁶: “O perfil ideal de trabalhador procurado é *homem, branco, de 25 a 35 anos de idade*” (Loetz, 2013, grifo nosso). O enunciado descortina posicionamentos históricos no Brasil e, principalmente, em uma cidade de colonização germânica que de tempos em tempos vê aflorar o discurso, tanto por parte da imprensa local como do empresariado, da germanidade e da branquitude como explicação para o desenvolvimento econômico⁷. O teor da nota é tão carregado de estigmas históricos que, descontextualizada, pode ser confundida com um texto corriqueiro dos jornais do século XIX. Sodré (2015, p. 278) faz referência ao fato de que desde o século XIX existe a construção de imaginários que muitas vezes produzem “representações negativas do cidadão negro”, em que “o africano e seus descendentes eram conotados nas elites e nos setores intermediários da sociedade como seres fora da imagem ideal do trabalhador livre”.

A narrativa da nota provoca a pensar para além do objeto de estudo desta obra – os imigrantes haitianos –, levando a refletir sobre o lugar destinado a cada etnia ainda no século XXI, e não só o lugar do negro no sistema atual, assim como o lugar que é destinado para as mulheres e para os idosos⁸. Para problematizar a questão da apropriação de território no sentido de pertencimento e cidadania, faz-se necessário compreender que “é nesse cenário turvo de relações que os processos territoriais se explicitam,

⁶ “Em Joinville, considerando-se todos os tipos e portes de empresas, há vagas em aberto para aproximadamente 7 mil trabalhadores. A estimativa é do vice-presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos em Santa Catarina (ABRH-SC), Pedro Luiz Pereira. [...] O perfil ideal de trabalhador procurado é homem, branco, de 25 a 35 anos de idade. Em parte, as vagas não são preenchidas, porque os candidatos não têm as habilidades e competências necessárias e também porque se acabou o tempo em que os empregados ficavam muitos anos na mesma companhia. O maior índice de desemprego está com mulheres e com pessoas acima de 40 anos” (Loetz, 2013).

⁷ Vale ressaltar aqui que em 2013, ano da publicação da referida nota, o Brasil vivia o momento que os economistas se acostumaram a denominar de *pleno emprego*. Por isso, a justificativa de que a chamada que continha “tipo ideal homem branco” era para reserva de trabalho aos moradores de Joinville não faz sentido.

⁸ Como a nota jornalística foi veiculada no *blog* do colunista Claudio Loetz, há uma gama de posicionamentos contrários à exigência do “tipo ideal”. Ver: Loetz (2013).

não só pelas questões ambientais, sociais, culturais, políticas, trabalhistas, de direitos humanos e de projeto de sociedade” (Paula, 2013, p. 204). O direito ao trabalho é fator determinante para que o imigrante (nesse caso, o imigrante negro haitiano) construa e desenvolva suas estratégias de sobrevivência no local de destino.

O segundo objeto de análise para problematizar as manifestações de recusa aos imigrantes haitianos é bem mais explícito do que a nota veiculada em 2013 analisada anteriormente. Trata-se de uma ação extremada de xenofobia e preconceito em relação aos haitianos.

Aqui é preciso registrar a dificuldade de problematizar questões como essa sem que os posicionamentos políticos pessoais se sobreponham ao papel de pesquisador, permitindo o distanciamento do fato. Desde o início de 2016, estabeleceu-se uma relação muito próxima de trabalho de extensão universitária e de amizade com alguns imigrantes haitianos, levando a uma grande empatia com sua situação de imigrante, o que provoca o sentimento de indignação quando vistas ações como a que se analisará em seguida.

Em abril de 2016, uma ação de intervenção num espaço público da cidade demonstrando a recusa pela presença de haitianos chamou a atenção de muitos. Tratava-se de uma pichação com a mensagem direta “O Haiti não é aqui”⁹. A

⁹ Importante esclarecer que a frase “O Haiti não é aqui” é uma apropriação de um trecho da música de Caetano Veloso e Gilberto Gil intitulada *O Haiti*, composta em 1993. A canção reflete sobre o Brasil e conecta-nos com o Haiti. Destacamos um trecho que julgamos importante para o contexto de nossa escrita: “Quando você for convidado pra subir no adro da Fundação Casa de Jorge Amado / Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos / Dando porrada na nuca de malandros pretos / De ladrões mulatos / E outros quase brancos / Tratados como pretos / Só pra mostrar aos outros quase pretos / (E são quase todos pretos) / E aos quase brancos pobres como pretos / Como é que pretos, pobres e mulatos / E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados / E não importa se olhos do mundo inteiro possam estar por um momento voltados para o largo / Onde os escravos eram castigados / E hoje um batuque, um batuque com a pureza de meninos uniformizados / De escola secundária em dia de parada / E a grandeza épica de um povo em formação / Nos atrai, nos deslumbra e estimula / Não importa nada / Nem o traço do sobrado, nem a lente do Fantástico / Nem o disco de Paul Simon / Ninguém, ninguém é cidadão / Se você for ver a festa do Pelô / E se você não for / Pense no Haiti / Reze pelo Haiti / O Haiti é aqui / O Haiti não é aqui”.

mensagem não continha assinatura, mas o espaço em que foi escrita, uma rua de grande circulação em direção à zona sul do município, pichada em um muro de uma grande fábrica conhecida pelos joinvilenses, garantia a sua visibilidade e, de imediato, comunica que o trabalho em Joinville não é para haitianos. Ela demarca ainda que esse imigrante não é daqui, qualificando-o como um forasteiro sem território.

Fatos como esse trazem à tona os processos de tensões muitas vezes mantidos velados na cena urbana em relação à disputa por ocupação do território. Entende-se que a disputa por território, mesmo que território simbólico na/da cidade, é sempre uma disputa por poder e pelo poder no espaço urbano. Certeau, ao falar de práticas de espaço, registra que “a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam” (Certeau, 2014, p. 161). Nesse sentido, “proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir” (Certeau, 2014, p. 161). Se analisarmos essa ação de pichação considerando os fluxos globais contemporâneos e a presença significativa de estrangeiros nos centros urbanos industrializados, podem-se compreender os jogos de tensão postos entre os locais/moradores da cidade e a presença daqueles que Canclini (2015b) chama como “diferentes, desiguais e desconectados”, nesse caso, os imigrantes que buscam se reterritorializar. Manifestações, que transformam os muros da cidade em espaços públicos, contrárias à imigração expõem as fissuras da sociedade atual no que diz respeito à convivência da diferença e evidenciam as desigualdades econômicas do mundo global, bem como as desconexões sociais e culturais.

A ação da pichação repercutiu na imprensa local levando lideranças do meio político-partidário, dos movimentos sociais e culturais e da mídia alternativa a posicionamentos públicos contrários à manifestação e ao que ela poderia representar do ponto de vista político-social. No jornal *Notícias do Dia*, em

sua edição *online*, a jornalista Suelen Soares da Silva (2016) fala sobre a pichação, introduz o assunto e logo em seguida expõe o posicionamento de três lideranças locais – uma delas ligada ao movimento negro, outra responsável pela delegacia da Polícia Civil e a última da defesa dos direitos humanos. A reportagem dá voz, inicialmente, ao publicitário e militante Felipe Cardoso, do Movimento Negro de Joinville, cuja denominação é Maria Laura. Na opinião de Felipe, “as pessoas enxergam os haitianos como culpados por uma série de problemas, dos quais eles são vítimas. Mas esse racismo só é direcionado a eles, porque isso não ocorre com outros imigrantes” (*in* Silva, 2016), referindo-se ao fato de os haitianos serem negros. Na narrativa do militante há também uma crítica à ausência de ação do poder público local no tocante ao acolhimento e à resolução dos problemas e das necessidades dos imigrantes haitianos.

A segunda liderança ouvida pela jornalista é o delegado regional Laurito Akira Sato, que, segundo a reportagem, não havia registrado até aquele momento “casos de crimes motivados por preconceito, racismo, ou qualquer outro crime de ódio, sofridos por imigrantes haitianos” (Silva, 2016). O delegado afirma que não teve acesso a nenhuma denúncia de crime dessa natureza envolvendo imigrantes haitianos e que, “caso ocorra, todas as providências deverão ser tomadas pela delegacia da área em que o crime ocorreu” (*in* Silva, 2016).

Por último, a reportagem ouve a assessora de comunicação do Centro de Direitos Humanos (CDH), a jornalista Lizandra Carpes, que afiança que, mesmo sofrendo preconceitos, os imigrantes não se manifestam em relação a isso: “Eles comentam que sentem nos olhares, mas nunca sofreram agressão física”. A ativista aproveita para mobilizar: “Precisamos de campanhas de conscientização sobre o assunto” e, ao final, demonstra preocupação: “É que caso nada seja feito depois desta pichação, a gente chegue a situações ainda mais graves” (*in* Silva, 2016).

No *blog* intitulado *Chuva Ácida: Debates à Margem do Cachoeira*, que se constitui como um espaço da imprensa alternativa local, com claro posicionamento político contrário ao poder hegemônico da cidade, foi veiculado na mesma semana (5 de maio de 2016) um artigo assinado por Felipe Cardoso sobre a questão. No texto, o assunto foi problematizado primeiramente como resultado da inoperância do poder público local perante a situação dos imigrantes haitianos. Em tom de denúncia, o publicitário afirma: “Após um ano de luta e reivindicações de diversas entidades da cidade para a criação e efetivação de políticas públicas que garantissem a segurança e a integração dos imigrantes haitianos em Joinville, nada foi feito” (Cardoso, 2016). Em seguida, responsabiliza as autoridades públicas, destacando: “Enquanto mensagens que preguem o respeito e a boa convivência não são emitidas por órgãos públicos (que têm essa função), o discurso de ódio continuará ganhando espaço e força” (Cardoso, 2016).

Por outro lado, o texto aproveita para fazer a análise histórica da questão do racismo e do preconceito no Brasil. O ato e o conteúdo da pichação são analisados como uma forma de “propagação da ideologia do ódio contra estrangeiros, mais especificamente contra estrangeiros negros” (Cardoso, 2016), persistindo o tom de denúncia agora ao perigo que representa ações extremistas, como a expressa no texto da pichação. Na narrativa de Cardoso, a crítica é dirigida também ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) de Joinville, que no entendimento do publicitário deixa “transparecer certo alinhamento de ideologia e má vontade em realizar críticas ao comando do Executivo” (Cardoso, 2016). Como militante do movimento negro, Felipe reivindica: “Um Conselho mais atuante e atento às movimentações da cidade é urgente. Não podemos nos conformar com a passividade e o silêncio de um órgão criado exclusivamente para atender e se dedicar a essa causa: Igualdade Racial!” (Cardoso, 2016).

Ao examinar a repercussão da pichação pelos movimentos sociais, tanto de direitos humanos quanto daqueles ligados às questões afro na cidade, parece haver a apropriação da temática da imigração haitiana pelo viés da política étnico-racial local, abrindo espaços públicos para a complexa discussão da presença negra seja na história do passado da cidade, até muito recentemente considerada “cidade alemã” (Coelho, 2010), seja no presente.

Nesse sentido, os movimentos sociais recentes ajudam a refletir na direção do que propõe Canclini: na contemporaneidade dos fluxos globais que permeiam a vida urbana, “precisamos pensar-nos simultaneamente como [...] diferentes-integrados, desiguais-participantes e conectados-desconectados” (Canclini, 2015b, p. 99) e entender de que forma atuam e interferem na dinâmica local, produzindo diariamente respostas às contradições do mundo atual e forjando espaços de convivência das diferenças. No *blog Chuva Ácida*, foi apresentada a pichação feita pelo movimento social Antifa 163; escreveu-se o nome do movimento em cima da escrita anterior. Tal ato representa o movimento dialógico do processo da imigração e a atuação, possivelmente, de militantes dispostos a se contrapor a ações de xenofobia e racismo.

Segundo o artigo de Cardoso (2016), a ação é política e o objetivo consiste em “tentar apagar o ataque e tentar minar”. Pode-se observar que a ação não é pintar o muro fazendo desaparecer por completo a mensagem anterior. Ao contrário, a ação da segunda pichação é a de um posicionamento político bastante importante no cenário e, diferentemente da primeira mensagem, ela é assinada por um ator político, o movimento Antifa 163, que tem marcado posição na cidade por sua ação de enfrentamento aos movimentos separatistas e às manifestações de xenofobia e racismo¹⁰. Esse fato das pichações visibilizou em espaços públicos

¹⁰ Ver: <https://pt-br.facebook.com/Antifa-163-1476892792632941/>. Acesso em: 29 mar. 2018.

da cidade uma tensão política histórica não só envolvendo os recentes imigrantes haitianos, mas trazendo à tona a questão das populações negras e seu lugar na cena urbana, o que faz compreender o episódio como um tensionamento envolvendo a disputa pelo território simbólico da cidade.

Outro fato classificado como recusa à presença de imigrantes haitianos em Joinville ocorreu em 2017. Trata-se de um episódio protagonizado por uma estudante de Fotografia da Univille, Amanda Alves Cerqueira Araújo. O fato envolveu o resultado do trabalho de conclusão de curso que constituía um projeto fotográfico intitulado *Haitianos: cidadãos joinvilenses*. Em entrevista, quando perguntada por que escolheu pesquisar sobre os imigrantes haitianos, Amanda convictamente respondeu: “*Eu queria [pesquisar] algo que fosse [...], que tivesse verdade, que eu me envolvesse*” (Araújo, 2017). Segundo Amanda, a escolha pelo tema deu-se em uma viagem que fez para São Paulo, onde deparou com muitos imigrantes haitianos nas ruas, cena que lhe chamou atenção. Ao retornar para Joinville, com um olhar mais aguçado, também percebeu na cena urbana a presença desses imigrantes e decidiu problematizar a questão da imigração por meio do olhar fotográfico. O objetivo apontado pela acadêmica de fotografar os haitianos era visibilizar as singularidades de cada um. Ao conversar com os imigrantes haitianos a serem fotografados, a estudante percebeu que cada um deles teve uma motivação particular para migrar e enfrenta de forma diferente a realidade local. Afirma que o fato de ser filha de migrantes¹¹ a aproximou dessa realidade e diz que não compreende os posicionamentos daqueles que acham que “*os outros estão invadindo os espaços*”. Lamenta que não vejam isso de modo positivo, que não enxerguem por outro ângulo: “*Que bacana! A gente tem diversidade*” (Araújo, 2017).

¹¹ Amanda é paulista, atualmente reside em Joinville e é filha de pai nordestino de Maceió, que viveu em São Paulo até os filhos nascerem. Sua mãe mudou-se com a família do interior do Paraná para São Paulo quando tinha 9 anos.

O projeto foi construído ao longo do primeiro semestre de 2017. Todo o processo de aproximação com os imigrantes Amanda estabeleceu por meio de sua participação no projeto de extensão intitulado “O Haiti é aqui”: Integração de Imigrantes Haitianos na Sociedade Joinvilense, desenvolvido pela Univille. Alguns imigrantes foram fotografados nesse período, e o resultado do trabalho da acadêmica, que utilizou uma técnica artística chamada de lambe-lambe, foi exposto pelas ruas do centro de Joinville. A fixação da frase “O Haiti não é aqui” foi uma provocação para que as pessoas parassem, olhassem e pudessem refletir sobre isso e, em seguida, também acessassem outros sentidos, como o da frase que aparece na assinatura da foto “Haitianos: cidadãos joinvilenses”.

Na reportagem veiculada em 21 de junho de 2017 que tinha como objetivo dar visibilidade ao projeto fotográfico antes de o próprio trabalho ser exposto nas ruas da cidade, a matéria dava destaque para a fala da fotógrafa problematizando a questão da xenofobia:

Não é difícil perceber, em diferentes lugares da cidade, que existe um movimento silencioso separatista entre as duas nações. Seja em pichações preconceituosas, na rejeição de melhores oportunidades e até nos olhares de espanto e julgadores com os quais a sociedade nega ao haitiano sua inclusão (Araújo *in* Silveira, 2017).

Amanda explica ainda a opção por utilizar a frase “O Haiti não é aqui”: “Foi tirada de uma pichação com evidente conotação xenofóbica” e diz: “São atitudes motivadas por pensamentos como esses que impedem que haitianos sejam vistos como cidadãos como qualquer outro” (*in* Silveira, 2017).

Todo o trabalho da fotógrafa sofreu depredação de um dia para o outro; suas fotos foram rasgadas e arrancadas dos espaços públicos. Ao ser indagada sobre o que aconteceu com

sua produção, ela afirma que ainda não conseguiu entender direito o que houve: “Eu esperava que alguma ação ia ter” (Araújo, 2017), porque sabia que poderia trazer algum desconforto. Para conseguir defender seu trabalho de conclusão do curso de Tecnólogo em Fotografia, a estudante precisou produzir um vídeo¹² mostrando todo o processo de criação e concepção de sua pesquisa e a repercussão nas redes sociais, com manifestações de xenofobia.

Ao narrar a experiência sobre a destruição de sua exposição, Amanda diz que foi surpreendida ao ler os comentários racistas que partiram de um perfil falso na rede social Facebook. Conta que pensou até mesmo em denunciar tal fato, mas voltou atrás. Segundo Amanda, em conversas com advogados compreendeu que a ação de denúncia teria melhor resultado se fosse tomada por uma associação que representasse os haitianos, ou ainda por uma entidade de direitos humanos, no entanto a jovem esclarece que não houve nenhuma articulação efetiva para que essa denúncia fosse encaminhada.

A face mais violenta da xenofobia aparece claramente na repercussão que teve o trabalho da fotógrafa em um grupo de pessoas (ou uma pessoa). São postagens falsas que indicam posicionamentos altamente preconceituosos e que circulam pelas redes sociais. Por meio de um perfil falso, o autor escondido por trás das redes sociais expressa sua intolerância diante da exposição artística e sobretudo em relação à imigração haitiana na cidade.

Tais postagens provocam a problematizar questões como liberdade de expressão x incitação ao ódio, papel das mídias sociais x sensibilização para a cidadania e os direitos humanos e tantas outras que envolvem o mundo contemporâneo virtual.

¹² Vídeo/documentário produzido pela então aluna de Fotografia Amanda Araújo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bxhmHikxoNY>. Acesso em: 4 jul. 2017. Todo o conjunto de fotos produzidas por Amanda pode ser acessado pelo Instagram @haitianos_cidadaosjoi.

Manifestações xenófobas e preconceituosas são discutidas por Duschatzky e Skliar (2001, p. 121), ao explicarem que as formas corriqueiras de abordagem da diversidade trazem que o outro pode ser apresentado das seguintes maneiras: “O Outro como fonte de todo o mal”; “o outro como sujeito pleno de um grupo cultural” e “o outro como alguém a tolerar”. Para os autores, a primeira definição – “o Outro como fonte de todo o mal” – foi utilizada historicamente e “nos impele à xenofobia (ao sexismo, à homofobia, ao racismo etc.)” (Duschatzky; Skliar, 2001, p. 137). Nesse sentido, algumas questões que merecem debate são citadas por Silva (2015, p. 58), que levanta dois pontos de atenção ao criminalizar todo e qualquer tipo de preconceito: “Em primeiro lugar, porque isso abre a possibilidade de censura de obras de valor científico, histórico, literário e artístico. Em segundo lugar, porque a definição de preconceito é parte constitutiva de certas controvérsias públicas”. Porém, diante de outro critério, sobretudo o da violência e provocação ao ódio, nos casos que tratam de racismo, machismo, homofobia ou outros modos de intolerância, Silva (2015, p. 29) posiciona-se: “Especialmente se dirigido a minorias historicamente oprimidas em determinado contexto, manifesta a intenção de, por meio da intimidação, bloquear a esfera pública aos grupos visados, o que constitui razão mais do que suficiente para a intervenção estatal”.

A temática do racismo e do preconceito envolvendo os imigrantes haitianos insere-se na complexa problemática das imigrações das últimas décadas, compreendida como diásporas contemporâneas¹³. Segundo Hall (*in* Hollanda; Sovik, 2016), “a diáspora torna-se um conceito crítico no contexto político da globalização”, porque fornece elementos para a compreensão “de

¹³ Um estudo que resultou na tese de doutorado de Patrícia Villen Meirelles Alves (2015), intitulada *Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada*, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), aborda, principalmente no capítulo 5, o processo da imigração contemporânea e suas nuances de racismo e preconceito sobretudo com aqueles imigrantes advindos dos chamados países periféricos.

como é possível que uma cultura sobreviva, estabeleça relações” e não se perca na mistura com outras culturas tão diferentes da sua. Para o autor, “as diásporas são, sobretudo, um extraordinário laboratório cultural onde as tentativas de sobrevivência e as contra negociações são trabalhadas e experimentadas” (*in* Hollanda; Sovik, 2016).

É também nesse cenário de mediações e confrontos culturais que se desenrolam os jogos de recusa e pertencimento com os imigrantes haitianos em diáspora¹⁴ na cidade de Joinville, principalmente situações de racismo e discriminação. Ao se referir ao racismo na contemporaneidade, Sodré (2015, p. 12) qualifica-o como o “mal-estar civilizatório”, que “se exacerba nas suas formas ‘neo’ discriminatórias”, reproduzindo ainda “a forma social escravagista” e permanecendo num mundo “pretensamente racional e democraticamente ‘ocidentalizado”.

Para problematizar tais questões, uma vez mais utilizam-se as narrativas dos imigrantes produzidas nas entrevistas orais, pois, conforme Portelli (2016, p. 10), “fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente uma troca de olhares”. Nesse momento intenso de profunda cumplicidade entre entrevistado e entrevistador, significados são produzidos, visões de mundo são compartilhadas e confrontadas. Entre silêncios carregados de sentidos e palavras sintetizadoras de emoções, o diálogo vai tomando corpo e abrindo espaços para a introdução de temas caros à imigração contemporânea.

Durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares. E

¹⁴ O autor Joseph Handerson (2015), em um artigo na revista *Horizontes Antropológicos*, faz uma brilhante discussão acerca do processo de diáspora vivido pelos haitianos nas últimas décadas, inclusive dos usos semânticos dessa palavra no Haiti.

bem mais do que formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo (Portelli, 2010, p. 20).

Ao longo do processo de realização das entrevistas, um dos momentos mais tensos e delicados foi aquele em que se introduziu o tema do racismo e do preconceito, porque, ao perguntarmos sobre essas questões, remexíamos uma vez mais em pontos desconfortantes, carregados de significações, e expúnhamos situações que, necessariamente, os levariam a falar, a se posicionar e, em algumas vezes, a denunciar situações de violência sofridas no país que teoricamente os acolhia.

Se, por um lado, isso lhes causava desconforto por ter de falar *mal* do país em que estavam vivendo, também lhes provocava visível dor e sofrimento, visibilizando a fragilidade de sua condição de imigrante negro em uma cidade marcada pelo discurso midiático e institucional como *cidade germânica*; por outro, foram momentos privilegiados de exposição de suas referências identitárias, de fortalecimento de seu lugar de fala e de visibilidade das ressignificações atribuídas às situações de racismo e preconceito. Considerando o processo das entrevistas orais como via de mão dupla, também para a pesquisadora perguntar e problematizar a questão do preconceito foi, por vezes, desconfortável e de reflexão, pois foi uma retomada de questões difíceis, nebulosas e violentas da história do Brasil, bem como de provocação, para que viessem à tona questões há muito tempo veladas na sociedade local.

As narrativas imigrantes, dialogicamente, ora denunciam situações extremas de preconceito, ora as naturalizam, por vezes negando a existência do preconceito na cidade e/ou mobilizando esforços para demonstrar acolhimento e conforto no espaço urbano joinvilense.

No primeiro momento, os imigrantes entrevistados apresentavam resistência para falar sobre o tema, generalizam e

por vezes naturalizam o racismo, igualando o Brasil a qualquer lugar do mundo, qualificando os posicionamentos como iguais em toda a parte e categorizando as pessoas em condutas dicotômicas. A haitiana Manouse, casada, 29 anos, mãe de dois filhos, que ficaram no Haiti, sintetiza ao responder: *“Na verdade, eu não tenho nada para falar daqui. Porque vocês sabem, em todo, toda parte, em todo lugar, tem pessoas boas e pessoas más”* (Françoais, 2017). Por outro lado, quando provocada a narrar possíveis situações de racismo por que passou no Brasil, ela imediatamente nos remete ao racismo que sofreu em seu espaço de trabalho. Manouse é funcionária de uma empresa de limpeza que presta serviços para uma indústria metalúrgica de Joinville (empresa cuja tradição envolve contratar migrantes na cidade e mais recentemente empregar um grande número de imigrantes haitianos, tanto por empregos diretos no chão de fábrica quanto por utilizar mão de obra imigrante terceirizada, como é o caso de Manouse).

Barbosa (2016, p.24) define a entrevista oral e seu desenrolar como um momento de “diálogo memorável”, e igualmente se deu a narrativa que Manouse produziu sobre o preconceito. Ao testemunhar o preconceito que sofreu no trabalho, a entrevistada escolheu a palavra *dor* para se expressar: “[O] *que me dói lá no trabalho*”, o que está relacionado com a postura de uma encarregada: *“Porque a minha encarregada fala bastante feio para nós”* (Françoais, 2017). O relato associa-se ao trabalho pesado que desempenha na limpeza e ao fato de ter solicitado alguém para ajudá-la, uma vez que sentia muitas dores nas costas. A resposta da encarregada, segundo Manouse, foi grosseira e demonstrou preconceito: *“Então, se você não vai poder [...], que você veio [fazer] aqui no Brasil?”*. E emenda: *“Você queria trabalhar lá no escritório?”*. Manouse diz esclarecer que só estava querendo alguém para ajudá-la. Em seguida, sua encarregada pergunta, dando por encerrado o assunto: *“Tá, por que você não volta lá pro Haiti?”* (Françoais, 2017).

Mais uma vez, as reflexões feitas por Sayad (1998) são extremamente apropriadas para a problematização desse relato, no que diz respeito ao histórico papel relegado ao imigrante, um trabalhador braçal de segunda categoria. Trabalhar no escritório da empresa não é para imigrante; ao imigrante cabe o trabalho pesado, no entanto Manouse posicionou-se de forma ativa ao responder a sua encarregada: *“Não estou aqui para me maltratar, não”*. E deixou claro seu objetivo no Brasil: *“Gostaria de uma coisa melhor, porque eu deixei tudo [...] para aprender uma coisa melhor, não vinha limpar aqui”*. O desfecho do episódio, depois de Manouse se manifestar à chefia superior, foi resumido pela imigrante: *“E ela depois pediu desculpas para tudo. Mas é assim”* (Françoais, 2017). Misto de conformação, de constatação e de revolta expressado na afirmação *“Mas é assim”*, demonstrando, por um lado, que a dor provocada inicialmente pelas palavras da encarregada não pode ser esquecida por um pedido de desculpas e, por outro, a capacidade imensa de resiliência presente nas significações cotidianas que o imigrante realiza para sobreviver em situações de dor longe de sua terra.

Já para compreender a narrativa construída por Roland Lanfront (2016) sobre as situações de preconceito e racismo por que vem passando, alicerça-se novamente em Sodré quando se refere ao racismo como construção histórico-cultural que permanece presente: *“Em pleno século XXI, os ‘escuros’, seja no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos ou na Europa, continuam econômica, política e simbolicamente desiguais frente aos ‘claros’”* (Sodré, 2015, p. 10). Roland afirma que vem sofrendo preconceito o tempo todo, seja no trabalho, seja na universidade, contudo sua postura ativa o leva a afirmar: *“Mas tanto faz para mim, isso não é nada [...]. É uma maneira de me deixar para trás, mas estou vendo assim, estou vendo mais para frente”*, ao comentar sobre seus planos de estudar e alterar sua condição socioeconômica. Durante sua reflexão, localiza geopoliticamente a situação: *“Depois*

não é só aqui no Brasil, no Joinville que é assim. Você pode chegar lá no Haiti e ter gente que faz a mesma coisa assim, mesmo que sou haitiano. Tem haitiano que me fez isso”. E arremata com uma triste síntese: “Ah, sim, a vida é assim, tanto faz” (Lanfront, 2016), indicando um misto de resiliência e de possível estratégia diante de questões tão inquietantes.

Na narrativa de Shiller Pierre (2017), a discussão relacionada ao preconceito descortina outras nuances dessa percepção que a pesquisa ainda não havia dado conta, confirmando quão significativa pode ser a produção de narrativas pela metodologia da história oral, entendida como “uma arte da escuta” (Portelli, 2016, p. 10), que nos leva para além daquilo que inicialmente se planeja, colocando em primeiro plano outras problemáticas essenciais para compreender tal realidade. Dessa forma, a narrativa de Shiller pauta uma questão fundamental para o imigrante: a dificuldade de entendimento da cultura local, da maneira do outro de falar, das sutilezas da linguagem de cada cultura, da força das metáforas. Quando perguntado se já sofreu preconceito na cidade, Shiller diz: “Vocês podem ver, na hora. Porque é o jeito de vocês, vocês estão na cultura de vocês [...] tem um jeito de você jogar as palavras”, explicando a dificuldade que ele tem para identificar se algo que lhe foi dito foi com a intenção de ofendê-lo. Diz que, se tivesse no Haiti e alguém lhe dirigisse a palavra, “eu vou entender na hora o que a pessoa tá querendo dizer. Eu posso estar aqui em Joinville, e alguém fala alguma coisa [...], mas eu não tava ligado pra entender que foi. [...] É um jeito de preconceito” (Pierre, 2017).

As dificuldades aqui apontadas por Shiller manifestam, entre outras questões, os problemas linguísticos enfrentados pelos imigrantes. A não decifração dos códigos locais de comunicação pode levá-los a uma alienação (no sentido da não compreensão da complexidade dos preconceitos a eles dirigidos), a ponto de manifestar a incerteza: “Se eu sofri com isso, eu não vi”. Tal afirmação instiga-nos a pensar que o processo de inclusão deve

passar necessariamente pelo entendimento da língua local, sobretudo por aquilo que não é explícito pelos códigos gramaticais: suas nuances metafóricas, questões que só os processos de vivência nos espaços sociais podem dar fluência. Também na narrativa de Shiller aparece a atribuição do preconceito como certa naturalização da conduta humana: “*Talvez se eu fosse chegar num lugar, eu vi que a pessoa não me dá tanta bola. [...] Pode ser por causa do preconceito, mas pra mim pode ser [...] uma pessoa nojenta*” (Pierre, 2017), resumindo simplesmente assim aquela postura.

Segundo Portelli (2016), a história oral oferece a historicidade das vidas privadas. Em seu entendimento, “ela nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado” (Portelli, 2016, p. 17) e acaba por possibilitar a compreensão entre esses dois mundos. Nessa perspectiva, a narrativa de Whistler Ermofils (2017) denuncia os impactos do racismo e do preconceito tanto nos espaços públicos que os haitianos frequentam ou procuram frequentar para fortalecer sua identidade e criar pertencimento local quanto em sua vida privada.

A primeira expressão de racismo e preconceito narrada por Whistler diz respeito à construção de um espaço público para que os imigrantes haitianos pudessem professar sua fé em crioulo, língua falada no Haiti. Ao relatar a situação, o entrevistado esclareceu que desde que alugou o imóvel para morar com sua família não tinha tido problemas com os vizinhos. O problema apareceu no momento em que passaram a ocupar o espaço de parte do imóvel para a organização de seus cultos religiosos. A justificativa para a criação desse espaço, segundo Whistler, está no fato de os imigrantes não terem domínio da língua local, o que impossibilita a compreensão das músicas e de todo o ritual de oração desenvolvido nas igrejas evangélicas locais.

O estabelecimento de uma igreja nesse local incomodou tanto os vizinhos a ponto de a polícia ser acionada por mais de

uma vez durante a realização das atividades religiosas. O dono do imóvel, de acordo com Whistler, já havia sido chamado pelo vizinho, que expressou: “*Não quero que aqui tenha igreja, tem que tirar eles de lá mesmo*” (Ermofils, 2017). O argumento para tal fala era o fato de que a presença de uma igreja ali causaria muito barulho, o que não foi constatado pela polícia que se dirigiu ao local, conforme Whistler. No desenrolar dos acontecimentos, vieram à tona os motivos da vizinhança, reproduzidos por Whistler, ao descrever o que disse o vizinho ao dialogar com o pastor que foi atendê-lo: “*Não quero haitiano aqui mesmo. O pastor falou: ‘Ah, você tem um problema com os negros mesmo?’*” (Ermofils, 2017). A situação ficou muito tensa, conforme narrativa de Whistler, e as ameaças permaneceram, chegando a se tornar ainda mais violentas. Até o dia em que o vizinho ameaçou: “*Eu vou matar vocês! [...] Se você não tirar eles de lá, eu vou matar vocês*” (Ermofils, 2017, grifo nosso). A face violenta da diáspora grita nessas palavras, e o ódio, que pode ser classificado como xenofobia, ameaça a vida. Como ressignificar algo assim? Whistler ainda mora na mesma casa. O vizinho permanece lá. A igreja passou a funcionar em outro espaço, alugado na rua principal do bairro, e Whistler precisa olhar para o vizinho todos os dias e seguir em frente.

Aqui talvez apareça a manifestação mais clara de recusa entre todas as entrevistas feitas para este trabalho. A recusa era explícita; deixava claro o incômodo causado pela presença haitiana. Não havia problemas enquanto se tratava da moradia de uma família imigrante. O que não se poderia tolerar era a presença de muitos haitianos formando uma comunidade, ainda mais para professarem sua fé em uma língua estrangeira (garantindo ainda mais a autonomia política e a identidade dos de fora). Parece que essa questão está relacionada com as definições de territorialidade, sejam simbólicas, sejam materiais, “que inclui até mesmo a apropriação simbólica de espaços que, desta forma, para os grupos que se identificam com eles, leva a uma espécie de empoderamento” (Haesbaert, 2011, p. 3), tanto para os haitianos

quanto para o vizinho que, em hipótese nenhuma, admitia a constituição de um território imigrante, nesse caso um espaço para o culto religioso.

Outro ponto da narrativa de Whistler que chama a atenção diz respeito a um momento importante de sua vida privada e familiar que envolve o nascimento de Léa, sua filha menor, que nasceu em Joinville. Para o imigrante, o fato marcou muito sua vida e foi um momento doloroso em que sofreu preconceito por ser imigrante negro. Estavam em jogo a vida de sua esposa e a de sua filha, vindo à tona sentimentos profundos de preservação e cuidado com os seus. Ao narrar toda a angústia até conseguir ter contato com o médico de sua esposa, as idas e vindas para a maternidade, a insistência dele em contar que sua esposa já tinha tido problemas relacionados aos partos de seus outros filhos, a negativa de liberação de uma maternidade pública para ir para a maternidade que seu plano de saúde cobria – Whistler é funcionário de uma empresa metalúrgica e seus funcionários possuem plano de saúde estendido aos seus familiares –, até o momento do parto e a constatação de que sua filha correu risco de morte, uma vez que ficou mais tempo do que devia na barriga de sua mãe e contraiu infecção por ingerir o líquido do cordão umbilical, Whistler estava convencido de que todo aquele processo foi causado pelo preconceito, ou seja, por ele ser negro e imigrante.

Mesmo depois de compartilhada com ele a informação de que isso ocorre muito no Brasil com os cidadãos comuns que dependem do serviço público de saúde, Whistler permaneceu convicto de que foi preconceito. Em seu entendimento, o preconceito diz respeito à exclusão e dá-se nas práticas sociais cotidianas (Ermofils, 2017). No decorrer de sua entrevista, foi minimizando essa questão do preconceito, talvez por uma questão estratégica de sua condição migrante. Sua argumentação é de que existem práticas preconceituosas em todos os lugares, porém, pelo fato de no Sul do Brasil ter havido uma colonização

específica, isso pode ser mais acentuado na região: *“É porque, sabe, tem descendente europeu, era o alemão que morava aqui”*. Ele remedia a afirmação repetindo: *“Não é muito forte, mas, como eu falei, todo lugar tem. Mas não é muito forte”* (Ermofils, 2017).

A experiência de diálogo e vivência com Jean Sefood, outro imigrante haitiano, de 35 anos, que vive com sua esposa, foi diferente das demais entrevistas orais realizadas até aqui. Estabeleceu-se entre pesquisadora e entrevistado um vínculo de amizade que levou ambos a compartilhar significativos momentos à mesa da família. Esse encontro entre “historiador e narrador” (Portelli, 2016) gerou uma conversa franca sobre os momentos difíceis pelos quais Jean passou/passa como imigrante negro na cidade.

No desenrolar da conversa foi-lhe perguntado como é ser imigrante em Joinville. Ele de imediato disse: *“A gente, quando não está em casa, se sente um pouco diferente. Porque você não está em casa, você está limitado em algumas coisas, especialmente em roupa, em cultura”*. Ele reflete dizendo que algo não lhe parece adequado quando alguém *“olha a gente diferente”*. Indagou-se se esses olhares lhe são dirigidos porque é imigrante ou pelo fato de ser negro. Respondeu com firmeza: *“Acho que porque eu sou negro. Porque a raça negra é a raça que mais sofre preconceito no mundo”*. Insistiu-se para saber o lugar em que Jean sente mais preconceito, e sua resposta visibilizou um padrão de comportamento no tocante aos imigrantes negros: *“No trabalho, no ônibus. Os vizinhos também olham a gente, pensam mal também. Pensam que a gente não é nada, que ser um haitiano é nada. Por ser um negro, não é nada”*. De imediato rebateu isso, como se falasse para si mesmo: *“Mas não é?”*. Numa demonstração de altruísmo, Jean continuou: *“Eu não dou valor”*, referindo-se a esse tipo de comportamento, e acrescentou: *“Eu sei que eu sou o que eu sou”*. Reconheceu e reivindicou para si os mesmos direitos dos outros: *“A pessoa tem um valor dele, e eu tenho meu valor também. Tudo que ele pode*

fazer, eu também posso fazer, graças a Deus". Colocou-se no mesmo patamar do outro: *"A pessoa foi para escola, eu também fui. Ele tem conhecimento, eu também"*. Apontou as diferenças entre si e o outro, minimizando-as: *"A língua, o idioma é diferente, nada demais"* (Sefood, 2017).

Outra narrativa singular quanto ao tema do racismo e preconceito foi construída por Luther Jean Luiz (2017), jovem haitiano de 25 anos, solteiro, trabalhador de uma indústria metalúrgica, que sofreu um duro golpe em seu local de trabalho (em um acidente de trabalho teve um dos dedos da mão amputado). Luther iniciou o curso superior de Administração de Empresas já na cidade que escolheu como destino – Joinville – e, mesmo com bolsa integral, não quis permanecer estudando. Seu sonho é fazer Teologia e exercer a função de pastor, escolha que segundo ele já estava decidida quando recebeu seu nome, no nascimento. A compreensão que Luther tem sobre preconceito demonstra profundidade de reflexão: *"Bom, preconceito, às vezes é um pouco complicado falar desse tema"*, deixando transparecer sua inquietação diante do assunto. Em seguida, diz: *"Preconceito pra mim é uma coisa que, [...] é pessoa que não entende ela mesmo ou ele mesmo"*, vendo no primeiro momento o preconceito como um comportamento individual que expõe a dificuldade de muitos em lidar com seus próprios problemas, e logo acrescenta: *"Ninguém é superior nem inferior a ninguém"*, classificando o racismo como uma atitude de diferenciação étnica que pode estar relacionada à cor da pele. Entre as reflexões elaboradas por Luther, estava a que explicita como ele lida com situações vividas envolvendo o racismo: *"Me olhar de um jeito feio, isso não tira absolutamente nada de mim"* e, por fim, arremata: *"Eu acho engraçado isso"*. Com essa narrativa, Luther minimiza todo e qualquer efeito que o racismo possa ter sobre sua identidade e autoestima como cidadão haitiano: *"Eu acho engraçado, mas a gente encontra às vezes, mas é só dar risada mesmo. [...] Eu não me preocupo"* (Luiz, 2017).

Após seguir os indícios apontados por várias manifestações comunicacionais que provocaram a problematizar as recusas vividas pelos imigrantes haitianos na cidade de Joinville, percorreram-se os caminhos das narrativas construídas pelos imigrantes para visibilizar tais recusas e preconceitos e compreender como cada um lida com essas situações, ressignificando-as em seu fazer cotidiano. Na sequência, no capítulo 4, o foco será a produção da narrativa jornalística local, especialmente do jornal *A Notícia*, quanto à chegada dos imigrantes haitianos à cidade e à presença deles. Serão problematizadas questões como a temporalidade diaspórica e a narrativa da imprensa como construtora de imaginários.

Capítulo 4

Tempo de narrar: o imigrante e o imaginário da imprensa

Este capítulo ocupa-se da discussão sobre tempo e narrativa, bem como da problematização em torno da construção e circulação dos imaginários produzidos pelas narrativas jornalísticas veiculadas pelo jornal *A Notícia* entre 2010 e 2016 referentes à imigração haitiana em Joinville. Para tanto, discutem-se inicialmente as noções de tempo e como as narrativas jornalísticas produzem o tempo. Ao falarem do presente da imigração haitiana, como elaboram o tempo passado da imigração na cidade e que significados atribuem a ele? Que futuro perspectivam e, mais importante, que presente mobilizam para lançar compreensões sobre a presença imigrante na cidade?

No decorrer do capítulo problematizam-se a questão do texto jornalístico como fonte para a escrita da história, sua especificidade como documento e suas narrativas como atos comunicacionais carregados de significados. No entendimento

de Barbosa (2017a, p. 6), “no processo de reconstrução do passado como história, os meios de comunicação exercem papel estratégico”, porque se colocam “como produtores de uma história imediata e reconstrutores da integralidade deste passado”. Sob tal ponto de vista, as mídias tradicionais e suas narrativas “são produzidas como arquivos da e para a história” (Barbosa, 2017a, p. 6).

Para o aprofundamento em relação à noção de imaginário e sua produção pelas narrativas jornalísticas, algumas questões são instigantes: Os imaginários sobre o imigrante haitiano em Joinville se assemelham ou se diferenciam dos imaginários ligados à vinda, no século XIX, dos imigrantes europeus? Em que termos narrativos se podem compreender tais diferenças e/ou semelhanças? Enfim, de que forma as narrativas da imprensa lançam mão de fatos e de adjetivos para atribuir novos sentidos ao passado imigratório da cidade e à presença dos haitianos na contemporaneidade urbana? São pontos que se procura discutir ao longo do presente capítulo.

Neste ponto, problematizam-se as questões relacionadas ao tempo e às temporalidades emergentes das narrativas jornalísticas. O jornalismo produz temporalidades em seus jogos de narrar o tempo presente. Dessa maneira, toma-se como pressuposto o fato de que as narrativas jornalísticas fazem circular enredos construídos e construtores de tempos próprios.

Para o historiador Koselleck (2006, p. 9), o tempo é uma “construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas”. Logo, ao investigar a imigração haitiana no tempo presente, lida-se com narrativas que, desse mesmo presente, aludem o tempo passado conhecido e experimentado, bem como o tempo futuro como espera de um porvir. Afinal, o tempo, ou os tempos, da imigração emerge como

uma construção cultural do presente que se exprime, no caso desta obra, em diferentes narrativas.

Baseando-se em Koselleck, o historiador François Hartog (2013) lembra ainda que o tempo, ao ser tomado como produto e efeito das ações e experiências humanas, pode ser problematizado como constructo que referencia e que é referência para essas mesmas ações e experiências. Dessa premissa, propõe a noção de regimes de historicidade como instrumento de compreensão que serve, entre outras possibilidades, para abordar os modos e as formas de experiência social do e com o tempo, isto é, as maneiras como determinada comunidade humana se vê no presente ao conceber e narrar o acontecido (o aqui e o lá, o hoje e o ontem) e imaginar seu futuro¹.

O filósofo Paul Ricoeur² (2010, p. 3) afirma que “toda *configuração* narrativa culmina em uma *refiguração* da experiência temporal”, explicando que o tempo da natureza se transforma em tempo humano na medida em que articula pela narrativa a experiência temporal. O tempo é sempre experiência no presente operado pela narrativa, seja ela ficcional, histórica ou jornalística. Para o autor, narrar o tempo também implica ler outras narrativas de tempo, tornando a leitura uma espécie de espaço de mediação pelo qual se conectam “o mundo do texto e o mundo do leitor” (Ricoeur, 2010, p. 7). De acordo com ele, “é nessa teoria ampliada da leitura que se dá a inversão, da divergência para a convergência, entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção” (Ricoeur, 2010, p. 311), permitindo compreender o tempo como narrativa, independentemente de seus possíveis enquadramentos em gêneros textuais.

¹A esse respeito, ver: Hartog (2013, p. 17-41).

² Além de Koselleck (2006), Hartog (2013, p. 19) aponta a contribuição das obras de Paul Ricoeur para a sua problematização teórica sobre o tempo, a qual concorreu na formulação da noção de regimes de historicidade.

A narrativa configura-se como fio condutor responsável pelas tessituras dos sentidos do tempo, não importando se ele é passado, presente ou futuro. Barbosa (2007b, p. 8) explica que, para Ricoeur, “a dimensão narrativa opera a mediação entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico”, produzindo um “tempo de natureza histórica, isto é, vivido e percebido numa espécie de arquitetura temporal de cada época”.

Por outro lado, a autora traz à tona a discussão atual relativa à “experiência do tempo na contemporaneidade”, que coloca em destaque a ideia de tempo ininterrupto, ou seja, sem “duração precisa”. A experiência contemporânea do tempo provoca a diluição da “fronteira do presente com o futuro, e o passado quando emerge também não tem espessura e, mais do que isso, passa a ser também incluído no presente”. Portanto, para a autora, “vive-se o eterno presente, numa espécie de desrealização do tempo” (Barbosa, 2017a, p. 5).

Analisando as imbricações entre o tempo e as narrativas jornalísticas, Barbosa (1995, p. 88) pondera: “Ao selecionar, ao hierarquizar, ao priorizar a informação – dentro de critérios altamente subjetivos – o que o jornalismo faz é uma seletiva reconstrução do presente”, também fixando “no hoje uma memória futura do próprio acontecimento”.

Para Motta (2017, p. 8), “o jornalismo é uma nítida prática para domar e organizar o tempo”, e como tal é na narrativa jornalística que se estabelece o enredo que atribui uma cronologia ao acontecimento. Berger e Tavares (2010, p. 159) salientam, por sua vez, que a narrativa jornalística, ao organizar o tempo do acontecimento na lógica do agora, se torna “propositor[a] de condutas tidas como adequadas ao presente”. Dizem os autores: “O jornalismo adquire poder normativo ao estabelecer os saberes dignos de serem denominados ‘contemporâneos’” (Berger; Tavares, 2010, p. 159).

Na medida em que o jornalismo requer para si a pretensão de comunicação objetiva, Motta (2017, p. 8) considera que “não é fácil

compreender e estudar o jornalismo como uma narrativa”, pois “o olhar narrativo traz a subjetividade para um tipo de comunicação pretensamente objetivo”. Diz ele que jornalistas “não contam estórias, querem reproduzir fielmente os fatos” (Motta, 2017, p. 8).

De acordo com Motta (2005, p. 2), é “a partir dos enunciados narrativos [que] somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico”. Já para Barbosa (2007b, p. 19), “narrar é uma forma de estar no mundo e, dessa forma, entendê-lo”. Com tais argumentos, os autores remetem-se à dimensão subjetiva da narrativa, nem sempre considerada na análise de narrativas jornalísticas.

Esse conjunto de questões converge com as preocupações desta pesquisa, uma vez que se debruça sobre os textos jornalísticos produzidos pelo jornal *A Notícia* nos últimos anos para problematizar como as narrativas suscitam experiências do e com o tempo da imigração haitiana na cidade.

A seguir, problematizam-se as narrativas jornalísticas como fonte histórica, especialmente as produzidas pelo jornal *A Notícia*, de Joinville, acerca dos processos migratórios, tanto em relação ao imigrante do passado, construído como o responsável pela colonização e pelo desenvolvimento da “pujante cidade germânica”, quanto ao imigrante do presente, os haitianos, “dispostos a dar o máximo”. Analisam-se as conexões estabelecidas (ou não) sobre esses processos em tempos históricos distintos. Ainda, são discutidas as aproximações que a imprensa local fez com o Haiti, quando da ocorrência do terremoto em 2010, uma vez que o Batalhão de Infantaria de Joinville participou da operação humanitária naquele país no pós-terremoto.

Inicialmente, cabe perguntar o que pode e/ou deve ser considerado fonte de pesquisa para problematizar a questão dos processos migratórios contemporâneos, sobretudo se a perspectiva de análise for interdisciplinar entre os campos

da história e da comunicação. Ao fazer referência a fontes históricas, está-se também referindo, conforme Pinsky (2018, p. 7), a métodos e técnicas “utilizados pelos pesquisadores em seu contato com os documentos, os vestígios e os testemunhos do passado humano”. No entanto, para além das questões de métodos e técnicas, é preciso perseguir a compreensão dos sentidos produzidos por essas fontes particularmente em cada lugar e tempo históricos, a escrita da história, a narrativa jornalística e como ambas estão implicadas em contextualidades. No que diz respeito à utilização da imprensa como fonte para o estudo dos processos migratórios, Luca (2018) informa que ainda na década de 1970 os jornais e as revistas eram pouco usados como fonte para a problematização da pesquisa em história no país, pois se considerava escrever “a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História *por meio da imprensa*” (Luca, 2018, p. 111). Predominava até então o viés positivista, que, segundo a autora, se baseava em “fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo” (Luca, 2018, p. 112).

Todavia, no fim do século XX, “a prática historiográfica alterou-se significativamente”, realizando “deslocamentos” que propunham, segundo Luca (2018, p. 112), “novos objetos, problemas e abordagens”. Os debates realizados em torno da discussão historiográfica daquele período ultrapassaram as questões epistemológicas “e introduziram outras fissuras no trato documental”, bem como se passou a levar em conta a história “voltada para o tempo presente, seara até bem pouco exclusiva de jornalistas e sociólogos”, consagrando certo “retorno” da chamada “história política” (Luca, 2018, p. 114). Nesse cenário de reconsiderações acerca de novas fontes para a produção da escrita da história, os jornais passaram a ocupar um lugar de destaque, ainda que, em um primeiro momento, “sob suspeição”, como anuncia Luca (2018).

Para Capelato (1994, p. 13), há um fascínio em ler a história do Brasil por meio do que se encontra nas páginas dos jornais, “mananciais dos mais férteis para o conhecimento do passado” e “material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”. Apesar desse fascínio, a autora chama a atenção para o fato de o jornal, historicamente, ser alvo de interesses de “governos” e de “poderosos” que o utilizam para atingir seus objetivos. Por isso, é preciso “acompanhar a trajetória sinuosa dos sujeitos da produção jornalística” (Capelato, 1994, p. 13), indicando a necessidade de o historiador obter informações que o levem ao descortinamento dos interesses e dos objetivos que estão em jogo em determinada produção jornalística. Insiste Capelato (1994, p. 23): “Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica”.

Se pensarmos que o jornalista “se movimenta entre o tempo longo da história e o tempo curto do cotidiano” (Capelato, 1994, p. 59), tendo como matéria-prima de suas narrativas “a combinação de atualidade-permanência” (Capelato, 1994, p. 59), é possível apropriar-se dessa fonte também para problematizar o cotidiano de determinada sociedade, suas práticas culturais, ou ainda analisar pelos discursos expressos nos jornais de uma época as ideias políticas daquele momento histórico (Capelato, 1994).

A utilização da imprensa no Brasil como fonte para a escrita da história é discutida por Barbosa, que lança o seguinte questionamento: “Como incluir textos com pretensão à verdade produzidos pelos meios de comunicação, numa análise, como a histórica, que também procura visualizar a integralidade do passado na perspectiva do verdadeiro?” (Barbosa, 2007a, p. 2). Para a autora:

Se o passado for visualizado como algo que pode ser recuperado, as fontes, documentos e emblemas do passado que chegaram até o presente, sob a forma de rastros, serão privilegiados na interpretação. Se, por outro lado, considera-se

que o que chega do passado são vestígios memoráveis, permanentemente re-atualizados pelas perguntas que do presente são lançadas ao pretérito, o que será destacado é a capacidade de invenção da narrativa. Ou seja, não se pode eliminar a categoria interpretação da história, da mesma forma que a história será sempre uma narrativa (Barbosa, 2007a, p. 3).

No entanto, mais do que a fonte em si, a autora destaca o problema de como se interpretam os vestígios que chegam do passado, sobretudo mediante perguntas motivadas pelas inquietações do presente, pois, “tal como a ficção, também a reconstrução histórica é obra da imaginação” (Barbosa, 2007a, p. 7). Isso faz com que se leve a encarar a operação historiográfica imersa no jogo que “configura intrigas que os documentos autorizam ou proíbem” (Barbosa, 2007a, p. 7). Do mesmo modo, as fontes jornalísticas também podem ser tomadas como construções sobre o real, e não exatamente o próprio real, uma vez que os “textos [são] permanentes interpretações” (Barbosa, 2007a, p. 7)³.

Cruzam-se assim a criação da narrativa jornalística e a escrita da história. Para Certeau (1982, p. 5-6), “a historiografia (quer dizer ‘história’ e ‘escrita’) traz inscrita no próprio nome o paradoxo [...] do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso”. A história “tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer *como se* os articulasse” (Certeau, 1982, p. 55).

Ainda para Certeau (1982), a escrita histórica é o produto palpável do trabalho do historiador e está implicada e articulada no lugar social (profissional, institucional e disciplinar), com as regras e normatividades que o regulam e o constroem, o presente que vivencia e que é base para a formulação de suas perguntas ao passado e às suas práticas de pesquisa.

³ Para aprofundar essas questões, ver: Barbosa (2008; 2009; 2013).

E o jornalista? Que lugar o impulsiona a escrever? Que intencionalidades? Que urgências do presente se colocam em suas narrativas? A notícia é uma operação da escrita, tal qual a historiografia? Para o historiador, a seleção das fontes e das categorias teóricas é imprescindível para a escrita, que transforma a experiência em um enredo, em uma trama compreensível, apresentada como verdade. O mesmo ocorre com o jornalista?

Assim como a narrativa histórica, também a narrativa jornalística está implicada ao lugar de escrita. De que lugar se está falando, que intencionalidades existem, o que diz e por que diz, o que não se diz e por quê? Nesse sentido, podem-se discutir as aproximações entre a escrita da história e a escrita jornalística como pretensão de produzir fontes históricas, ou ainda, e principalmente como afirma Barbosa (2017a, p. 6), de “produzir fontes da e para a história”.

Para Motta (2013, p. 82), “os discursos narrativos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e a opções (modos) linguísticos e extralinguísticos táticos para realizar certas intenções e objetivos”. Logo, evidenciam-se as intencionalidades das narrativas jornalísticas, as quais incidem em como a realidade é narrada.

Seguindo a premissa de que a narrativa jornalística carrega consigo intenções e objetivos, Barbosa (1995, p. 99) afirma que um dos objetivos do texto jornalístico é indicar “para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido”. Diz ela: “Ser senhor da memória e do esquecimento é, na verdade, ser detentor do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante” (Barbosa, 1995, p. 99). Diante disso, as narrativas jornalísticas como fonte histórica precisam ser problematizadas criticamente, levando em conta as imbricações políticas da fonte e suas intenções de ser verdade sobre o passado, e não um discurso/ uma representação acerca desse passado.

Importante observar o que dizem Berger e Tavares (2010, p. 160) a respeito da força do discurso jornalístico, que “não está apenas na singularidade das notícias”: o “poder desse discurso está naquilo que se repete”, pretendendo definir “como é o mundo, quais são os valores contemporâneos”, sobretudo com a pretensão de influenciar “como agir neste mundo narrado”⁴. Assim, pode-se entender que “os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta mesma sociedade” (Berger; Tavares, 2010, p. 162). Dessa maneira, a própria narrativa jornalística pode ser compreendida como “*um acontecimento* quando posso tomá-lo [o texto jornalístico] como registro dos valores hegemônicos de uma sociedade em uma época” (Berger; Tavares, 2010, p. 162).

Para Sodré (2014), a comunicação deve ser entendida como o comum humano e, portanto, significativo, para ser considerada fonte ou referência de um mundo vivido, mesmo que se faça necessário observar a histórica função ideológica da imprensa, que “continua presente na comunicação do acontecimento, em geral mesclando realidade histórica com imaginário coletivo” (Sodré, 2012a, p. 15). Todavia, para o autor, uma questão que deve ser levada em conta “refere-se propriamente aos critérios de produção da notícia, enquanto estratégia da narração do fato social” (Sodré, 2012a, p. 17).

Diante das reflexões apresentadas, vale-se aqui das narrativas de imprensa como fonte de pesquisa para analisar

⁴ Na contemporaneidade, o jornalismo vem passando por uma turbulência, diante da reconfiguração de seu poder de narrativa por conta do avanço das mídias digitais, que estabelecem uma dispersão da narrativa informativa por diversas plataformas usadas em profusão pelo público. Esclarece-se que essas transformações não são objeto de estudo nesta obra. Foca-se aqui na análise do discurso jornalístico tradicional, que mesmo imerso nessa crise (o que deságua numa crise de identidade do próprio jornalismo) continua produzindo representações, forjando imaginários e construindo narrativas com a pretensão de aprisionar as verdades do mundo. Para discutir a questão da força das mídias digitais e o impacto no fazer jornalístico, ver: Motta (2013), Sodré (2014) e Barbosa (2017a).

questões relativas tanto à presença e condição dos imigrantes haitianos no tempo presente da cidade quanto às especificidades e similitudes que atravessam as narrativas históricas e jornalísticas que visam dar a conhecer o passado da imigração joinvilense.

Escolheu-se analisar as narrativas jornalísticas veiculadas no jornal *A Notícia*, entre os anos de 2010 e 2016, para problematizar a vinda de imigrantes haitianos a Joinville e a presença deles na cidade por se tratar do periódico de maior circulação na região⁵. Para além da abrangência, as narrativas produzidas pelo *A Notícia* foram e são utilizadas com muita frequência em pesquisas acadêmicas acerca da história de Joinville, seja do passado mais remoto, seja do presente recente.

O jornal *A Notícia*⁶ foi fundado em 1923 e permaneceu com um único dono até a sua morte, em 1978, quando o periódico foi adquirido por um grupo de acionistas que o manteve em seu controle até 2006. Segundo Jacques Mick (2009), nesse período de gestão, da década de 1980 até 2006, o “conteúdo do diário era influenciado diretamente por interesses econômicos e políticos do dono”, uma vez que este era um conhecido empresário local e tinha filiação partidária, até mesmo exercendo cargo público em esferas de governo.

No ano de 2006, o jornal *A Notícia* passou por uma mudança significativa: foi adquirido pelo Grupo Rede Brasil Sul (RBS), em uma estratégia de concentração de propriedade dos meios de comunicação. Nesse período, para além das questões mercadológicas que envolviam a aquisição de um veículo de

⁵ Com tiragem média de circulação diária de 22 mil unidades e 30 mil aos domingos, circula no norte e nordeste do estado de Santa Catarina. Sua versão *online*, lançada em 2012, com foco em Joinville e região, chegou a ter mais de 961 mil usuários (outubro de 2016), e o periódico tem mais de 502 mil seguidores em suas redes sociais (outubro de 2016), com abrangência de 75 municípios catarinenses. Informações disponíveis em: <http://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/A+NOT%25C3%258DCIA/14419/home>; <https://assinanterbs.com.br/portal/portal-do-assinante/sobre/institucional> e <http://comercial.gruporbs.com.br/veiculos/a-noticia/>. Acesso em: 29 ago. 2017.

⁶ Sobre a história do jornal *A Notícia*, ver: Ternes (1983; 2003) e Gruner (2003).

comunicação por parte de um grande grupo comunicacional, o jornal sofreu grandes alterações. A primeira diz respeito ao formato, que “foi reduzido de *standard* para tabloide; novos cadernos foram criados; duas edições diferentes passaram a ser produzidas, uma para circular na região norte do Estado e outra para as demais regiões” (Mick, 2009). A segunda mudança, como também é peculiar nessas situações, consistiu na demissão de colunistas, editores e repórteres. Para Mick (2009), “as mudanças afetaram o modo como o jornal é [era] feito, envolvendo diretamente o saber profissional e o *habitus* dos jornalistas, com consequências para a esfera pública”.

Uma nova fase da história do jornal iniciou-se em 2014, quando foi vendido ao NC Invest, um conglomerado de empresas brasileiras que passou a dirigir parte dos veículos de comunicação existentes no estado de Santa Catarina⁷. Sobre a aquisição, o jornalista Paulo Alceu, em entrevista veiculada pela revista *Veja*, diz: “Os novos compradores não vieram para manter, mas para mexer, mudar e fazer crescer” (*in* Lima, 2018), referindo-se às mudanças que ocorreriam nos veículos adquiridos pelo grupo. A revista reproduz ainda a fala do novo dono da então RBS e do jornal *A Notícia*: “Nós encontramos essa oportunidade aqui no Sul [...]. Ela [RBS no estado] tem mais audiência relativamente do que outras emissoras da Globo. Temos jornais aqui que são todos líderes” (*in* Lima, 2018), indicando os principais motivos que influenciaram a decisão da aquisição.

Em quase um século de existência, dirigido por diferentes grupos econômicos, sobretudo se consideradas as últimas décadas, o jornal *A Notícia* manteve-se como uma fonte importante para a pesquisa sobre a história de Joinville.

⁷ Acompanhando toda a operação de mídia de Santa Catarina comandada pela RBS (rádio, jornais, televisão, sites eletrônicos e *blogs*), foi vendido para o Grupo NC, um dos 180 maiores conglomerados do Brasil, pertencente à família Sanchez. Informação disponível em: <https://www.gruponc.net.br/negocios/grupo-nc>. Acesso em: 11 dez. 2018.

Historiadores e jornalistas/historiadores têm se apropriado das narrativas do jornal para problematizar os estudos referentes aos processos migratórios e seus impactos para a cidade. Para destacar a importância do periódico citado como fonte para as pesquisas relacionadas a Joinville, a presente investigação apropria-se das reflexões produzidas pela historiadora Coelho (2011, p. 174), que chama a atenção para o fato de que “os historiadores de Joinville, na sua grande maioria, serviram-se fartamente em suas operações historiográficas dos escritos da imprensa local”.

No que tange à produção historiográfica sobre os processos migratórios, a autora analisou um conjunto de produções acadêmicas, elaboradas a partir da década de 1980⁸, momento em que, para Coelho (2011, p. 120), “a questão migratória passa a ganhar importância para as explicações sobre as mudanças urbanas de Joinville”. O objetivo primordial dessa análise concentrou-se no “modo como os historiadores representam os migrantes e a migração na história de Joinville e ainda quais as intencionalidades que ressoam e dizem respeito ao lugar onde escrevem” (Coelho, 2011, p. 121)⁹.

Importante ressaltar que Coelho (2011), na parte de seu texto intitulada “Historiadores e jornalistas: discursos e deslocamentos da questão migratória”, se dedica à discussão realizada pelos jornalistas/historiadores ou historiadores/jornalistas¹⁰ especialmente das narrativas produzidas por eles sobre os processos migratórios e seus desdobramentos no espaço urbano nas últimas décadas. Em seu ponto de vista, a análise dessas produções, com o indicativo das mudanças

⁸ As produções são: Ternes (1981; 1986; 1993), Gruner (2003), Meurer (1993), Souza (1998), Niehues (2000) e Mathyas (2007).

⁹ Para acessar a análise completa das obras citadas, ver capítulo 2 de Coelho (2011).

¹⁰ Apolinário Ternes, Clóvis Gruner e Alessandra Mathyas. Para aprofundar o assunto, ver páginas de 174 a 184 de Coelho (2011).

ocorridas nas narrativas acerca dos processos e, sobretudo, do papel do imigrante/migrante no contexto urbano de Joinville, poderia contribuir para a compreensão dos “entrelaçamentos entre os discursos da historiografia e dos jornais” (Coelho, 2011, p. 183), bem como auxiliaria no entendimento das narrativas que procuram reforçar permanências dos antigos fluxos migratórios ou provocar positavações em relação aos fluxos contemporâneos.

Com o objetivo de estudar os fluxos migratórios contemporâneos, de maneira especial os imigrantes advindos do Haiti, a presente investigação lançou-se às páginas do jornal *A Notícia* focando em suas narrativas do período entre 2010 e 2016. Inicialmente foram abordadas as narrativas que, quando do terremoto em 2010 naquele país, procuraram construir engendramentos e aproximações entre o lá (Haiti) e o cá (Joinville).

Na pesquisa realizada nas edições impressas do jornal *A Notícia* entre os meses de janeiro de 2010 e dezembro de 2016¹¹, ao todo foram localizadas cerca de 40 reportagens/notícias/editoriais/cartas referentes ao Haiti e aos desdobramentos do terremoto ocorrido em janeiro de 2010. A presente análise é focada nas narrativas produzidas quando da escrita das reportagens jornalísticas; não serão analisados os editoriais nem outros textos, como carta de leitores. Antes de mais nada, considerando os primeiros meses do ano de 2010, o enfoque é para a tragédia que se deu quando do terremoto. As reportagens traziam informações parciais, na maioria das vezes pautadas em

¹¹ As edições impressas dos jornais dos anos citados foram pesquisadas no Arquivo Histórico de Joinville. A pesquisa precisou ser feita nos jornais impressos pelo fato da não confiabilidade dos arquivos disponíveis *online* do referido jornal. Todas as reportagens, os editoriais e as cartas do leitor encontrados sobre o tema envolvendo a tragédia no Haiti – o terremoto de janeiro de 2010 e sua repercussão no Brasil –, bem como o que foi veiculado relacionando Santa Catarina e especialmente Joinville, foram fotografados. Em seguida foi criada uma ficha de catalogação com as principais informações daquelas reportagens.

correspondentes internacionais e agências nacionais. Nesse primeiro conjunto que serviu de fonte para estudo, a perspectiva foi analisar as relações entre Haiti e Joinville¹².

Em um segundo momento, ainda levando em conta o mesmo conjunto de reportagens, dedicou-se à análise de matérias relacionadas à presença das Forças Armadas do Brasil desde 2004 no Haiti pela Minustah, sobretudo a presença e a preparação para o deslocamento de parte das tropas do exército de Santa Catarina e mais especialmente a participação do 62.º Batalhão de Infantaria de Joinville na missão de ajuda humanitária, em 2012¹³.

Antes de problematizar o que o jornal destacou em relação ao Haiti no período proposto para a pesquisa (2010-2016), é necessário pensar acerca da seguinte questão: quando um fato pode se tornar uma notícia relevante para a comunidade? Conforme Benetti e Fonseca (2010, p. 9), “o que é ‘fato’, no terreno filosófico, nem sempre é ‘acontecimento’ para o jornalismo”. Essas definições dependem de premissas e perspectivas inter e multidisciplinares que consideram “o jornalismo como um campo teórico que se articula, em fluxo e em rede, com outros campos da ciência” e que, no processo de diálogo com áreas como a “sociologia, a filosofia, a história, a arte e a semiótica”, articula reflexões e produz entendimentos sobre “noticiabilidade, agendamentos e enquadramento”.

No que se refere ao acontecimento, Berger e Tavares definem dois tipos. O primeiro é “o acontecimento experienciado no cotidiano”, que “corresponde à emergência e às afetações do acontecimento na realidade tangível e em suas reverberações

¹² Em 2010, localizou-se o total de 25 textos/menções à situação do Haiti.

¹³ No ano de 2011 não foram encontradas menções ao Haiti no jornal *A Notícia*. Já em 2012, aparecem as primeiras reportagens sobre a vinda de imigrantes haitianos para Santa Catarina – duas reportagens citando imigrantes haitianos em Chapecó (oeste), em Florianópolis (litoral) e em Jaraguá do Sul (norte). Também do ano de 2012 há duas reportagens sobre o deslocamento de soldados joinvilenses para a ajuda humanitária no Haiti. Será feita a análise dessas reportagens no decorrer do capítulo.

cognitivas”. O segundo é o acontecimento jornalístico, materializa-se “em textos em que o acontecimento midiático ilustra a natureza da sociedade contemporânea”, concernente à “construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento” (Berger; Tavares, 2010, p. 122). Os autores defendem ser impossível separar os dois tipos de acontecimento, “pois é do acontecimento vivido que se abastece o acontecimento jornalístico e esse intervém na percepção daquele” (Berger; Tavares, 2010, p. 122). Nesse sentido, é o mundo da vida que produz o acontecimento jornalístico, como, por outro lado, o acontecimento jornalístico pode influenciar na compreensão da vida.

Procurou-se investigar a forma como o jornal engendrou os passados-presentes, os sentidos históricos/simbólicos da relação de Joinville com o Haiti. A narrativa inicial, em 2010, feita sobre o Haiti nas páginas do periódico estudado ocorreu principalmente pela veiculação do que se pode considerar, segundo Berger e Tavares (2010, p. 133), como “*mega-acontecimento*”, pelo viés do conceito jornalístico, também acontecimentos propriamente midiáticos, mas com “importância potencializada”. O terremoto sofrido por aquele país em janeiro de 2010 tomou rapidamente a proporção de catástrofe por conta da destruição material e, de maneira especial, humana¹⁴. Nessa dimensão, a tragédia é narrada na perspectiva de ser “menos o registro da ocorrência (fato) e

¹⁴ Em relatório apresentado pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) seis meses após o tremor. Estimava-se em perdas humanas que cerca de 222 mil pessoas morreram e outras 300 mil foram feridas, contudo o número de mortes exato ainda era desconhecido. Em termos materiais, aproximadamente 60% dos prédios oficiais (estrutura de governo) foram destruídos, mais de 105 mil casas foram arruinadas completamente e 188 mil caíram ou foram danificadas, além de 49 hospitais terem sido completamente destruídos ou seriamente danificados. O relatório afirma ainda que houve movimentação/deslocamento de aproximadamente 2,3 milhões de haitianos para assentamentos após o desastre, dos quais cerca de 1,5 milhão eram crianças e jovens, tudo por conta da destruição de suas casas. Informação disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-apontamento-situacao-do-haiti-apos-seis-meses-de-esforcos-de-reconstrucao/>. Acesso em: 21 nov. 2018.

mais como essa ocorrência é apreendida pelo sujeito” (Benetti; Fonseca, 2010, p. 14). Ou seja, como ela impacta esse sujeito.

Por essa ótica, é preciso compreender a articulação que o jornal *A Notícia* procura fazer entre o acontecimento (a tragédia) e a vida de alguma personagem da cidade, ou ainda certo evento local/regional, com destaque para questões/personagens que relacionassem Joinville com o Haiti e sua tragédia. Por que a necessidade dessa conexão? Ela se explicaria por aquilo que Benetti e Fonseca (2010, p 12) dizem sobre “afetação dos sujeitos – quando um acontecimento acontece a alguém”. Também para Berger e Tavares (2010, p. 123), “há o acontecimento em si, uma ação que interrompe um estado qualquer, mas que só existe quando há sujeitos afetados e que lhe dão sentidos”. Tomando essa premissa jornalística como referência, é possível entender o engendramento feito pelo *A Notícia* do ocorrido no Haiti com determinadas personagens locais. O sentido não está no acontecimento em si, mas na relação com o afetado, com as significações que encontra no outro.

As primeiras notícias vinculadas ao terremoto do Haiti aparecem nas páginas do jornal *A Notícia* em 13 de janeiro de 2010, na seção AN Mundo. Com base em informações de agências de notícias, de forma rápida, tratam da catástrofe que atingiu os países do Caribe.

O fato começa a tomar contornos mais claros nas páginas do jornal em 14 de janeiro de 2010, quando é estampada na capa a tragédia no Haiti. Com a manchete “Um país arrasado”, inicia a relação da tragédia com os catarinenses que estavam no Haiti. Com ênfase, noticia a morte da conhecida líder da Pastoral da Criança, a médica catarinense Zilda Arns (que aparece em foto tendo como fundo a bandeira brasileira). Ainda na mesma reportagem, informa-se de maneira detalhada o fato de um soldado de Porto União, cidade do planalto norte de Santa Catarina, ter feito contato com a família. A imagem é da esposa

aliviada que segura um porta-retratos do marido em suas mãos (Um país [...], 2010).

Ainda no mesmo dia, há uma grande reportagem sobre a vida e a história da catarinense Zilda Arns. A abordagem inicial escolhida pela matéria para narrar a morte da médica foi a culpabilização por o terremoto ter roubado “das crianças, especialmente as brasileiras, o sorriso que lhe garantia vida e esperança” (O Brasil [...], 2010). A narrativa liga a história da médica a ações desenvolvidas em Joinville, criando assim a primeira aproximação entre a tragédia e a cidade, produzindo sentidos locais para o fato e relacionando de alguma forma a Joinville do presente com o passado do Haiti.

A relação entre Zilda Arns e Joinville é destaque na foto em que ela aparece recebendo uma homenagem na Câmara de Vereadores. A legenda indica lembrança: “Zilda Arns Nieumann, criadora da Pastoral da Criança, era cidadã honorária de Joinville” (O Brasil [...], 2010). A afirmação, ao destacar o fato de Zilda ser cidadã joinvilense, traz o claro simbolismo de que a cidade perdeu um ente querido no terremoto. Tal aproximação é fortalecida também pela voz do Padre Luiz Facchini, liderança local que, ouvida pelo jornal, enaltece o fato de a médica “fazer da própria vida uma oração ao defender as crianças mais excluídas e carentes” (in O Brasil [...], 2010). A narrativa aproxima mais uma vez Joinville e a tragédia, mais especificamente a história da médica e a do próprio Padre Luiz Facchini, que há anos, por meio das conhecidas cozinhas comunitárias¹⁵, trabalhou em comunidades

¹⁵ A Fundação Padre Luiz Facchini Pró Solidariedade e Vida foi criada no ano de 1995, com o nome de Fundação Pauli-Madi, mais tarde adotando o nome do fundador, Padre Luiz Facchini. Teve como projeto principal, entre outros, a implantação de cozinhas comunitárias nos bairros pobres da cidade de Joinville e região norte do estado de Santa Catarina, chegando a ter até 30 cozinhas comunitárias, que atendiam quatro mil crianças diariamente. Informação disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2018/03/padre-facchini-teve-uma-vida-dedicada-a-fazer-o-bem-10179714.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

carentes alimentando crianças de forma a garantir-lhes condições mínimas de vida.

Ainda como meio de estabelecer relação entre Joinville e Haiti, mesmo não tendo sido destaque de capa, uma reportagem relata a situação de uma voluntária joinvilense, missionária da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que vivia há 10 anos no Haiti para trabalhar com alfabetização de crianças. A missionária Luciméri Regina Pereira, 37 anos, informou para a mãe por telefone que estava bem e que o local onde estava não foi atingido pelo terremoto (Militares [...], 2010).

Em 15 de janeiro de 2010, o jornal retomou a história da missionária e com base em uma passagem do seu depoimento intitulou a matéria “O cenário é de muito terror”. O repórter Marco Aurélio Braga narra seu diálogo com Luciméri: “Ainda com voz ofegante, com fala rápida e com um português carregado de sotaque espanhol, a joinvilense [...] relatou os horrores vividos pelo povo no Haiti depois do terremoto” (Braga, 2010). Também destaca o jornalista que para a missionária “o medo e o pânico são os principais sentimentos da população haitiana” (Braga, 2010), além de ter expressado preocupação com a desordem no país quando afirmou: “As cidades não têm mais dono, não têm mais lei” (Braga, 2010).

Assim como na primeira reportagem, o jornal nesse dia também ouviu a mãe de Luciméri, que esperava pelo retorno da filha. O enredo construído pelo jornalista para contar a história da missionária incluía identificar a residência da família que aguardava seu retorno como uma “casa simples no bairro Paranaguamirim” (Braga, 2010) e a apropriação da fala da mãe, que afirma que a filha recebeu “uma missão divina” (*in* Braga, 2010) e que passou por muitas dificuldades relacionadas à comunicação e que para sobreviver precisou realizar inúmeros trabalhos, entre eles “vender doces” (*in* Braga, 2010). A aproximação com o passado do Haiti é reforçada reiteradamente nas reportagens sobre a missionária quando enfatiza que havia 10 anos ela vivia no Haiti, reforçando

seus laços com o país. Braga transcreve o que relata a mãe: “Mas ela sempre acreditou que era uma missão de fé. Ela foi chamada por Deus” (*in* Braga, 2010). A reportagem tem no centro uma foto de Luciméri com muitas crianças haitianas vestidas de camiseta azul, à mesa com mochilas escolares.

O retorno da missionária para Joinville foi destaque no dia 21 de janeiro, em matéria assinada por Rodrigo Stupp com palavras que remetem ao retorno de um campo de batalha: “O horror de corpos putrefatos espalhados pelas ruas, das ruínas, dos saques e da briga por comida foram contados feito uma metralhadora nervosa” (Stupp, 2010). Após relatar como se deu o encontro com a família no aeroporto, o jornalista descreveu a recepção à missionária, um tanto quanto festiva: “Eles a esperavam com um churrasco, com maionese, arroz e salada. Almoço de quarta-feira com cara de domingo, porque a tarde era festiva” (Stupp, 2010). Por mais que se possa entender que a família estava feliz por ter sua filha de volta depois da tragédia, parece contraditório descrever com tanta ênfase a comida, tendo em vista que havia acabado de relatar “a briga por comida” nas ruas do Haiti. Trata-se de duas narrativas muito distintas para falar de um momento tão conflitante que precisava abordar a tristeza do vivido no Haiti e a euforia do retorno. Cabe aqui uma reflexão em torno do paradoxo de sentidos sobre a “comida” estabelecido pelo jornalista, paradoxo que serve como estratégia narrativa para aproximar o Haiti de Joinville e ao mesmo tempo diferenciar os dois locais. No Haiti, a missionária, ponto de ligação entre os dois países, via dramaticamente a briga por comida nas ruas. Em Joinville, ela era recepcionada com um festivo e farto churrasco. O jornalista contrasta as duas realidades e ao mesmo tempo aproxima-as pela experiência da personagem (Stupp, 2010).

Nesse mesmo dia, como reportagem principal, que não possui assinatura, sob o título “Só resta a esperança”, o subtítulo identifica o Haiti “como o mais miserável país das Américas” (Só resta [...], 2010). No decorrer do texto se diz: “A morte não veio

por meio de fome, sede ou por combates – algo comum nessa paupérrima ilha caribenha – mas pela força do mais devastador terremoto em 200 anos de história da nação fundada por escravos africanos” (Só resta [...], 2010). A narrativa indica elementos significativos em relação à imagem cristalizada que o Haiti tem no Brasil: país miserável, faminto e feito por escravos onde, se não se morre de fome e de sede, se morre pelas tragédias naturais. Essas significações servirão como base para os imaginários que mais tarde, quando da chegada dos imigrantes haitianos à cidade, vão/poderão constituir as narrativas jornalísticas desse mesmo jornal acerca do Haiti e dos imigrantes haitianos.

Os laços entre Joinville e a tragédia do Haiti continuam sendo fortalecidos quando a matéria de 3 de abril de 2010, assinada por Mariana Pereira, é veiculada sob o título “Missão: garantir a vida”. Tal reportagem narra a história do, conforme o subtítulo, “médico de Joinville que integrou equipe de apoio ao Haiti devastado após terremoto” (Pereira, 2010). Trata-se de Juliano Deckert, médico obstetra do Hospital de Campanha da Força Aérea, que ficou no Haiti por aproximadamente um mês e meio. O fato de ele ter vindo visitar a família em Joinville, local para onde se mudou quando tinha 7 anos, impulsionou a construção da matéria, que para reforçar os laços com a cidade deu espaço para a fala da mãe do médico, senhora Graça, referindo-se ao fato de o filho não morar mais em Joinville havia seis anos (Juliano mora em Boa Vista, Rondônia, por conta do trabalho na Força Aérea). Ela diz: “Mas sempre que podia vinha para cá, visitar a família e os amigos do tempo de estudo no Colégio Santos Anjos e de residência na Maternidade Darcy Vargas” (*in* Pereira, 2010) – dois lugares carregados de significados para os joinvilenses e que remetem à educação e à saúde na cidade.

A jornalista Mariana Pereira (2010) optou em sua narrativa por recuperar a noção da vida, tão cara ao contexto do Haiti pós-terremoto: “Um médico de Joinville ajudou a levar mais vida ao

Haiti” (Pereira, 2010), referindo-se aos inúmeros partos que o obstetra teria realizado no período em que esteve em missão no país. A jornalista, ao colher do médico suas impressões da missão, destaca um olhar humanizado sobre a tragédia: “Na bagagem [...] traz retratos de uma tragédia, mas também recordações de um povo caloroso, carente de atenção e muito amoroso” (Pereira, 2010), que, segundo o médico, “agradeceram muito pelo nosso trabalho e chegaram a chorar quando fomos embora” (*in* Pereira, 2010). Nas palavras do médico, diante das novas ameaças de terremoto, “tentam levar a vida numa boa, sem contar com uma nova tragédia. O que, aliás, seria muita injustiça com um povo tão sofrido” (*in* Pereira, 2010). Ao ser perguntada sobre a ausência do filho, a senhora Graça desabafa: “O que conforta é saber que ele está feliz, fazendo o que gosta, ajudando as pessoas” (*in* Pereira, 2010). Parece que, mesmo com o objetivo inicial de criar laços entre Joinville e Haiti, essa narrativa jornalística enfocou o Haiti e seus moradores, na medida em que tanto a jornalista quanto a mãe do médico e, sobretudo, o principal narrador da história (o médico) se imbuíram de apontar empatia pelo povo haitiano.

Em um segundo conjunto de reportagens para análise envolvendo a tragédia no Haiti e a aproximação com a cidade de Joinville, destaca-se o enfoque dado pelo jornal *A Notícia* para o protagonismo do Exército brasileiro naquele país desde 2004, quando da Minustah¹⁶. Nesse contexto, o 62.º Batalhão

¹⁶ Criada pela Resolução n.º 1.542, de 30 de abril de 2004, pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Inicialmente para o período de seis meses, teve sua duração prolongada até 16 de outubro de 2017. Constituída de um contingente de civis e militares sob coordenação de um representante especial da ONU em solo haitiano, a Minustah teve as seguintes “missões” e iniciativas a serem realizadas no Haiti: desenvolvimento de um ambiente seguro e estável; apoio ao processo político; proteção de direitos humanos e, por fim, a coordenação de assistência humanitária juntamente com o governo de transição do Haiti e os demais parceiros internacionais. O Exército brasileiro comandou o componente militar da Minustah no período de 2004 a 2017, que teve a participação de tropas de 15 países, além dos “capacetes azuis” brasileiros. Informações disponíveis em: <https://undocs.org/en/S/RES/1542> e <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em: 20 nov. 2018.

de Infantaria (BI) de Joinville¹⁷ foi reconhecido pela imprensa por seu papel importante na missão humanitária. Há inúmeras reportagens, algumas delas de páginas inteiras, demonstrando a importância dessa instituição tanto para a cidade quanto para a missão no Haiti.

Em 18 de janeiro de 2010, o jornalista Rodrigo Lopes, enviado especial do Grupo RBS TV (ao qual pertencia o jornal *A Notícia* à época) a Porto Príncipe, capital do Haiti, assinou uma matéria com o título “Do 62 BI para o Haiti”, bastante representativo da narrativa de aproximação entre Joinville e Haiti. Para introduzir a entrevista sobre a situação do país, o jornalista realizou uma aproximação da história do general comandante-geral da Minustah, Floriano Peixoto Vieira Neto, e da cidade: “Há muito de Joinville no comandante-geral”, seguindo com: “A sua carreira se cruza com a história do 62 BI” (Lopes, 2010). Ele historiciza sua trajetória de serviços no 62.º BI, primeiramente na década de 1980 e depois nos anos 2000. A reportagem prossegue na perspectiva de aproximação: “Dez anos após assumir o comando do batalhão joinvilense [...]. Hoje, ele é uma das maiores autoridades no Haiti” (Lopes, 2010), e a aproximação encerra-se bruscamente. A narrativa do restante da reportagem dá-se com base em uma entrevista concedida pelo general Floriano sobre o retrocesso causado pelo terremoto no Haiti, em termos de segurança e economia, e as situações políticas envolvendo os Estados Unidos e o controle da situação do país. Não há fechamento para essa aproximação feita inicialmente com Joinville, o que ressalta que ela pode ter sido um ato narrativo produzido intencionalmente.

No que se refere à participação do 62.º BI na ajuda humanitária do Haiti, mesmo tendo sido anunciado pelo jornal

¹⁷ Para saber mais sobre o papel do referido batalhão na história de Joinville, ver: Guedes, Oliveira Neto e Olska (2008).

A *Notícia* em 5 de fevereiro que 34 soldados joinvilenses participariam da missão (O Brasil [...], 2010), meses se passaram até o assunto voltar a ser notícia nas páginas do jornal que ora se estuda.

Em matéria intitulada “Os capacetes-azuis de Joinville”, tendo como subtítulo “Tropa do 62 BI integra o grupo catarinense que vai para o Haiti”, em 18 de julho de 2010, Thaisa Rodrigues (2010b) conta que 29 militares do 62.º BI de Joinville faziam parte do grupo de militares do Exército brasileiro que foram para o Haiti em missão pela ONU. A reportagem destaca a preparação feita pelos soldados para que pudessem compor o 13.º Contingente do Batalhão Brasileiro de Força de Paz. O capitão André Cabral relatou como foi a preparação: “Foi um período longo de preparação. Decidimos ambientar os militares aos costumes, religião, cultura e idioma do país e os valores morais e éticos dos capacetes azuis” (*in* Rodrigues, 2010b). O capitão também enfatizou ser uma honra essa missão, pois, além de ajudar a população, “é uma oportunidade que temos de representar Joinville. Estamos orgulhosos” (*in* Rodrigues, 2010b). De forma didática, a matéria explora a história do Haiti e a introduz com o subtítulo “Que país é esse”, dá ênfase ao fato de o país ter sido o primeiro a se tornar independente entre os latino-americanos e ressalta que esse feito ocorreu graças às lutas de negros e mulatos. Ainda afirma que atualmente 95% da população é negra, que 64% é católica, que só 10% fala francês (o restante fala crioulo), que a base da economia é a agricultura, entre outras questões da situação política e social do Haiti.

Na mesma narrativa jornalística, outro subtítulo anuncia: “Saudade bate à porta antes da partida” (Rodrigues, 2010b). A personagem aqui é o cabo Gabriel Roncelli Barbosa, membro do grupo que foi ao Haiti. O enfoque é nos sentimentos da família e do próprio cabo: “A data do embarque para o Haiti está se aproximando e os sentimentos de alegria e tristeza começam a se misturar” (Rodrigues, 2010b). Diante dessa narrativa, que aborda

individualmente os sentimentos de um soldado, estaria sendo a missão relegada a segundo plano, ou não necessariamente? Não. Se retomada a perspectiva de Benetti e Fonseca (2010, p. 12), quando refletem sobre a “afetação dos sujeitos – quando um acontecimento acontece a alguém”, seria possível afirmar que o acontecimento só tem sentido de ser na sua relação com o sujeito que por ele é atingido (afetado). Logo, a aproximação com a tragédia do Haiti não é pelo fato em si, mas como tal fato atinge, mesmo que de maneira individualizada, a vida de alguns joinvilenses; trata-se de como o lá e o cá se entrecruzam, se ressignificam e produzem sentidos.

Um momento simbólico, com registros históricos, é o que traz a reportagem do dia 6 de agosto de 2010, visibilizando a despedida de 27 militares do 62.º BI que seguiam para o Haiti (Rodrigues, 2010a). As cenas que as fotografias de Jessé Giotti registram, guardadas as questões que remetem aos dias atuais, como o veículo utilizado, as vestimentas e o cenário urbano como um todo, lembram em muitas cenas de despedida vividas por milhares de soldados antes de irem para uma guerra no passado. A narrativa jornalística de Thaisa Rodrigues (2010a), por sua vez, também sustenta essa perspectiva. Ancorada no título “Emoção veio antes do Haiti”, a jornalista narrou a despedida: “Sentimentos misturados, choro engasgado e preocupação deixaram pais, amigos, namorados e filhos [...] com o coração na mão na tarde de ontem” (Rodrigues, 2010a).

Por mais de um ano, o jornal silenciou-se sobre o Haiti e a tragédia que lá ocorreu, em 2010. Apenas em janeiro de 2012 voltou a noticiar algo referente ao tema. Foram apenas quatro notícias em 2012.

Uma delas recorda os dois anos do terremoto e anuncia que um grupo de haitianos chegava a Florianópolis para estudar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), já que suas universidades foram destruídas e ainda não possuíam condições de oferecer cursos superiores. Na mesma matéria de 11 de janeiro,

também é destacado o fato de um grupo de imigrantes haitianos chegar ao oeste de Santa Catarina para trabalhar na indústria local. A escolha por Santa Catarina é explicada por uma ação de um grupo empresarial que foi até o Norte do Brasil e trouxe esse grupo para cá (Silva; Debona, 2012). Também em 21 de fevereiro há uma pequena nota falando da chegada de alguns haitianos para trabalharem em Jaraguá do Sul, cidade que fica a aproximadamente 100 km de Joinville (Haitinos chegam [...], 2012). Foi somente em 4 de abril de 2012 que voltou a aparecer nas páginas do jornal *A Notícia* menção a um novo grupo de militares que seguiria para o Haiti¹⁸.

Nessa nova reportagem, com o título “Rumo ao Haiti – joinvilenses em missão de paz”, Julimar Pivatto narra a despedida de mais 127 militares. Em uma cerimônia em praça pública no centro da cidade, “os familiares acompanharam todo o evento, em um misto de emoção, orgulho e saudade. [...] Os oficiais vão ficar oito meses no país mais pobre das Américas” (Pivatto, 2012). Emoção, orgulho e saudade são as palavras escolhidas para simbolizar os sentimentos dos familiares. Antecipa-se o tempo, uma vez que mesmo antes de partir já se sente saudade. Novamente a forma de se referenciar ao Haiti é como o país mais pobre das Américas, como de fato o é, contudo a repetição desse estigma cristaliza a imagem de um país sem futuro. A narrativa jornalística não deixa claro o objetivo de uma ação desenvolvida por alunos de escolas públicas de Joinville, que escreveram cartas tanto para os militares que se despediam quanto para professores e alunos de escolas do Haiti. Parece mais uma ação de aproximação do aqui com o lá; infelizmente a narrativa não descortina os motivos.

A última reportagem do ano de 2012 relacionada ao Haiti também trata da despedida de militares rumo aquele país e é veiculada em 18 de abril e assinada por Julimar Pivatto e Roelton

¹⁸ Realizou-se entrevista oral com Cláudio Fernando Ribeiro (2018), ex-soldado do 62.º BI de Joinville que participou da missão humanitária no Haiti em abril de 2012.

Maciel. Com o significativo título “Até logo, Joinville; *bon jou*, Haiti”, mais uma vez a personagem principal não é o Haiti ou sua situação, mas um jovem soldado e a despedida de sua esposa. Aqui a referência de aproximação pode ser vista pela linguagem. O título da matéria anuncia em português a despedida do soldado e remete-se para sua chegada ao Haiti com “*bon jou*” (Pivatto; Maciel, 2012). De certa forma, uma simples saudação em crioulo indica o estabelecimento de um vínculo importante para aquele que deixa sua família aqui e parte em missão humanitária para um país distante¹⁹.

Em contrapartida, outras questões importantes na tomada de decisão dos militares em seguir para o Haiti, tais como aquelas que envolvem remuneração, aparecem pela primeira vez entre as reportagens problematizadas até aqui: “A participação na missão de paz é concorrida entre os militares porque agrega experiência à carreira e garante renda extra em dólar” (Pivatto; Maciel, 2012). A informação trazida é a de que, além do salário que já ganha no Brasil, o militar recebe outro salário, pago pela ONU. Diz a reportagem: “Para um soldado, o extra mensal é de cerca de 900 dólares; para um oficial, chega a 2,9 mil dólares” (Pivatto; Maciel, 2012). Há também o esclarecimento de que a seleção para ir para a missão se dá de acordo com a hierarquia e o rendimento na carreira militar.

Por fim, há que se fazer referência a mais uma situação, diga-se, constrangedora que a matéria veicula reproduzindo a fala de um dos responsáveis pelo treinamento dos militares antes de partirem, Victor Hugo de Aguiar, o subcomandante do grupo joinvilense: “E ainda passamos alguns dias em ruas de Palhoça que até lembram a região do Haiti” (*in* Pivatto; Maciel, 2012). Palhoça é uma cidade da Grande Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, que fica a aproximadamente 180

¹⁹ No Haiti, parte da população fala francês, no entanto o dialeto mais comum é o crioulo, uma adaptação do francês desde os tempos da colônia.

km de Joinville. Trata-se, nessa perspectiva, de uma citação constrangedora porque, mesmo Palhoça sendo uma cidade com contingente populacional significativo e de alguma forma periferia de Florianópolis, em nada se assemelha (considerando o que se acredita aqui) com a situação vivida pelo Haiti em abril de 2012. Talvez uma aproximação possa ser feita pela questão da falta de segurança nas ruas, mas as semelhanças param por aí.

De modo a trazer um pouco de conteúdo e informações sobre o Haiti, na segunda página da reportagem os jornalistas contextualizam brevemente a situação política do país em 2012, construindo um cenário possível da atuação das tropas brasileiras que seguiriam para lá. Também retomam rapidamente a experiência vivida pelo grupo de joinvilenses que seguiu para o Haiti no segundo semestre de 2011. A cordialidade entre brasileiros e haitianos foi destacada: “Ser brasileiro em terra arrasada pela miséria ajudou a garantir a segurança do pelotão” (Pivatto; Maciel, 2012), afirmação baseada na experiência do sargento Altair Lorenzi, que disse: “Os haitianos respeitam o Brasil como uma nação que está lá para ajudar. O futebol nos aproxima bastante. A relação deles com as tropas de outros países era muito mais hostil” (*in* Pivatto; Maciel, 2012). Mito ou verdade? Há anos se ouve que as relações entre haitianos e brasileiros são cordiais durante a missão de paz Minustah, no entanto há muitos trabalhos científicos que problematizam a questão, principalmente sobre os motivos do governo brasileiro de participar da missão de paz da ONU²⁰.

Teriam tais relações cordiais influenciado os haitianos na escolha do Brasil como destino quando do seu processo migratório? E a presença de soldados de Joinville lá no Haiti teria servido como referência e interferido na vinda de tamanho contingente de haitianos para a cidade? As construções de aproximações feitas nas narrativas jornalísticas quando do

²⁰ Sobre o assunto, ver: Lessa (2007), Gabaglia (2012), Corbellini (2009) e Verenhitch (2008).

terremoto, entre o passado-presente das relações Joinville e Haiti, teriam permanecido na construção narrativa que aborda a vinda dos imigrantes haitianos e a sua presença na cidade? São essas as questões que se procuram discutir imbricadas com os imaginários produzidos e circulantes na narrativa jornalística analisadas no próximo tópico.

Para além de compreender as narrativas jornalísticas como produtoras, organizadoras e sistematizadoras do tempo e das narrativas sobre os processos migratórios contemporâneos, o objetivo, como já indicado anteriormente, é analisar também os imaginários construídos e que circulam por essas narrativas em relação à imigração e especialmente aos imigrantes haitianos.

Nesse sentido, o enfoque de análise neste ponto do texto são as narrativas jornalísticas do jornal *A Notícia*, entre 2010 e 2016, a produção de sentidos e as tessituras no tocante ao imaginário sobre o imigrante haitiano. Barbosa (2007b, p. 18) afirma que “todo texto produz sentido e induz à ação”. Nessa perspectiva, as narrativas jornalísticas são problematizadas como lutas pela construção de imaginários, permeadas por intencionalidades e que, imbricadas em jogos de poderes simbólicos, constroem na relação com o leitor mediações capazes de gerar interpretações e sentidos de dada realidade. Ainda segundo Barbosa (2007a, p. 9): “No ato de leitura se entrecruzam, pois, o mundo do texto e o mundo do leitor. Se o mundo do texto é sempre imaginário, o mundo do leitor é real, mas ao mesmo tempo capaz de remodelar a esfera do imaginário”.

No que tange ao método de análise, Motta (2005, p. 4) indica procedimentos para o que chama de “análise pragmática das narrativas jornalísticas”. O primeiro procedimento refere-se à “recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico” (Motta, 2005, p. 4), uma vez que as notícias não apresentam um enredo acabado. Pelo contrário, “as notícias diárias são fragmentos desconexos de sentido” e “dificilmente contam uma história completa” (Motta, 2005, p. 4). Em um segundo momento,

deve-se levar em conta a “identificação dos conflitos” na narração dos fatos. Para o autor, os conflitos formam o “núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa”, pois são eles “que abrem o espaço para as novas ações, sequências e episódios, que prolongam e mantêm a narrativa viva” (Motta, 2005, p. 4).

Para analisar as narrativas jornalísticas mergulhadas nas problemáticas apontadas, é necessário discutir o conceito de imaginário. Inicialmente se aproxima de tal conceito na ótica de sua historicidade discutida por Pesavento (1995) em seu texto “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. A autora afirma que a emergência do conceito de imaginário se firmou como uma tendência no fim do século XX, por meio de uma série de questionamentos que aludem a crises pertinentes aos “paradigmas de análise da realidade, o fim das crenças nas verdades absolutas legitimadoras da ordem social e a interdisciplinaridade” (Pesavento, 1995, p. 9), pensada desde então como meio para o diálogo e o espaço de produção de novos conhecimentos que, em fronteiras disciplinares, responderiam melhor à complexidade dos problemas contemporâneos.

Para problematizar o conceito de imaginário naquele fim de século, já que o seu escrito é de 1995, a autora volta-se ao debate acerca da perda das certezas sobre o homem, a sociedade e seus futuros, salientando que é por causa desse esvaziamento que as noções de imaginário social foram colocadas em pauta, especialmente na historiografia. Para ela, o estudo do imaginário teria ficado em segundo plano em função da predominância do “pensamento racional e científico no Ocidente” (Pesavento, 1995, p. 11) – desde pelo menos o século XVII – e, por extensão, da busca por legitimidade do conhecimento científico, fundada na ideia de total separação da “imaginação deformadora”. Diz ela: “Não é por acaso que, no senso comum, o imaginário aparece como algo inventado, fantasioso e, forçosamente, ‘não sério’, porque não científico” (Pesavento, 1995, p. 11). Contudo, quando as certezas caem por terra diante dos acontecimentos econômicos, políticos

e sociais do fim do século XX, passou-se a questionar sobre o que teria ficado encoberto pelas verdades científicas, incluindo as motivações subjetivas, e o que teria sido considerado irrelevante ou insignificante para o conhecimento do mundo.

Desse ponto, o imaginário passa a ser concebido como categoria teórica capaz de remeter à análise da dimensão simbólica do social que envolve tanto imagens e palavras (significantes) quanto representações e significações (significados) (Pesavento, 1995). O imaginário reporta-se, pois, ao que está além das aparências e à “outra coisa não explícita e não presente” (Pesavento, 1995, p. 15). Por isso, explica a autora que o imaginário “necessariamente trabalha sobre a linguagem, é sempre representação e não existe sem interpretação” (Pesavento, 1995, p. 15). Como representação do real, nutre-se de significações emergentes das próprias experiências sociais. Todavia, mesmo que direcione à fluidez de sentidos e significações, a autora adverte que o termo não pode ser operado como uma “panaceia explicativa da história” (Pesavento, 1995, p. 13).

Nesse entendimento, o imaginário é sempre representação de dada realidade e envolve uma significação que vai para além do aparente: “O imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente” (Pesavento, 1995, p. 15). Visto desse ponto,

o imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer (Pesavento, 1995, p. 24).

Ainda como perspectiva metodológica, a autora indica o que poderia ser o caminho da investigação histórica e que parece apropriado para a compreensão daquilo que as narrativas

jornalísticas podem contribuir para o entendimento da realidade contemporânea: “Desvendar um enredo, desmontar uma intriga, revelar o oculto, buscar a intenção” (Pesavento, 1995, p. 24). “O imaginário se abre como um novo caminho de estudo, muito bem explorado pela mídia” (Pesavento, 1995, p. 24), escreve a autora, lugar privilegiado em que se pode problematizar a busca de sentidos no “tecer e retecer da tessitura social” (Pesavento, 1995, p. 24).

Também como referência para a discussão do que é o conceito de imaginário, esta pesquisa pauta-se em uma questão elaborada por Castoriadis (1982, p. 156), quando indaga: “Por que é no *imaginário* que uma sociedade deve procurar o complemento necessário para sua ordem?”²¹.

Falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa “inventada” – quer se trate de uma invenção “absoluta” (“uma história imaginada em todas as suas partes”), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações “normais” ou “canônicas” (Castoriadis, 1982, p. 154).

Faz-se necessário salientar que o teórico entende o imaginário como algo dinâmico e complexo, “a saber que ele está na raiz tanto da alienação como da criação da história” (Castoriadis, 1982, p. 161). Isso sugere que o conceito deve ser utilizado com cuidado em sua potencialidade dialética, uma vez que o imaginário pode significar também a racionalidade de dada sociedade.

Para o autor, é preciso compreender as relações entre o simbólico e o imaginário: “O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para ‘exprimir-se’, o que é óbvio, mas para ‘existir’”

²¹ Castoriadis (1982) faz tal pergunta para discutir exemplos históricos que se referem a criações de imaginários e ritos religiosos que perduram séculos por sua força simbólica, no entanto a indagação parece muito contemporânea por representar uma relação entre as construções imaginárias e sua força na manutenção da ordem local.

(Castoriadis, 1982, p. 154). São conceitos imbricados na medida em que as imagens possuem “função simbólica” e também “o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária” (Castoriadis, 1982, p. 154). Para entender a força que o imaginário tem sobre o simbólico, Castoriadis (1982, p. 155) afirma que “o simbolismo supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um ‘representa’ o outro”. Chama a atenção para o fato de o simbólico trazer consigo (quase sempre) o elemento “racional-real”, que explica “o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para o agir” (Castoriadis, 1982, p. 155).

Para Ricoeur (2010), o imaginário teria papel fundamental para apresentar o passado tal como teria sido: “O imaginário se incorpora à perspectiva do ter-sido, sem enfraquecer sua perspectiva ‘realista’” (Ricoeur, 2010, p. 312). Para que essa compreensão seja possível, são necessários alguns conectores que permitam a aproximação entre o “tempo do mundo e tempo vivido”, os quais passam pela interpretação que é nutrida pelo imaginário – processo de significação de algo contínuo em que concorrem vários elementos, como a tradução e interpretação, possibilitando a leitura de signos que se intensifica pela narrativa (Ricoeur, 2010).

Com o intuito de melhor compreender as imbricações entre a noção de imaginário nas narrativas produzidas pelos textos jornalísticos, buscou-se em Sodré (2014, p. 9) seu entendimento de comunicação: “*Comunicar* – ‘agir em comum’ ou ‘deixar agir o comum’ – significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo”.

Essa definição é significativa para compreender a força das narrativas jornalísticas na reprodução/construção de imaginários, “porque *relacionam* ou *organizam* mediações simbólicas – de modo consciente ou inconsciente – em função de um *comum* a

ser partilhado” (Sodré, 2014, p. 9). Tais significações ultrapassam a barreira das palavras, porque para o autor são “*transverbais*” e transitam para além das dimensões do consciente, sendo traduzidas por “palavras, imagens e afecções corporais” (Sodré, 2014, p. 9).

Quando se aprofunda o termo *comunicação* no sentido de “partilha”, “participar de algo” ou “pôr-se em comum” (Sodré, 2014, p. 10), podem-se melhor analisar as imbricações entre a narrativa produzida pelo jornal e a construção de imaginários, uma vez que, se algo/alguma ideia é posto em comum, ele tem a força de produzir significados e de emanar simbolicamente essas significações. Também para Juremir Silva (2016, p. 65), “o imaginário é uma linguagem. Um processo comunicacional”. De forma mais complexa, o “imaginário é uma comunicação que interpela o ser-na-vida” (Silva J.M., 2016, p. 67).

Ainda refletindo sobre a noção de imaginário e a relação com a comunicação, o autor aponta caminhos para a compreensão da temática primeiramente pela afirmação de que “o imaginário não é o que imaginamos, mas o que nos imagina”, ou ainda pelo seguinte questionamento: “E se o imaginário não for o que imaginamos, mas aquilo que nos imagina?” (Silva J.M., 2016, p. 58). O autor sintetiza: “Imaginário é uma noção socioantropológica, um conceito que ultrapassa os limites dos depósitos de palavras e magnetiza corações e mentes por sua elegância e amplitude”; para ele, “tudo é imaginário”, sobretudo “aquilo que não é mero produto da fertilidade da imaginação: o real” (Silva J.M., 2016, p. 67). A compreensão é de que “o imaginário é uma comunicação, o espaço entre saberes, uma linguagem que se produz” (Silva J.M., 2016, p. 61). Dessa forma, possui força transformadora, produz sentidos e induz a ação.

Considerando a noção de imaginário e sua aproximação com os estudos da comunicação, Tonin e Azubel analisam com base na compreensão de Gilbert Durand o imaginário como “uma rede de articulações, categorias, denominações que derivam das

intimações objetivas e suas verificações no meio cultural” (Tonin; Azubel, 2016, p. 71). Nesse sentido e pautadas pelo pensamento de Durand, as autoras explicam que “o imaginário é uma espécie de conector obrigatório pelo qual se formam todas as representações humanas” (Tonin; Azubel, 2016, p. 71). Logo, sinalizam para o fato de haver jogos entre simbolismos e realidade que determinam a “boa” comunicação na sociedade.

Igualmente, no que diz respeito ao jornalismo e à sua potencialidade criadora de imaginários, Berger e Tavares (2010, p. 162) dizem: “O jornalismo é, assim, *um acontecimento*”, podendo ser considerado indício de um presente social, do imaginário que une os homens em uma rede comum de questões existenciais, ou ainda “registro dos valores hegemônicos de uma sociedade em uma época”. Para tanto, asseguram: “Não são as temáticas que definem a permanência discursiva e sim os sentidos construídos reiteradamente” (Berger; Tavares, 2010, p. 161).

Diante dessas questões, procurou-se identificar e discutir os imaginários que as narrativas do jornal *A Notícia* produzem e/ou fazem circular acerca da imigração e do imigrante haitiano. Que categorias utilizam para apresentar/representar esse imigrante? O que priorizam visibilizar e o que tornam invisível em suas páginas em relação ao recente processo migratório de haitianos para a cidade? Que simbolismos implicam? Tais imaginários se aproximam daqueles imaginários associados ao processo migratório do passado de Joinville? Indagações como essas percorrem o próximo ponto de investigação.

“Um pouco do Haiti aqui”: os imaginários acerca da imigração haitiana em Joinville

Com o propósito de problematizar as narrativas jornalísticas como produtoras de imaginários acerca do recente processo migratório envolvendo os haitianos na cidade de Joinville, a pesquisa apoia-se mais uma vez em Pesavento (1995, p. 15) e em

seu entendimento de que “o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”.

Portanto, identificaram-se na análise das narrativas jornalísticas imaginários acerca do imigrante haitiano como aquele “disposto a trabalhar”, “esforçado para estudar”, “com coragem”, qualidades reconhecidas como ideais para o trabalhador que chega à cidade. Esses apontamentos da imprensa local se entrecruzam com narrativas que deixam escapar o tensionamento em torno da questão imigrante, como, por exemplo, afirmações que dizem: os imigrantes “vivem de forma pacífica”, que “nenhum incidente foi registrado” envolvendo-os e ainda que vivem em “grupos fechados”. Essas narrativas atribuem protagonismo à cidade que recebe o imigrante, com características como um “lugar tranquilo para morar”, “lugar bom”, “acolhedor” e de “oportunidades”.

Ao analisar as narrativas jornalísticas produzidas pelo jornal *A Notícia*, decidiu-se destacar algumas reduções metafóricas dominantes presentes ao longo dos textos e que indicam construções do imaginário acerca do imigrante. Tais metáforas exemplificam os diversos sentidos atribuídos à presença migrante na cidade, ora como o imigrante apto para o trabalho então possível de ser aceito, ora como pacífico (pressupondo que ele não o fosse), e por vezes enaltecendo a cidade (responsável então por acolher o estrangeiro), nesse caso sendo a cidade o centro da narrativa, e não o imigrante. Optou-se por dar visibilidade para a ambiguidade dos termos utilizados nas narrativas de imprensa e, dessa forma, enfatizar os imaginários que tais termos carregam no que concerne ao imigrante.

Importante dizer que o imaginário que circula nas narrativas jornalísticas em relação ao imigrante haitiano, como se verá no decorrer do capítulo, pouco se aproxima dos imaginários construídos ao longo da história da cidade em torno da

considerada, por muitos, épica imigração europeia e que compôs a colonização local em meados do século XIX. Conforme esta investigação, o jornal *A Notícia*, operando com esquecimentos do próprio passado imigratório da cidade, cria distintos imaginários da (e para a) imigração contemporânea.

Não há, em nenhuma das narrativas sobre imigração haitiana localizadas na presente pesquisa, do jornal *A Notícia* do período de 2010-2016²², referência ao fato de a cidade ter sofrido ao longo de toda a sua história outros processos migratórios. Parece haver um apagamento, ou melhor, um afastamento proposital, tanto dos fatos geradores desses processos de deslocamento de imigrantes quanto do papel desse imigrante no que tange à sua contribuição a Joinville.

Dessa forma, é como se a narrativa acerca da imigração no referido jornal assumisse caráter a-histórico, em outra temporalidade, desconectada da história da cidade migrante²³. Para Coelho (2011), no tocante à imigração do passado se construiu em torno do imigrante europeu um imaginário que o apresenta como responsável pelo pioneirismo,

²² Foram identificados, como já mencionado anteriormente, mais de 40 textos/matérias sobre o Haiti e os imigrantes haitianos ao longo dos anos pesquisados (2010-2016) no jornal *A Notícia*. Das produções identificadas, constam reportagens jornalísticas assinadas por profissionais ou de responsabilidade da redação do jornal, notas, editoriais e cartas ao leitor. Optou-se por analisar as reportagens jornalísticas por entender que os demais gêneros exigiriam abordagens diferenciadas que passam por compreender o impacto da recepção, o posicionamento do veículo de imprensa, entre outras questões a que não seria possível responder a contento neste texto, por não ser o foco de pesquisa. Em relação à presença de imigrantes haitianos especificamente em Joinville, as veiculações datam de 2013. Para a análise sobre os imaginários no que tange aos imigrantes haitianos, problematizam-se, a seguir, quatro narrativas jornalísticas por terem sido julgadas como as mais significativas.

²³ Como contraponto para a questão, localizou-se em outro veículo de comunicação, chamado *MigraMundo*, em 12 de janeiro de 2015, uma reportagem com o título "Joinville, a nova cidade dos príncipes do Haiti", assinada por Glória Branco. A reflexão começa com a metáfora: "Trocando Porto Príncipe, capital do país caribenho, pela cidade dos príncipes" (um dos apelidos de Joinville). Seguindo a reportagem, a única referência feita que poderia lembrar o processo migratório do passado é: "Na cidade dos príncipes, os haitianos encontram condições dignas para recomeçar a viver" (Branco, 2015).

empreendedorismo e construção da Joinville que se conhece hoje. Por outro lado, as narrativas produzidas sobre o imigrante haitiano localizam-no em outra dimensão, muito diferente do papel atribuído no passado àquele imigrante desbravador. O acontecimento fundante para a imigração haitiana apontado, na maioria das vezes, pela narrativa jornalística é a tragédia, e não o ato de migrar como um direito humano. O imigrante haitiano é oriundo da tragédia, configura-se vítima da pobreza e da miserabilidade humana, teria chegado aqui por vias clandestinas e se agrupado com seus pares em busca da sobrevivência pessoal. Nesse cenário de desolação, pouco teria a contribuir com a cidade.

Em reportagem extensa intitulada “Um pouco do Haiti aqui”, de 29 de julho de 2013, no Caderno Economia do jornal *A Notícia*, as repórteres Tuane Roldão e Maerllen Muniz produzem um diagnóstico acerca da presença dos estrangeiros em Joinville, destacando a imigração e o mercado de trabalho, uma vez que trabalham com infográficos demonstrando os números pertinentes à procura de emprego na cidade por parte de imigrantes de várias nacionalidades, enfatizando o perfil desse imigrante: “Homem, 28 anos e com segundo grau incompleto” (Roldão; Muniz, 2013). Os haitianos figuravam entre os primeiros da lista de estrangeiros a procurar emprego no primeiro semestre de 2013.

A narrativa inicial opta por destacar a história do imigrante chamado Archange Clifaud e sua relação com as questões religiosas – ele é pastor e, segundo o texto, “acredita ter recebido uma missão ao nascer: a de assim como um anjo guiar seus passos pela vontade divina” (Roldão; Muniz, 2013). Seguindo a história do imigrante, as autoras escrevem: “Nos planos do anjo haitiano, além de concluir a faculdade de engenharia elétrica, a religiosidade não fica de fora” (Roldão; Muniz, 2013). Em seguida, reproduzem a fala do próprio imigrante: “Trabalhar na obra de Deus, isso é

primordial. Também quero construir uma família. E voltar para o Haiti” (*in* Roldão; Muniz, 2013). Alguns elementos precisam ser problematizados de imediato: provisoriedade, questões morais e papel do imigrante.

Tanto a narrativa das repórteres quanto a fala de Archange Clifaud são carregadas de simbolismos. Chamá-lo de “anjo haitiano” transformou a narrativa. Estaria se utilizando de um regime moral? Nesse sentido, o imaginário articularia o binômio moral bom e mau? Para Sayad (1998, p. 60), “não há fala, não há discurso sobre a imigração, mesmo os mais hostis, que não apelem para a moral, ou seja, para as boas intenções e os bons sentimentos, para os interesses simbólicos a eles ligados”. Por ter sua história narrada de maneira imbricada com a conduta religiosa, esse imigrante mereceria respeito e um lugar de destaque na cidade. É como se a narrativa jornalística ressignificasse sua existência; não se tratava de um imigrante trabalhador desterrado de sua terra por causa da miséria histórica e das mazelas do terremoto. Pela narrativa, é como se ele estivesse em uma missão.

Assim, o imigrante é um enviado e sua história cativa o leitor, sobretudo porque afasta as questões históricas que envolvem o processo migratório. Por esse lado, a narrativa está permeada de significados e intencionalidades. Para Motta (2013, p. 74), “narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade, de modo a envolver o ouvinte na estória contada”. Logo, “narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa” (Motta, 2013, p. 74), explicita o autor.

Em contrapartida, a fala do imigrante indica objetivos claros e remete à sua condição primeira de imigrante. Aqui se evoca de novo Sayad (1998), que brilhantemente anunciou que o imigrante é sempre um trabalhador em situação transitória: “A imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição”. Por um lado, “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente”, ou, por outro, de forma distinta, “se se trata de

um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (Sayad, 1998, p. 45). Na narrativa em questão, a condição de transitoriedade fica muito evidente quando Clifaud diz que em seus planos, além de servir ao propósito divino, estão constituir família e também o desejo de “voltar para o Haiti” (in Roldão; Muniz, 2013).

Outra história relatada na mesma reportagem deixa claro que nem toda trajetória imigrante é homogênea – faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que são sempre histórias de determinado imigrante, e não histórias de imigrantes. A narrativa jornalística em questão evidencia essa situação quando visibiliza as expectativas de outro haitiano, Jean Michelet Jean Louis, que diferentemente de seu conterrâneo não pensa em voltar para o Haiti, a não ser para passear (Roldão; Muniz, 2013). Assim, também os imaginários referentes aos sonhos e desejos dos imigrantes não são únicos e as narrativas de algum modo, mais ou menos cristalizadas, precisam dar conta desse sujeito diverso e que, por vezes, quebra paradigmas.

A reportagem refere-se a Jean: “A gratidão do haitiano pelo país que o acolheu é evidente” (Roldão; Muniz, 2013). Descreve-o como um haitiano “com um sorriso aberto e o olhar tímido” (Roldão; Muniz, 2013), que expressa querer trazer a mãe e a noiva para Joinville. Para Jean, “Joinville é cidade pequenina, é bom para morar. Eu gosto de tranquilidade” (in Roldão; Muniz, 2013), imaginário quase bucólico da cidade que soa como um lugar ideal para o recomeço com sua família.

Para continuar problematizando as narrativas jornalísticas e os imaginários produzidos acerca do imigrante haitiano, tem-se neste tópico a análise da segunda parte da reportagem intitulada “Um pouco do Haiti aqui”, veiculada em 29 de julho de 2013. Na segunda parte, é como se a poesia que permeou a narrativa no primeiro momento deixasse de existir. Agora, vem à tona o imaginário que relaciona Joinville como lugar de trabalho, polo industrial com “renomadas” empresas multinacionais e muitos

postos de trabalho nos chamados “chãos de fábrica” (Roldão; Muniz, 2013). Referindo-se à empregabilidade do imigrante, a explicação é óbvia por parte das repórteres: “A colocação no mercado local costuma ser rápida porque as empresas têm *dificuldades em suprir a demanda para cargos operacionais*” (Roldão; Muniz, 2013, grifo nosso), definindo nitidamente o trabalho que será destinado para o imigrante, sobretudo se negro e de países periféricos como o Haiti. Mais uma vez, Sayad (1998) ajuda na compreensão do destaque na narrativa jornalística sobre a colocação dos imigrantes no mercado de trabalho; trata-se do reconhecimento da “utilidade econômica e social dos imigrantes, ou seja, as ‘vantagens’ que eles ofereciam [oferecem] para a economia que os utilizava [utiliza]” (Sayad, 1998, p. 47). Para o autor, consiste na operação que o balanço contábil faz em relação aos “‘custos e vantagens comparados’ da imigração” (Sayad, 1998, p. 48).

Ainda tendo como objeto de análise a mesma narrativa, passa-se a ponderar a fala que a reportagem reproduz de Pedro Luiz Pereira, vice-presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Santa Catarina (ABRH-SC). Destaca-se mais uma vez o que já chamamos em nossas reflexões de face violenta do processo de migração. Diz o representante da ABRH-SC: “Ainda que haja um processo de adaptação, *é melhor inserir estas pessoas na produção do que deixar uma máquina parada*” (in Roldão; Muniz, 2013, grifo nosso). Novamente é trazido aqui o entendimento de Sayad (1998, p. 54-55) de que o imigrante e o trabalho são sinônimos e essa força de trabalho é considerada sempre em seu caráter provisório, podendo ser

revogável a qualquer momento [...]. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que

o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído.

A força simbólica da fala reproduzida, de que é preferível “*inserir essas pessoas na produção do que deixar uma máquina parada*” remete à dureza da vida do imigrante: “Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir” (Sayad, 1998, p. 55), e é esse mesmo trabalho que quando termina “faz ‘morrer’ o imigrante” e, de forma mais violenta ainda, “que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser” (Sayad, 1998, p. 55).

Pensamentos, posturas e imaginários permeiam o destino dos imigrantes trabalhadores. Por vezes, para além de sua existência como imigrante ser umbilicalmente ligada ao trabalho, ele ainda enfrenta negação até dessa determinação histórica, como a que foi proferida por esse mesmo representante de empresas empregadoras na cidade de Joinville, em outubro de 2015, quando teve sua fala reproduzida em uma coluna jornalística (de veiculação *online*): “O perfil ideal de trabalhador procurado é *homem, branco, de 25 a 35 anos de idade*” (Loetz, 2013, grifo nosso), referindo-se ao perfil ideal de trabalhador que os empresários procuravam para Joinville.

Por fim, de forma rápida aparece ainda na reportagem de Roldão e Muniz (2013) o apontamento de que há dificuldade por parte dos imigrantes relacionada à comunicação e que serve de argumento para explicar os cargos que ocupam na linha de produção: “*Mais simples de desempenhar por terem um padrão específico para cada função*” (Roldão; Muniz, 2013, grifo nosso). Esse argumento parece reforçar o estereótipo/imaginário de que o imigrante seria um ser de menos capacidade intelectual, justificado aqui pela dificuldade de domínio da língua local. Em seguida, em uma espécie de contraponto, a reportagem diz que alguns falam francês, espanhol e inglês (Roldão; Muniz, 2013), ficando contraditória a afirmação de que receberiam tais funções porque estas são mais simples de serem desempenhadas.

O ano mais latente nas páginas do jornal *A Notícia* sobre a vinda dos haitianos para Santa Catarina e a presença deles pelo estado com reflexos para Joinville é o de 2015. Há uma conjunção de fatores nesse ano que pode parcialmente explicar a visibilidade e a tensão que se colocam nas páginas do periódico. Em 2015 o Brasil passou por um processo de início de crise política e econômica que havia muito não vivia. A estabilidade de oferta de emprego sofreu uma crise, e os indícios de falta de postos de trabalho atingiu o chamado “pleno emprego” que o país vivia já havia alguns anos. Essa instabilidade trouxe à tona um discurso conservador acerca do lugar do estrangeiro em tempos de crise econômica. Por outro lado, foi em 2015 que, pelos dados já mostrados anteriormente, se intensificou a chegada dos imigrantes haitianos à cidade.

Em reportagem assinada por Gabriel Rosa (jornalista da sucursal de Florianópolis do jornal *A Notícia*), em 25 de maio de 2015, há um apanhado da situação dos imigrantes senegaleses e haitianos no estado de Santa Catarina, e dedica-se parte da investigação para falar da situação da imigração haitiana em Joinville. O jornalista utiliza informações dadas por Jocélio Narciza, representante do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que diz: “Percebe-se que os estrangeiros chegam e *logo começam a trabalhar e estudar*” (in Rosa, 2015, grifo nosso). Essa afirmação não é tratada pelo jornalista, uma vez que o profissional não faz nenhuma referência a dados de expedição de carteiras de trabalho para imigrantes, de vagas ocupadas no mercado de trabalho nem de matrículas em instituições de ensino na cidade. Na continuação do texto sobre Joinville, destaca: “Estima-se que entre mil e 2 mil pessoas estejam morando na cidade” (Rosa, 2015), mas justifica que não há um cadastro sobre os imigrantes que vivem no município e que as informações foram obtidas em entidades da Igreja Católica que acolhem imigrantes haitianos. Segundo dados da presente

pesquisa, no início de 2015 estavam documentados pela Polícia Federal de Joinville aproximadamente 300 imigrantes haitianos.

Ainda na mesma reportagem, o jornalista traz uma informação dada por Oscar Biffi, chefe da Delegacia da Polícia Federal em Joinville: “A maioria dos adultos trabalha ou estuda e *praticamente não há qualquer incidente registrado*” (in Rosa, 2015, grifo nosso) envolvendo os imigrantes. A fala da autoridade policial reforça um estigma histórico em relação ao imigrante: ele é o outro, o desconhecido que precisa ser controlado, vigiado e cerceado em suas possibilidades de futuro. Que ameaça de fato o imigrante representa à sociedade local? Que consequências essa suposta ameaça traz? Que feridas expõe tanto de seu local de origem quanto da sociedade que o recebe? Questões que permeiam a presença migrante e que reproduzem posicionamentos de autoridades globais em torno dos constantes fluxos migratórios. O estrangeiro, o outro, acaba por evidenciar mazelas sociais e políticas que, muitas vezes, as próprias nações não conseguem resolver internamente.

Leandro S. Junges, no jornal *A Notícia* de 30 e 31 de maio de 2015, constrói uma reportagem de duas páginas intitulada “Os haitianos que *adotaram Joinville*” (Junges, 2015b, grifo nosso), com destaque para a foto do Padre Saint Luc, pároco haitiano que vive em Joinville e que a reportagem identifica como aquele que “ajuda os imigrantes de diferentes formas e que também faz o papel de intérprete” (Junges, 2015b). A característica é de uma reportagem investigativa que procura contribuir para a compreensão do leitor sobre, entre outras coisas, a localização geográfica do Haiti, o terremoto ocorrido em 2010 e o custo de deslocamento do Haiti para o Brasil.

Já no início da reportagem, a narrativa jornalística expressa aquilo que Sayad (1998) afirma acerca da migração quando diz que os imigrantes são sempre primeiramente emigrantes, no sentido de desterritorializados em seu país. No caso dos haitianos, especialmente em 2010, isso se deu por causa de toda

a destruição provocada pelo terremoto. O marco para migrar, segundo Junges (2015b), deu-se no momento em que esse sujeito tomou a decisão de migrar (emigrante), juntou algum recurso e, imbuído de “*coragem para enfrentar uma viagem imigratória, clandestina e sem qualquer garantia da terra prometida*” (Junges, 2015b, grifo nosso), se dirigiu ao Brasil. A imigração é vista dessa forma como um ato de coragem, uma ação humana em que se enfrentam até mesmo a “clandestinidade” e os perigos de uma longa viagem. Ao dizer “*e sem qualquer garantia da terra prometida*” (Junges, 2015b, grifo nosso), o jornalista traz para o presente a narrativa da migração como foi imaginada: um lugar que se caracteriza como “terra prometida”, grávida de possibilidades de futuro.

Nesse entendimento, o objetivo da reportagem é traçar um mapa social do imigrante haitiano em Joinville que ultrapassa sua localização geográfica e procura identificar como se configuraram as redes de solidariedade para a formação dos núcleos de haitianos em diferentes pontos da cidade.

De início, situa a vinda dos primeiros haitianos para Joinville em 2012 “anonimamente” e, em seguida, mapeia sua localização em 2015. O que parece mais significativo na reportagem, no entanto, é a pesquisa que foi realizada para mapear territorialmente os imigrantes haitianos na cidade: “Eles formam pequenos núcleos espalhados por Joinville, com até 50 famílias cada” (Junges, 2015b) – os bairros citados como os mais procurados pelos haitianos coincidem com os indicados no Cadastro de Assistência Social, mostrados no capítulo 2.

O imaginário em torno dos imigrantes como um grupo que se constitui no local de destino em guetos permeia a narrativa: “*Os grupos são fechados. Focados no trabalho, nos problemas do dia a dia*” (Junges, 2015b, grifo nosso). A menção de que os imigrantes se fecham em grupos pode remeter novamente a um estereótipo construído em torno da ideia de que vivem e devem viver de forma isolada na cidade de destino, admitindo-os sem necessariamente

incluí-los em uma perspectiva intercultural. Também aqui emerge novamente a ideia de imigrante como um ser “focado no trabalho”, o que lhe qualifica para ser aceito e mantido na cidade (já se problematizou Joinville como uma cidade voltada para o trabalho), mas, de novo, seu destino e propósito seriam o trabalho, reduzindo a experiência humana à prática laboral. A narrativa avança quando enfatiza a ideia de que os imigrantes formam grupos “buscando juntos soluções para problemas” (Junges, 2015b), que vão de documentação para regularização de sua situação migrante até “a tentativa de convencer os possíveis empregadores, de que, mesmo não tendo qualificação específica para o setor, *estão dispostos a dar o máximo*” (Junges, 2015b, grifo nosso). O imaginário aqui é do bom imigrante, aquele que procura trabalho e é esforçado (tipo ideal); mesmo sendo imigrante (uma ameaça, um estrangeiro, o outro), é capaz de “*dar o máximo*”.

A imigração como uma aposta de futuro é representada pela narrativa: “*É a esperança de reconstruir a vida com oportunidades de trabalho e estudo*” (Junges, 2015b, grifo nosso). Palavras carregadas mais uma vez de sentidos, a imigração vista como uma situação redentora capaz de impulsionar a reconstrução, remetendo-se dessa forma à destruição causada pelo terremoto. A narrativa direciona-se à esperança de reconstruir, e não a uma certeza de reconstrução. A esperança envolve um futuro como uma potência criadora e mobilizadora de esforços para a reconstrução.

Ainda na mesma reportagem, o imaginário historicamente propalado e que relaciona o imigrante e sua presença a uma ameaça, uma tensão presente no espaço urbano, uma situação de animosidade, aparece no subtítulo “*Convivência pacífica*” (Junges, 2015b, grifo nosso). Essa parte do texto procura associar atos de solidariedade de uma profissional liberal joinvilense para com os haitianos da zona leste da cidade. A narrativa, quando descreve que “os haitianos e as famílias que os acolhem em Joinville estão alheios aos comentários em redes sociais ou a

qualquer manifestação de preconceito” (Junges, 2015b), mesmo sem citar quais manifestações anuncia que há preconceito no tocante ao imigrante na cidade e que, no entanto, isso não é levado em conta, ou ainda não atingiria aqueles que diretamente estão envolvidos em estratégias de solidariedade, tanto imigrantes quanto cidadãos joinvilenses.

Essa narrativa especialmente chamou a atenção por tratar de muitos temas desconexos (ou não?!), quase confusos, porque, ao mesmo tempo em que apresenta exemplos de cidadãos solidários, foca, no mesmo *box*, na fala do já citado em outra reportagem chefe da Delegacia da Polícia Federal, que novamente afirma: “Não há incidentes ou conflitos” (*in* Junges, 2015b) registrados em Joinville nem no norte de Santa Catarina envolvendo os haitianos. Misturam-se aqui imaginários variados acerca do quanto a população da cidade é solidária e boa, do imigrante que está alheio ao preconceito, do imigrante que não se envolve em confusão nem ameaça a ordem e que não é violento. Parece uma tentativa de firmar uma imagem em torno do imigrante do bem, afastando-o do estereótipo de ameaça/de inimigo, já que “nenhum incidente” foi registrado, combinado com a ideia de uma cidade solidária.

Ainda na reflexão da face violenta do processo migratório, identificou-se uma lacuna, ou a produção clara de um esquecimento intencional narrativo, nas páginas do jornal *A Notícia* referente às tensões que envolvem a presença do imigrante haitiano em Joinville. Um exemplo emblemático foi a pichação feita em um muro da cidade contendo a frase “O Haiti não é aqui” (tal ato comunicacional já foi objeto de análise do capítulo 3 deste livro), fato noticiado por outros veículos de comunicação da cidade, como o jornal *Notícias do Dia*, em abril de 2016²⁴, e que repercutiu de forma significativa em canais alternativos da imprensa local²⁵.

²⁴ Ver: Suelen Silva (2016).

²⁵ Ver: Cardoso (2016).

Todavia tal acontecimento não mereceu menção nenhuma nas páginas do *A Notícia*. Por que essa omissão jornalística teria ocorrido? Haveria imbricações entre esse esquecimento jornalístico e o papel do jornal em relação ao poder local? Que imaginário se tornou público por intermédio daquela pichação? Por ser um ato comunicacional direto, expressivo e significativo de um pensamento xenófobo e racista, não merecia a categoria de notícia nem apreciação do jornal? O que traria à tona se fosse veiculado com o caráter de acontecimento importante para a cidade? Comprometeria o jornal, que até então procurou produzir narrativas amenas e harmoniosas da presença do imigrante haitiano, ou revelaria, de fato, uma face violenta das intolerâncias locais?

Questionamentos como os apresentados remetem às razões que cercam, nem sempre explicitamente, a definição das narrativas jornalísticas e apontam também para a necessidade de cotejar as fontes jornalísticas. Dessa forma, evidencia-se no período pesquisado que a cidade de Joinville foi o acontecimento jornalístico prioritário, e não o imigrante haitiano ou os imigrantes na cidade. Por outro lado, tais questões descortinam tensionamentos envolvendo a presença de imigrantes negros na cidade, a quem nem sempre se quer dar visibilidade nas narrativas públicas.

Um fechamento parcial



Os processos migratórios internacionais e seus impactos locais hoje se apresentam de extrema importância. O mundo presenciou muito recentemente fatos chocantes de intolerância e xenofobia que fazem refletir acerca dos muros físicos e simbólicos que a humanidade teima em construir no século XXI. As cenas violentas a que se assistem em relação aos imigrantes mundo afora demonstram que não estamos preparados para o momento em que chegam “estranhos à nossa porta” (Bauman, 2017) e incitam a pensar que as conversas entre as fronteiras serão cada vez mais necessárias e “inevitáveis”.

Tendo presente tal realidade e no impulso de compreender os impactos locais desses processos, decidiu-se problematizar a imigração haitiana para Joinville entre os anos de 2010-2016. Durante o percurso que envolveu a definição do tema para a construção do projeto de pesquisa, a escolha da metodologia a ser utilizada, o contato inicial com as fontes primárias até o momento do encontro com os protagonistas da pesquisa, teve-se a clareza do que se queria pesquisar – os imigrantes haitianos

e suas histórias de vida. O desafio maior foi construir diálogos de pesquisa entre diferentes campos do conhecimento como a história e a comunicação, desafio que acreditamos ter sido possível superar quando nos cercamos de aportes teóricos clássicos e de fontes empíricas utilizadas tanto por historiadores quanto por pesquisadores da área da comunicação. A trajetória de investigação foi acompanhada de muitos saberes – acadêmicos, militantes e de vida – e, por isso, poucas vezes foi solitária. O texto final, articulado nos capítulos apresentados, foi construído por muitas mãos (literalmente), e inúmeras ideias foram discutidas, problematizadas e sintetizadas ao final de cada grupo de pesquisa, de extensão ou ainda de momentos de comunicação científica.

No capítulo 1, o fenômeno das migrações no século XXI foi problematizado considerando a complexidade geopolítica da globalização. Jogos de poder entre nações e tensões entre os povos marcam os processos migratórios. Os motivos geradores do imenso fluxo de pessoas na atualidade estão imbricados com a maneira como se organizam o capital, as comunicações e a cultura contemporânea. As noções de tempo e espaço estão permeadas pela fluidez do mundo moderno tecnológico e virtual, que ora faz acreditar, como diz Sodré (2014), que se está vivendo em um bios virtual, um mundo em que as relações, as experiências e a vida de forma geral acontecem mediadas pelas tecnologias, ora faz refletir, como Canclini (2015b), que nesse mesmo mundo de tecnologias, de discursos de fluidez de fronteiras convivem os diferentes, os desiguais e os desconectados resultantes do processo de exclusão gerados pelo capitalismo global.

Diante desse cenário controverso, a pesquisa sobre imigração no campo da comunicação tendo como protagonista as narrativas de imigrantes permitiu investigar os fluxos migratórios para além das questões políticas e econômicas; ajudou a pensar a condição humana contemporânea. Nesse sentido, apostou-se no decorrer da pesquisa na ideia de que a compreensão das narrativas produzidas pela imprensa e pela historiografia sobre

o imigrante poderia ganhar densidade teórica e crítica à medida que se articulavam tais narrativas com as narrativas dos próprios imigrantes, fortalecendo dessa forma as perspectivas que pensam a comunicação como atos de linguagem que dizem respeito às experiências humanas do (e com o) tempo e as narrativas (escritas e orais) como textos sempre abertos a uma “variedade de sentidos e apropriações” (Hall, 2003), que repercutem ou suscitam recusas, pertencimentos ou indiferenças sobre a experiência imigratória e a presença imigrante no Brasil.

Inicialmente se identificou, no capítulo 2, que os motivos que trouxeram os imigrantes haitianos para Joinville se aproximam dos clássicos argumentos para a escolha de um local de destino migratório. A Região Sul foi apresentada para eles quando de sua chegada ao Norte do Brasil pelas narrativas jornalísticas que lá circulavam como o “Sul maravilha”. Nesse ponto, foi possível problematizar as narrativas veiculadas pela imprensa como carregadas de intencionalidades e sentidos. Vendido como um local de muitas oportunidades, o Sul, e especialmente Santa Catarina, mobilizou-se, do ponto de vista empresarial, para atrair um grande contingente de imigrantes para indústrias da construção civil e frigoríficas do estado. Com os imigrantes estabelecidos em Joinville, por meio de uma rede de contatos que encontrou oportunidades de trabalho, sobretudo em uma grande metalúrgica da cidade, passou-se a cartografar os percursos desses indivíduos no espaço urbano local.

Ressalta-se a dificuldade na localização dos dados, principalmente aqueles ligados aos atendimentos na área da saúde. Tal dificuldade deixa transparecer as deficiências do serviço público em produzir indicadores que possam nortear a criação de políticas públicas de atendimento ao imigrante na cidade. Apesar da escassez de dados oficiais disponíveis, foi possível, mediante a análise dos dados encontrados sobre educação, saúde, assistência social e trabalho, identificar o perfil do imigrante haitiano que optou por Joinville. Também, ainda

que parcialmente, se identificou a localização geográfica (a ocupação dos principais espaços físicos – bairros onde residem os imigrantes haitianos), e se tentou compreender a formação dos grupos de imigrantes por local de moradia, na grande maioria grupos constituídos pelo trabalho e pelas redes de sociabilidade muito ligadas à religiosidade dos imigrantes haitianos.

Ainda no capítulo 2, por intermédio das narrativas migrantes, produzidas pela metodologia da história oral, puderam-se entender as “práticas de espaço” e os “afetos” desenvolvidos pelos imigrantes na cidade. Desterritorializado pelo processo migratório e sem um novo território por algum tempo, o imigrante permaneceu suspenso na fronteira (tanto física quanto simbólica) – o lá e o cá. Pelas memórias migrantes, foi possível conhecer os percursos ora sinuosos, ora mais fluidos realizados até sua chegada a Joinville. Já na cidade, as narrativas mostraram como o imigrante estrategicamente articulou ações para enfrentar as recusas e para criar vínculos de pertencimento com esse novo território. O processo de análise das narrativas evidenciou a heterogeneidade das histórias de vida; perceberam-se as nuances de gênero, a diferença entre aqueles que possuíam um núcleo familiar no Haiti e aqueles que solteiros vieram para o Brasil. Ficou claro que as motivações para a migração são muito variadas e diversas também são as estratégias para lidar com os desafios advindos do processo migratório.

Ao discutir a face violenta da imigração, no capítulo 3, identificaram-se os tensionamentos políticos e culturais que envolvem a presença dos imigrantes haitianos em Joinville. A diáspora em seu aspecto desigual e violento veio à tona, nos últimos anos, em vários espaços comunicacionais, seja por meio de uma nota de jornal em relação ao perfil do trabalhador desejável, “homem, branco”, seja pela pichação em um muro local com a mensagem agressiva “O Haiti não é aqui”, ou ainda pela depredação de um trabalho artístico que dava visibilidade aos haitianos. Tais atos comunicacionais expuseram, nessa

perspectiva, feridas que permanecem abertas na cidade. A violência e o preconceito não são só contra o imigrante haitiano que chega recentemente, como também contra outros migrantes, negros ou não, expondo dessa forma feridas de uma cidade em que as narrativas continuam sendo construídas conforme a lógica do imaginário do poder homogeneizador, tornando a cidade estrangeira de sua própria história, na medida em que não reconhece a imigração/migração como processo constitutivo do fazer da cidade do passado e do presente.

Já no capítulo 4 dedicou-se a compreender as narrativas jornalísticas como construtoras/reprodutoras de imaginários no que tange ao imigrante. Buscou-se constatar por meio das produções historiográficas recentes se os imaginários produzidos em Joinville no tocante ao imigrante do passado se aproximavam dos imaginários construídos acerca da recente imigração de haitianos. A percepção, após análise das narrativas produzidas pelo jornal *A Notícia* entre 2010 e 2016 sobre a imigração haitiana, foi que o processo migratório recente e seu impacto para a história da cidade são considerados pela narrativa jornalística como completamente deslocados do passado de Joinville. Como discutido ao longo da escrita, para a historiografia local Joinville é uma cidade que se constitui como migrante, tanto pela força dos processos migratórios internacionais no século XIX quanto pela leva de migrantes nacionais no fim do século XX (1970/80) e pela presença de novos migrantes no início dos anos 2000. Entende-se que esse ponto de pesquisa ainda carece de aprofundamento, no sentido de averiguar se a perspectiva das narrativas jornalísticas de não vincular (na forma de esquecimentos manipulados) a imigração haitiana à história da cidade migrante também se reproduz em outros espaços de produção de memórias associadas à história da cidade, ou ainda se tal questão também é deixada de lado nos discursos das lideranças políticas locais.

Isso posto, considera-se que os imigrantes haitianos em Joinville se configuram em um grupo heterogêneo, singular em

sua forma de expressão e de vivência da experiência migrante, produtores de sentidos e articuladores da interculturalidade. Por outro lado, ao tomar suas narrativas como atos de comunicação eivados de estratégias anunciadoras de seus projetos imediatos e de sonhos de futuro, vê-se diante daquilo que, na contemporaneidade, aproxima a todos, os torna semelhantes e menos desconectados.

Posfácio



Ilanil Coelho

Que comentários poderia eu fazer neste posfácio que interessaria, a essa altura, ao leitor deste livro, o qual abordou a condição humana de imigrantes numa cidade que se constituiu pela (i)migração? Que problematizou o assunto desde diferentes escalas? Que apontou para todos os lados, direções, problemas e inventividades que revestem os atos individuais e coletivos de se deslocar?

Talvez cabe-me assinalar que Sirlei é uma historiadora inquieta e empoderada, adjetivos que tocam tanto a sua trajetória acadêmica quanto a sua história de vida. Como as haitianas e os haitianos que acompanhou ao longo de sua investigação, que, ao fim e ao cabo, se tornaram coautores dos conhecimentos que produziu e compartilhou neste livro, é uma historiadora que vive de deslocamentos. Nada e ninguém lhe desencoraja diante de fronteiras que avista.

Como o leitor pode perceber, o seu texto desloca-nos a todo momento de um campo de saber a outro, isto é, do campo da história para comunicação. Porém as pontes construídas entre ambos têm um algo a mais. Em primeiro lugar, porque Sirlei evidencia “o aqui e o lá” não como trajeto linear, mas ziguezagueante, com alguns pontos de paragem em outros campos, quando então dialoga com autoras e autores que estudam as imigrações contemporâneas desde a geografia, direito, demografia e sociologia. Em segundo lugar, nessas paragens, coloca em sua bagagem fontes e metodologias que lhe permitem seguir em frente, semeando novas questões e proposições.

Conheci Sirlei em 1991, quando ingressou na graduação em História da Univille. Eu havia migrado para Joinville um ano antes e estava iniciando minha carreira docente no ensino superior, ministrando a disciplina História do Brasil República. Lembro-me de que, de texto em texto e de aula em aula, Sirlei se incomodava e incomodava as versões e debates sobre a ditadura, especialmente colocando em tela as disputas políticas que então estavam sendo travadas na universidade e na cidade. Lembro-me de que o trabalho final na disciplina versou sobre expressões artísticas e movimentos culturais como práticas de resistência e de lutas políticas durante e após o regime. As razões dessa escolha temática soube depois.

Em 2009 fiz uma entrevista com ela para o meu próprio projeto de doutorado, que tinha como objeto as transformações culturais de Joinville por força dos fluxos de migrantes internos para a cidade. Ela relembrou as motivações para realizar aquele trabalho e as angústias e provocações que a acompanharam na graduação e partilhou sua história de vida, que, para mim e para o leitor, são esclarecedoras quanto aos caminhos que tomou para a continuidade de sua vida acadêmica.

Sirlei nasceu em 1971, em Salto do Lontra, Paraná. Os seus pais eram naturais de Santa Catarina. Ele alfaiate; ela agricultora.

Em busca de melhores condições de vida, foram para aquela região, vislumbrando a possibilidade de adquirir um lote e atuar na agricultura familiar¹. Ao que parece, tais expectativas foram frustradas, pois em 1983 a família migra para Joinville. Lembra Sirlei que, por volta dos seus 14 anos, começou a se envolver em movimentos sociais. Tendo já morado em bairros de Joinville com alta concentração de famílias migrantes, foi no Itinga (zona sul da cidade) que começou a se envolver com trabalhos da Pastoral Operária, coordenada pelo Pe. Luiz Facchini, um dos personagens de sua dissertação de mestrado, a qual teve por objeto os movimentos sociais de resistência de Joinville durante a ditadura militar.

Em 1989 ingressou no Centro de Direitos Humanos² a fim de assessorar lideranças comunitárias, operárias e partidárias em lutas em prol de políticas municipais que assegurassem direitos por moradia, mobilidade, saúde, educação e cultura às populações vulnerabilizadas, bem como para proteção de direitos trabalhistas diante do acúmulo de perdas salariais, desemprego e achaques patronais, valendo-se da imprensa e de recursos jurídicos para conter greves e lideranças operárias. Ademais, o convívio com professores do curso de História que se projetavam como lideranças políticas da cidade a motivou a ingressar na universidade. Disse-me que, a essa altura, já tinha se apoderado do conceito de práxis. A meu ver, foi operando tal conceito que Sirlei praticou e problematizou a cidade de várias frentes e níveis de escala.

¹ Ocorre que, em 1957, o lugar foi palco de uma sangrenta luta, a chamada Revolta dos Colonos, que resultou em intervenção federal para promover titulação de lotes a camponeses e famílias de migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul estabelecidos na região. A esse respeito ver: Battisti (2006).

² “Foi fundado no dia 11 de março de 1979, por um grupo de lideranças populares, operários e religiosos locais, motivados pelo compromisso com pessoas em situação de pobreza, risco e exclusão social, isto é, aquelas pessoas alijadas de seus direitos fundamentais, com o intuito de organizá-las na defesa desses direitos e na conquista e construção de uma sociedade justa” (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Brás, 2024).

Do seu mestrado, produziu uma escrita pioneira sobre um tema até então inexplorado. Em *Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville* (Souza, 1998), a autora foi à cata dos discursos que circularam na imprensa e outros provenientes de instituições que apregoavam a ordem urbana: o 13.º Batalhão de Caçadores, a União Cívica Feminina, a Igreja e a Associação Comercial e Industrial de Joinville. A contrapelo, mobilizou a metodologia da história oral para dar a conhecer as resistências que, ao longo do processo, desafiaram e perturbaram os ditos “agentes da ordem”. Pela primeira vez na historiografia local, “novos personagens entraram em cena”³ em um período pouco abordado. Refiro-me às narrativas, até então desconhecidas, de presos políticos, seus familiares, lideranças de oposição e lideranças comunitárias. A dissertação e a publicação de parte dela em uma obra coletiva lançada em 2000 (Guedes, 2000)⁴ repercutiram e vêm repercutindo nos últimos anos não apenas na produção acadêmica⁵ e de audiovisual⁶, como também em intervenções e em encontros promovidos por movimentos sociais na cidade. Podemos supor que as formas como seu trabalho tem sido reapropriado pelas novas gerações estão relacionadas às percepções que possuem de ainda viverem nas sombras do regime ditatorial e das violências dos agentes da ordem que, obstinadamente, rondam e se precipitam na vida e no território urbano no tempo presente.

Há ainda a destacar a “práxis” que impulsionou Sirlei na feitura de sua tese de doutorado, a qual resultou na publicação

³ A expressão foi utilizada por Sirlei fazendo alusão à obra *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*, de Eder Sader (1988).

⁴ Em 2023, foi lançada a 3.ª edição. Sirlei escreveu o capítulo intitulado “Movimentos de resistência em tempos sombrios”.

⁵ Ver: Freire (2015), Souza (2021) e Mira (2024).

⁶ Trata-se do documentário *Ditadura reservada* (2012).

deste livro. Em 2016, no muro de uma fábrica que, entre 2002 e 2007, foi dirigida pelo Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) (Aviz Neto, 2024) foi pichada a frase “O Haiti não é aqui”⁷. Na ocasião, nosso Grupo de Pesquisa “Cidade, Cultura e Diferença” (GPCCD) retomou as reflexões acerca da imigração na história da cidade e a condição dos imigrantes estrangeiros do “Sul Global” na contemporaneidade de Joinville. Eu e Sirlei nos encarregamos de delinear um primeiro projeto de extensão que visasse criar um espaço de diálogo com a comunidade de haitianas e haitianos joinvilenses para conhecer suas dificuldades e demandas. Interagimos com a Pastoral do Imigrante e com a Associação de Haitianos de Joinville. Em seguida, promovemos um encontro inicial em que compareceram haitianas e haitianos, alguns deles com seus filhos e, para nossa surpresa, vários estudantes e docentes que ultrapassavam as fronteiras do nosso Grupo de Pesquisa e dos cursos em que atuávamos (História e Direito). Foi um encontro no qual menos se lamentou a violenta pichação e mais se vivenciou politicamente a alteridade intercultural. No segundo encontro, construímos uma agenda de prioridades, com base nas demandas que os próprios haitianos-joinvilenses apontaram. Desse modo, o projeto promoveu, ao longo de dois anos, minicursos e oficinas de direitos trabalhistas e de estrangeiros no Brasil, elaboração de currículos, preparação para entrevistas de emprego, domínio de ferramentas tecnológicas (Excel e Word), preparação para vestibular, florais e velas artesanais, fotografia e um ciclo intercultural Brasil-Haiti de música e gastronomia. Depois disso, Sirlei abriu outra frente coordenando e/ou participando de projetos com professoras e professores da rede pública de educação básica voltados ao acolhimento de crianças imigrantes e aprendizado da língua portuguesa. O que quero destacar, contudo, é que foi na dialética

⁷Tal fato é abordado por Sirlei no capítulo 3.

prática-reflexão que marcou sua trajetória que Sirlei empoderou seu projeto de doutorado em Comunicação pela UFRJ enrustado naquele presente.

Assim, ao redor do livro que o leitor tem em mãos há vidas que pulsam e que irrigam a escrita desta obra, e aí está a sua maior contribuição. Outras contribuições, desde já, podem ser vislumbradas. No âmbito local, o livro abre novas perspectivas para a história da cidade, pois, como acontecimento de longa duração, a imigração que constituiu Joinville sobrevive em “configurações sempre inéditas”⁸, carregando recomeços e novas possibilidades de futuro. Além disso, em uma sociedade que não cessa de pôr em curso novas “tramas comunicacionais”, a obra aprofunda as práticas e tensões que envolvem a condição de imigrantes estrangeiros na cidade e as representações que circulam em suas tramas que tanto corroboram com os atos de violência física e simbólica quanto reafirmam as criações e inventividades de ganhos coletivos da e pela imigração. Para além do âmbito local, a obra nos ajuda a compreender alguns dos paradoxos que envolvem os deslocamentos contemporâneos no Sul Global, bem como põe a nu as violências, obstruções e intolerâncias que revestem as retóricas que defendem o livre fluxo de capitais, mercadorias e informações no espaço global e não o de pessoas.

Por fim, penso que a contribuição mais significativa da obra no tempo presente de Joinville é expor as vinculações do saber acadêmico com os saberes cotidianos da imigração, os quais apontam para formas singulares de vida, de dramas existenciais, de lutas e de resistências. Nessa tocada, a obra tanto atualiza a agenda de demandas por direitos de cidadãos e cidadãos joinvilenses estrangeiros como põe em destaque a responsabilidade da academia em contribuir continuamente

⁸ Para François Dosse (2013, p. 6), em *Renascimento do acontecimento*, “transformado em indício ou vestígio significativo, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis”.

com políticas públicas locais e globais, produzindo saberes fundamentados cientificamente e comprometidos com o combate às desigualdades e às violências que incidem sobre a nossa condição contemporânea.

Referências

AVIZ NETO, Francisco Lino de. **O (anti)patrimônio industrial: memórias proletárias das ocupações fabris em Joinville (2002-2007)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2024.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 65-91, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11785/8291>. Acesso em: 1.º jul. 2024.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS MARIA DA GRAÇA BRÁZ. **Um pouco da nossa história**. Disponível em: [Disponível em: http://www.centrodireitoshumanos.org.br/nossa-historia/](http://www.centrodireitoshumanos.org.br/nossa-historia/). Acesso em: 30 jun. 2024.

DITADURA reservada. Guarda Filmes, 2012. Documentário. Disponível em: <https://br.video.search.yahoo.com/yhs/search?fr=yhs-fc-2461&ei=UTF-8&hsimp=yhs-2461&hspart=fc¶m1=7¶m2=eJwtj91ugzAMhV%2FFI61UguME0pSrwdgLbDdb1QtKMxrxK2Bi2PP6SZL1neOjyW78bdzdnI9I4iarD4fLgNra%2B2RMYzQEpJkUf%2F5TH5ilMYKliWklkGG3caNbf9nxq%2BKqR9%2FfN>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FREIRE, Izaias de Souza. **Ecos de democratização**: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org.). **Histórias de (I)migrantes**: o cotidiano de uma cidade. Joinville: Editora Univille, 2000.

MIRA, Vinicius José. **“Por Cristo e pela pátria”**: a igreja católica e a ditadura militar (Joinville, 1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Eliton Felipe. **“Eu também fui torturado”**: feridas abertas da ditadura militar brasileira. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, Sirlei de. **Ecos de resistência na desconstrução da ordem**: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

Referências



Entrevistas orais

ARAÚJO, Amanda Alves Cerqueira. **Amanda Alves Cerqueira Araújo:** entrevista [28 nov. 2017]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2017.

ERMOFILS, Whistler. **Whistler Ermofils:** entrevista [15 fev. 2017]. Entrevistadoras: Sirlei de Souza e Ilanil Coelho. Joinville, 2017.

FORTILUS, Serge. **Serge Fortilus:** entrevista [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: Associação de Moradores do Comasa do Boa Vista, 2016.

FRANÇOAIS, Manouse. **Manouse François:** entrevista [26 maio 2017]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2017.

LANFRONT, Roland. **Roland Lanfront:** entrevista [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: *Campus Bom Retiro da Univille*, 2016.

LUIZ, Luther Jean. **Luther Jean Luiz:** entrevista [14 abr. 2017]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2017.

MARTINS, Ana Lúcia. **Ana Lúcia Martins:** entrevista [29 abr. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2016.

MICHELET, Jean. **Jean Michelet:** entrevista [28 abr. 2017]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2017.

OLMY, Maxi. **Maxi Olmy:** entrevista [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: Associação de Moradores do Comasa do Boa Vista, 2016.

PIERRE, Shiller. **Shiller Pierre:** entrevista [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: Associação de Moradores do Comasa do Boa Vista, 2016.

PIERRE, Shiller. **Shiller Pierre:** entrevista [3 abr. 2017]. Entrevistadores: Sirlei de Souza e Eduardo Philippi Soares. Joinville, 2017.

RAYMOND, Jeana. **Jeana Raymond:** entrevista [28 jul. 2018]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2018.

RIBEIRO, Cláudio Fernando. **Cláudio Fernando Ribeiro:** entrevista [8 out. 2018]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2018.

SANDY, Rose. **Rose Sandy:** entrevista [29 jul. 2017]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2017.

SEFOOD, Jean. **Jean Sefood:** entrevista [2 jun. 2017]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2017.

WOODY, Pierre. **Pierre Woody**: entrevista [28 jul. 2018]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville, 2018.

Fontes da imprensa

ARANTES, José Tadeu. O panorama da imigração no Brasil. **Exame**, 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/o-panorama-da-imigracao-no-brasil/>. Acesso em: 24 set. 2017.

AUTOR de ataque terrorista a mesquistas deixou manifesto de extrema direita. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/autor-de-ataque-terrorista-mesquistas-deixou-manifesto-de-extrema-direita-23524146>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BALBINOTTI, Jean. A violência não dá trégua em Joinville – média de furtos por dia em Joinville foi de 21 ocorrências. **A Notícia**, 2017. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2017/01/a-violencia-nao-da-tregua-em-joinville-9206237.html>. Acesso em: 8 ago. 2017.

BOLSONARO diz que adotará “1 critério rigoroso” para entrada de imigrantes. **Poder 360**, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-adotara-1-criterio-rigoroso-para-entrada-de-imigrantes/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRAGA, Marco Aurélio. O cenário é de muito terror. **A Notícia**, Joinville, 15 jan. 2010.

BRANCO, Glória. Joinville, a nova cidade dos príncipes do Haiti. **MigraMundo**, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://migramundo.com/joinville-a-nova-cidade-dos-principes-do-haiti/>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BRASIL. Senado Federal. **Nova Lei de Migração é sancionada com vetos**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos>. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASILEIROS ilegais nos EUA temem cerco de Donald Trump a imigrantes. **G1**, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/03/brasileiros-ilegais-nos-eua-temem-cerco-de-donald-trump-imigrantes.html>. Acesso em: 23 maio 2017.

CARDOSO, Felipe. O racismo e a xenofobia não incomodam a Prefeitura de Joinville. **Chuva Ácida: Debates às Margens do Cachoeira**, 5 maio 2016. Disponível em: <http://www.chuvaacida.info/2016/05/o-racismo-e-xenofobia-nao-incomodam.html>. Acesso em: 14 maio 2016

CRAIDE, Sabrina. Brasil emitiu quase 8 mil carteiras de trabalho para estrangeiros neste ano. **EBC Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-06/brasil-emitiu-quase-8-mil-carteiras-de-trabalho-para-estrangeiros>. Acesso em: 28 ago. 2017.

DILMA reduz tropas brasileiras no Haiti e fala sobre imigrantes. **Carta Capital**, 2 fev. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/dilma-reduz-tropas-brasileiras-no-haiti-e-fala-sobre-imigrantes/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

ESTIMATIVA é de que mais de mil haitianos morem em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 25 maio 2015. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2015/05/estimativa-e-de-que-mais-de-mil-haitianos-morem-em-joinville-4768275.html>. Acesso em 20 fev. 2016.

EVARINE, Adrieli. Joinville encerra 2016 com 130 mortes violentas, um recorde pelo segundo ano consecutivo. **Notícias do Dia**, 2016. Disponível em: <https://ndonline.com.br/joinville/noticias/joinville-encerra-2016-com-130-mortes-violentas-um-recorde-pelo-segundo-ano-consecutivo>. Acesso em: 18 ago. 2017.

FALCÃO, Diego. Após críticas a Luciano Huck em vídeo, haitianos participam do “Caldeirão”. **UOL**, 2016. Disponível em: <http://m.natelinha.uol.com.br/noticias/2016/06/30/apos-criticar-huck-em-video-grupo-de-haitianos-participa-do-caldeirao-100217.php>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FRANCISCO, Marina; COSTA, Emily; BARBOSA, Pedro. O que se sabe sobre a violência que deixou mortos e feridos na fronteira da Venezuela com o Brasil. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/25/o-que-se-sabe-sobre-a-violencia-que-deixou-mortos-e-feridos-na-fronteira-da-venezuela-com-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

HAITIANOS chegam a Jaraguá. **A Notícia**, Joinville, p. 14, 21 fev. 2012.

HAITIANOS detonam Luciano Hulk depois do apresentador debochar do país. **Jornal Daqui**, 2016. Disponível em: <https://daqui.opopular.com.br/editorias/geral/haitianos-detonam-luciano-hulk-depois-do-apresentador-debochar-do-pa%C3%ADs-1.1108896>. Acesso em: 18 jan. 2018.

HAITIANOS encontram trabalho em SC e sonham ficar no Brasil. **Terra**, 2012. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5594404-EI8139,00-Haitianos+encontram+trabalho+em+SC+e+sonham+ficar+no+Brasil.html>. Acesso em: 7 mar. 2012.

HUCK, Luciano. “Depois do que eu vi, acho que a humanidade não deu certo”, diz Luciano Huck sobre Haiti. **O Globo**, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/depois-do-que-vi-acho-que-humanidade-nao-deu-certo-diz-luciano-huck-sobre-haiti-19444700>. Acesso em: 18 jan. 2018.

JUNGES, Leandro S. Aprenda a se comunicar com os haitianos em crioulo. **A Notícia**, 30 maio 2015a. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2015/05/aprenda-asecomunicar-comoshaitianosemcrioulo4770945.html>. Acesso em: 4 jun. 2016.

JUNGES, Leandro S. Os haitianos que adotaram Joinville. **A Notícia**, Joinville, 30 e 31 maio 2015b.

KREIDLLOW, Rogério. Novos dados do IBGE mostram perfil dos joinvilenses. **A Notícia**, 30 maio 2015. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/06/novos-dados-do-ibge-mostram-perfildos-joinvilenses-3349011.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LIMA, Luís. Com a RBS, dupla de bilionários abre nova frente de diversificação. **Veja**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/com-a-rbs-dupla-de-bilionarios-abre-nova-frente-de-diversificacao/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

LOETZ, Cláudio. Empresas de Joinville têm 7 mil vagas em aberto. **Blog do Loetz**, 17 out. 2013. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/loetz/2013/10/17/empresas-de-joinville-tem-7-mil-vagas-em-aberto/?topo=84,2,18,,,84>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LOPES, Rodrigo. Do 62 BI para o Haiti. **A Notícia**, Joinville, 18 jan. 2010.

MENDONÇA, Pollyana. Audiência pública discute a situação de imigrantes haitianos em Joinville. **Saber Migrar**, 5 ago. 2015. Disponível em: <https://sabermigrar.wordpress.com/2015/08/05/audiencia-publica-discute-a-situacao-de-imigrantes-haitianos-em-joinville>. Acesso em: 23 fev. 2016.

MILITARES de Joinville no Haiti. **A Notícia**, Joinville, p. 12, 5 fev. 2010.

MUNIZ, Maellen; ROLDÃO, Tuane. Pelo menos 130 haitianos buscam oportunidade de emprego em Joinville. **A Notícia**, 29 jul. 2013. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2013/07/pelo-menos-130-haitianos-buscam-oportunidade-de-emprego-em-joinville-4216015.html>. Acesso em: 26 jun. 2017.

'NÃO sou racista', diz Trump após polêmica sobre haitianos e africanos. **G1**, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/nao-sou-racista-diz-trump-apos-polemica-sobre-haitianos-e-africanos.ghtml>.

NUNES, Claudine. Saiba quais os bairros de Joinville são líderes em cada tipo de crime – dados mostram índices de homicídios, roubos, furtos, tráfico e porte ilegal de armas. **A Notícia**, 2017. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/seguranca/noticia/2017/01/saiba-quais-bairros-de-joinville-sao-lideres-em-cada-tipo-de-crime-9150952.html>. Acesso em: 8 ago. 2017.

O BRASIL de luto. **A Notícia**, Joinville, 14 jan. 2010.

OS DESAFIOS de Trump para cumprir promessa de expulsar imigrantes sem documentos. **BBC**, 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37974687>. Acesso em: 23 maio 2017.

PEREIRA, Mariana. Missão: garantir a vida. **A Notícia**, Joinville, 3 abr. 2010.

PIVATTO, Julimar. Rumo ao Haiti – joinvilenses em missão de paz. **A Notícia**, Joinville, 4 abr. 2012.

PIVATTO, Julimar; MACIEL, Roelton. Até logo, Joinville; *bon jou*, Haiti. **A Notícia**, Joinville, 2012.

RESULTADOS da apuração para presidente no 2.º turno. **Folha de S.Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/apuracao/2turno/brasil/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RIBEIRO, Marcelle. Firma de Santa Catarina vai a Brasileia para contratar haitianos. **O Globo**, jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/firma-de-santa-catarina-vai-brasileia-para-contratar-haitianos-3582676>. Acesso em: 12 jan. 2012.

ROCHA, Leonel; ARANHA, Ana. O que fazer com os imigrantes do Haiti? **Época**, 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI208935-15223,000+QUE+FAZER+COM+OS+IMIGRANTES+DO+HAITI.html>. Acesso em: 2 jul. 2017.

RODRIGUES, Ângela. Haitianos: clima esquenta entre parlamentares da base aliada na Aleac. **O Alto Acre**, 2011. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/images/arquivos/resenha-de-imprensa-2013.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.

RODRIGUES, Thaisa. Emoção veio antes do Haiti. **A Notícia**, Joinville, 6 ago. 2010a.

RODRIGUES, Thaisa. Os capacetes-azuis de Joinville. **A Notícia**, Joinville, 18 jul. 2010b.

ROLDÃO, Tuane; MUNIZ, Maerllen. Um pouco do Haiti aqui. **A Notícia**, Joinville, 29 jul. 2013.

ROSA, Gabriel. Força-tarefa para ajudar estrangeiros no estado. **A Notícia**, Joinville, 25 maio 2015.

SAAVEDRA, Jeferson. Joinville volta a ser a terceira maior economia do Sul do Brasil. **A Notícia**, 2016. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/12/joinville-volta-a-ser-a-terceira-maior-economia-do-sul-do-brasil-8749588.html>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SAAVEDRA, Jeferson. Proporção de homicídios por habitante em Joinville é superior ao Rio de Janeiro. **Diário Catarinense**, 2017. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/01/proporcao-de-homicidios-por-habitantes-em-joinville-e-superior-a-do-rio-de-janeiro-9688139.html>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SILVA, Rossana; DEBONA, Darci. Haitianos buscam vida nova em SC. **A Notícia**, Joinville, p. 15, 11 jan. 2012.

SILVA, Suelen Soares da. Pichação em parede causa polêmica nas redes sociais em Joinville. **Notícias do Dia**, Joinville, 2016. Disponível em: <http://ndonline.com.br/joinville/noticias/302815-pichacao-em-parede-causa-polemica-nas-redes-sociais-em-joinville.html>. Acesso em: 7 dez. 2016.

SILVEIRA, Felipe. Fotógrafa combate a xenofobia contra haitianos em mostra espalhada pelo centro. **O Mirante Notícias de Joinville**, 21 jan. 2017. Disponível em: <http://omirantejoinville.com.br/2017/06/21/fotografa-combate-a-xenofobia-contra-haitianos-em-mostra-espalhada-pelo-centro/>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SÓ RESTA a esperança. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 2010.

STUPP, Rodrigo. Uma nova missão. **A Notícia**, Joinville, 21 jan. 2010.

THOMÉ, Leonardo; DIOGO, Marciano. Paraíso para os haitianos, Santa Catarina vê crescer o número de imigrantes em busca de trabalho. **Notícias do Dia**, 9 abr. 2014. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/157741-paraiso-para-os-haitianos-santa-catarina-ve-crescer-o-numero-de-imigrantes-em-busca-de-trabalho.html>. Acesso em: 21 fev. 2016.

THOMÉ, Rafael. Santa Catarina elabora plano para redução das desigualdades regionais. **Notícias do Dia**, 2015. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/santa-catarina-elabora-plano-para-reducao-das-desigualdades-regionais>. Acesso em: 12 mar. 2018.

TRUMP nega ter dito que imigrantes viriam de “países de merda”; ONU diz que comentário é “racista”. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/01/12/trump-nega-ter-dito-que-imigrantes-viriam-de-paises-de-merda-onu-diz-que-comentario-e-racista.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

UM PAÍS arrasado. **A Notícia**, Joinville, 14 jan. 2010.

VENTURINI, Suellen dos Santos. Vinda de haitianos triplicou em dois anos e integração passou a ser desafio em Joinville. **Notícias do Dia**, 15 set. 2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/joinville/noticias/o-desafio-da-integracao-dos-haitianos>. Acesso em: 26 jun. 2017.

WELLE, Deutsche. Revolta mundial após comentário de Trump sobre Haiti e países africanos. **Carta Capital**, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/revolta-mundial-apos-comentario-de-trump-sobre-haiti-e-paises-africanos>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ZYLBERKAN, Mariana Pollara. Sem mão de obra, Santa Catarina importa haitianos. **Veja**, 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/sem-mao-de-obra-santa-catarina-importa-haitianos>. Acesso em: 21 fev. 2016.

Referências audiovisuais

REPORTAGEM completa: Luciano Huck vai ao Haiti. **YouTube**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fbwB6epAqSk>. Acesso em: 18 jan. 2018.

RESPOSTA dos haitianos para o apresentador Luciano Huck. **YouTube**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rKp5LDeKero>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Referências

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Declaração de Cartagena:** conclusões e recomendações. 1984. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena. Acesso em: 7 ago. 2017.

ALLENDE, Isabel. **A ilha sob o mar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; BRANDÃO, Beatriz Montalvão Pereira; SANT'ANA, Vitória Ayala; NASCIMENTO, Luís Felipe do. Haitianos no Brasil e sua articulação com a comunicação: consumo de mídia, mercado de trabalho e sociabilidades. *In*: INTERCOM, 2016, São Paulo. **Anais** [...]. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2790-1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ALMEIDA, Paulo Sérgio de. Resolução Normativa CNIG n.º 97, de 12 de janeiro de 2012. **LegisWeb**, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 3 jul. 2017.

ALVES, Patrícia Villen Meirelles. **Imigração na modernização dependente:** “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. *In*: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 311-328.

ARAUJO, Dina Santos. **Mobilidade haitiana: análise do contexto brasileiro e seus desdobramentos**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ASSUNÇÃO, Nelma dos Santos. **Imigração haitiana no Brasil: uma análise das políticas de inserção e perspectivas educacionais de haitianos adultos em Londrina/PR**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

AULER, Marcelo. Imigrantes: rejeitados na Europa, acolhidos no Brasil. **Marcelo Auler Repórter**, 2016. Disponível em: <http://marceloauler.com.br/imigrantes-rejeitados-na-europa-acolhidos-no-brasil/>. Acesso em: 29 jan. 2018.

ÁVILA, Otávio Cezarini. **O Haiti em Curitiba: um olhar interpretativo das práticas comunicativas dos haitianos no novo território**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

AZEVEDO, Francisco. **Arroz de Palma**. São Paulo: Record, 2015.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta; FERNANDES, Duval; SILVA, Sidney Antonio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; CASTRO, Maria da Conceição; COTINGUIBA, Marília Pimentel (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAPTISTE, Chandeline Jean. **Transição para a vida adulta e migração internacional**: o caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BARBERO, Jesus Martín. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013.

BARBOSA, Lorena Salete. **Imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul**: uma etnografia de sua inserção no contexto sociocultural brasileiro. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BARBOSA, Marialva. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 11-27, jul. 2009.

BARBOSA, Marialva. Entre o jornalismo e a história: a entrevista como articulação narrativa do tempo. *In*: MAUAD, Ana Maria (org.). **História oral e mídia**: memórias em movimento. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. *In*: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (org.). **História e imprensa**: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: elos visíveis e invisíveis. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2007a.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org.). **Comunicação e história**: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X/Globo Universidade, 2008.

BARBOSA, Marialva. Narrativas audiovisuais e patrimonialização do tempo. *In*: ENCONTRO DO PATRIMÔNIO-IMAGEM-MÍDIA – IDENTIDADE, 6., 2017, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017a.

BARBOSA, Marialva. **O espaço como território da História**. Rio de Janeiro, 2017b. (no prelo).

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. **Intercom Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 1995.

BARBOSA, Marialva. Tempo, tempo histórico e tempo midiático: inter-relações. *In*: MUSSE, Cristina Ferraz; VARGAS, Heron; NICOLAU, Marcos (org.). **Comunicação, mídia e temporalidades**. Salvador: Compós/EDUFBA, 2007b.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso. Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do *status* de refugiado. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2014.

BARRETO, Luiz Paulo Teles (org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf. Acesso em: 31 jul. 2017.

BARROS, Allyne Fernandes Oliveira. **Reconstrução em movimento**: os impactos psicológicos do terremoto de 2010 em imigrantes haitianos. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BASTANTE, Jesús. O Haiti é uma das grandes tragédias esquecidas. **Instituto Humanitas Unisinos**, 3 jun. 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticiasanteriores/33046-%60%60o-haiti-e-mais-uma-das-grandes-tragedias-esquecidas%60%60>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BASTOS, Renata Parize. **Globalização, migração e direito**: regulação dos movimentos migratórios no Brasil. 2015. 404 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Predelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. *In*: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Predelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BITTENCOURT, Tainá; VENAGAS, Soraya. Terremoto no Haiti: cultura do medo e sensacionalismo na revista *Veja*. *In*: INTERCOM, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BOCCI, Diego Segobia. **Geografia e migrações: o caso dos haitianos no município de São Paulo**. 2015. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BORBA, Fernanda Mara. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul**. Joinville: Editora Univille, 2014.

BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias. **Inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não escolares no oeste catarinense**. 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2016.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890**. Brasil, 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 set. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro:** Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Brasília, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. Ministérios da Justiça, Segurança Pública, Relações Exteriores e do Trabalho. **Portaria Interministerial n.º 10, de 6 de abril de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/51057186/dot-2018-11-21-portaria-interministerial-n-17-de-19-de-novembro-de-2018-51057118. Acesso em: 1.º abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017.** Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Resolução Normativa CNlg n.º 97, de 12 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 1.º ago. 2017.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAMARGO, Renata Ferreira. **Imigrações contemporâneas no Brasil:** haitianos no Amazonas. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil:** a construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. 545 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015a.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados.** Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015b.

CANETTI, Elias. **A língua absolvida.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para paz ou para a guerra:** o refugiado na cobertura jornalística brasileira. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CARVALHO, Eduardo Zanatta de. **Trajetórias de migrantes haitianos e haitianas em Balneário Camboriú/SC:** os desafios para a inserção laboral, o associativismo e a integração sociocultural. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginada da sociedade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAZARRÉ, Marieta. Relatório da OCDE aponta dificuldades educacionais de estudantes imigrantes. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-03/relatorio-da-ocde-aponta-dificuldades-educacionais-de-estudantes-imigrantes>. Acesso em: 24 mar. 2018.

CERQUEIRA, Sara Lucia Moreira de. **O Haiti é aqui:** análise da Lei n.º 13.445/2017 sob a perspectiva da migração recente de haitianos para o Brasil. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CIVIDINI, Fatima Regina. **Migrantes haitianos no Brasil (2010-2017):** tensões e fronteiras. 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018.

CNIg – CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. **Ações do Conselho Nacional de Imigração:** políticas públicas para migração. Brasil: CNIg, 2014. Disponível em: [http://haitiaqui.com/files/OBMigra.%202014.%20%20A%C3%A7%C3%B5es%20do%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o%20\(CNIg\).%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20para%20migra%C3%A7%C3%A3o.%20Bras%C3%ADlia.pdf](http://haitiaqui.com/files/OBMigra.%202014.%20%20A%C3%A7%C3%B5es%20do%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o%20(CNIg).%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20para%20migra%C3%A7%C3%A3o.%20Bras%C3%ADlia.pdf). Acesso em: 20 fev. 2016.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante.** Joinville: Editora Univille, 2011.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante:** Joinville, 1980-2010. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar. Aproximações entre história pública e história oral: o caso do Laboratório de História Oral da Univille. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 96-129, set./dez. 2016.

COGO, Denise. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. *In*: COGO, Denise. **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 43-66. Disponível em: <https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/10/diasporas-migrac3a7c3b5es-tics.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

COGO, Denise. Comunicação e migrações transnacionais: o Brasil (re)significado em redes migratórias de haitianos. **Revista de Estudos Universitários**, v. 4, n. 2, 2014a. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=2130>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, v. 1, p. 1-15, 2014b. Disponível em: <http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/39/51>. Acesso em: 7 ago. 2017.

COGO, Denise. Internet e redes migratórias transnacionais: narrativas da diáspora sobre o Brasil como país de imigração. **Novos Olhares**, v. 4, p. 91-104, 2015a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/viewFile/102224/102681>. Acesso em: 7 ago. 2017.

COGO, Denise. Mobilizando trânsitos e cidadanias: comunicação, transnacionalismo e ativismo migrante no Brasil. *In*: COGO, Denise; ROCHA, Rose de Melo; HOFF, Tânia (org.). **O que é consumo: comunicação, dinâmicas produtivas e produção de subjetividades**. Porto Alegre: Sulina, 2016. v. 1. p. 175-193.

COGO, Denise. Redesenhando fronteiras e alteridades nas interações entre mídia e imigração haitiana. *In*: RADDATZ, Vera Lucia; MULLER, Karla (org.). **Comunicação, cultura e fronteiras**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2015b. v. 1. p. 63-88.

COGO, Denise; BARTH, Daiani; MARTINES, Letícia R. Comunicação e diáspora haitiana no Brasil: consumo e usos de mídias em redes migratórias transnacionais. *In*: ALMEIDA, Cristóvão Domingos; RHODEN, Valmor; GRIJÓ, Wesley Pereira (org.). **Comunicação, sociedade e temas emergentes**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. v. 1. p. 125-149.

COGO, Denise; ELHAJJI, Mohamed; HUERTAS, Amparo (org.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales**. Barcelona: Institut de la Comunicació, 2012. v. 1. 528 p. Disponível em: <http://incom.uab.cat/diasporas/por/index0.html>. Acesso em: 7 ago. 2017.

COGO, Denise; PÁSSARO, Matheus. A “foto roubada”: mídias, visibilidade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. **E-Compós**, Brasília, v. 20, p. 1-23, 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/vers%C3%A3ocomautores_3271.pdf. Acesso em: 7 ago. 2017.

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a “fuga” e a “invasão”: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos**, v. 23, p. 1-18, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21885/13676>. Acesso em: 7 ago. 2017.

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Mídia, alteridade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2015, Brasília. **Anais** [...]. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria\(1\)_2754.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria(1)_2754.pdf). Acesso em: 7 ago. 2017.

CORBELLINI, Maria Dalalana. **Haiti**: da crise à Minustah. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17674/000721343.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CORREA, Roseana Maria; FERNANDES, Rosa Terezinha (org.). **História dos bairros de Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1992.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem**: tensões e controle (Joinville 1917/1943). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios – Porto Velho – RO. 154 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014. Disponível em: <http://www.ppghisec.unir.br/uploads/83939544DISCENTES/Turma%202012/Geraldo%20Imigracao%20haitiana.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: TodaLetra, 2008.

CUTTI, Dirceu; BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; PEREIRA, José Carlos; BÓGUS, Lucia Maria Machado (org.). **Migração, trabalho e cidadania: patrimônios culturais do Brasil**. São Paulo: Educ, 2015.

DADOS da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), 2011-2013, sobre haitianos no mercado de trabalho formal. **Haitianos no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://haitianosnobrasil.files.wordpress.com/2015/05/dados-da-relac3a7c3a3o-anual-de-informac3a7c3b5es-sociais-rais-2011-2013-sobre-haitianos-no-mercado-de-trabalho-formal.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

DALMONTE, Edson Fernando. Narrativa jornalística e narrativas sociais: questões acerca da representação da realidade e regimes de visibilidade. *In*: FERREIRA, Giovandro Marcus; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; MORAIS, Osvando J. de (org.). **Teorias da comunicação: trajetórias investigativas**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010. p. 215-232.

DEBUS, Mary. Manual de excelencia en la investigación mediante grupos focales. *In*: ESPERIDIÃO, E. (org.). **Reflexões sobre a utilização do grupo focal como técnica de pesquisa**. São Paulo: Fundação Editora de Unesp, 2004.

DIEHL, Fernando. **Estrangeiro em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3381/338130378002.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário:** introdução à arquetipologia geral. Lisboa: Presença, 1989.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. *In:* LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 304 p.

ELHAJJI, Mohammed. Cidade, migrações e TICs: fluxos e rastros da contemporaneidade. *In:* PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone (org.). **Comunidade, mídia e cidade:** possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC / UFG, 2013. v. 1. p. 71-89.

ELHAJJI, Mohammed. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. **Esferas**, v. 1, p. 145-151, 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4632/3249>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ELHAJJI, Mohammed. Memórias das comunidades étnicas entre tempo e espaço. *In:* CAIFA, Janice; ELHAJJI, Mohammed (org.). **Comunicação e sociabilidades:** cenários contemporâneos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transacional em busca da cidadania universal. *In:* ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais** [...]. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/cidadaniauniversal\(comnome\)_3282.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/cidadaniauniversal(comnome)_3282.pdf). Acesso em: 7 ago. 2017.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. **Interin**, v. 22, p. 203-220, 2017. Disponível em: <http://seer.utp.br/index.php/i/article/viewFile/568/529>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ELHAJJI, Mohammed. Rio de Janeiro – Montreal: conexões transnacionais / ruídos interculturais. *In*: ELHAJJI, Mohammed. **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 31-42. Disponível em: <https://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2014/10/diasporas-migrac3a7c3b5es-tics.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ELHAJJI, Mohammed; ESCUDERO, Camila. *Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva*. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. **Anais** [...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2015_autores_2759.pdf. Acesso em: 7 ago. 2017.

ELHAJJI, Mohammed; ESCUDERO, Camila. *Webdiáspora: migrações, TICs e memória coletiva*. **Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 334-363, set./dez. 2016.

ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo; COGO, Denise (org.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales**. Barcelona: Bellaterra; Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. v. 1. 528 p. Disponível em: <http://incom.uab.cat/diasporas/por/index0.html>. Acesso em: 7 ago. 2017.

ELHAJJI, Mohammed; SODRÉ, Muniz; TEMER, Ana Carolina (org.). **Diásporas urbanas: migrantes, viajantes e transeuntes**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015. v. 1. 212 p.

ESCUDERO, Camila. **Comunidades em festa:** a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens. 247 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ESCUDERO, Camila. *Webdiáspora* – interculturalismo, transnacionalismo e multiterritorialismo para uma cidadania comunicacional: apontamentos analíticos. *In*: INTERCOM, 36., 2013, Manaus. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1477-1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Andressa Virgínia de. **A diáspora haitiana para o Brasil:** o novo fluxo migratório. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tratamento de Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FERNANDES, Duval Magalhães; FARIA, Andressa Virgínia de. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 5., 23 a 26 out. 2012, Montevidéu/Uruguai. **Anais** [...]. Montevidéu: Associação Latino-Americana de População, 2012. Disponível em: http://www.alapop.org/alap/index.php?option=com_content&view=article&id=1149&Itemid=561. Acesso em: 11 set. 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Fontes históricas para o estudo da imigração.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6718/936.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca**. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Saraiva, 2004.

FONTOURA, Arselle de Andrade da; SILVA, Janine Gomes da. “...Quer ser declarado livre”: histórias sobre a presença negra em Joinville no século XIX. **Joinville Ontem & Hoje**, Joinville, p. 22-25, mar. 2005. Disponível em: <http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/nucleos/pesquisahist.htm/pnegraa.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Haiti – História. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/historia-haiti.htm>. Acesso em: 24 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GABAGLIA, Rodolfo Raja Artiaga. **O Brasil e a intervenção humanitária no Haiti, Minustah (2004 a 2011)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/PEPI DISSERTAO RODOLFO RAJA GABAGLIA ARTIAGA.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Universidade Cândido Mendes – Centros de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZÁLEZ, Carlos Murillo. A importância da lei brasileira de refúgio e suas contribuições regionais. *In*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/RefugioNoBrasil.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 1-9.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org.). **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora Univille, 2000.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marília Gervasi. **O exército e a cidade**. Joinville: Editora Univille, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Da multiterritorialidade aos novos muros**: paradoxos da des-territorialização contemporânea. 2011. Disponível em: <http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/damultiterritorialidadeaosnovosmuros.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, 2007.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio/Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HANDERSON, Joseph. Diáspora: sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003>. Acesso em: 20 jan. 2019.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. A construção das nações. *In*: HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; SOVIK, L. Entrevista com JB Stuart Hall. **Heloisa Buarque de Holanda**, 15 set. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-com-jb-stuart-hall/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A janela para olhar o país**. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 13 nov. 2015a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/residencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>. Acesso em: 8 out. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 26 jan. 2018a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população de Joinville**. IBGE, 2017. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa_2016/estimativa_tcu.shtm. Acesso em: 4 jul. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**: população. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>. Acesso em: 26 jan. 2018b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil das cidades**. IBGE, 2015b. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420910&search=santa-catarina|joinville>. Acesso em: 20 fev. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de desocupação**. IBGE, 2013. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoe_rendimento/pnad_continua/primeiros_resultados/analise07.shtm. Acesso em: 14 mar. 2018.

IMDH – INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Haitianos no Brasil**: dados estatísticos, informações e uma recomendação. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2016. Disponível em: http://www.migrante.org.br/images/Haitianos_dados%20PF_CNlg%20-%20Recomendao%20de%20Registro%201.pdf. Acesso em: 2 jul. 2017.

IMDH – INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS.

Migração haitiana para o Brasil: entrevista concedida por Ir. Rosita Milesi, em 16 de janeiro de 2012, ao Jornal IHU, da Unisinos (São Leopoldo/RS). 2012. Disponível em: http://www.migrante.org.br/migrante/index.php?option=com_content&view=article&id=228:migracao-haitiana-para-. Acesso em: 17 jan. 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006.

LARROSA, Jorge. ¿Para qué nos sirven los extranjeros? **Educación & Sociedad**, ano XXIII, n. 79, p. 69, ago. 2002.

LAURETTI, Patrícia. Tese revela superexploração de mão de obra de haitianos em SC. **Jornal da Unicamp**, 2017. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/05/16/tese-revela-superexploracao-de-mao-de-obra-de-haitianos-em-sc>. Acesso em: 22 jun. 2017.

LESSA, Marco Aurélio Gaspar. **A participação dos contingentes do exército brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah)**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3453/ACF12A.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

LIMA, Myrian Regina Del Vecchio de; ÁVILA, Otávio Cezarini; SILVA, Andrea Rosendo. Aspectos da representação dos imigrantes haitianos no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba/PR. **Intexto**, Porto Alegre, n. 35, p. 51-75, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/55701/37102>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo, contradições laborais e dependência de remessas no Haiti**. 353 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/bancoteses/#/>. Acesso em: 31 ago. 2017.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração internacional e dependência na Divisão Internacional do Trabalho: um estudo da região sul de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é aqui: análise das informações preliminares sobre os imigrantes haitianos em Santa Catarina – Brasil. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO, 6., Lima, 2014a. **Pôster**.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC. **PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-256, jan./jun. 2014b.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 11., 2016, Londrina. **Anais** [...]. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt444.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (org.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros**: movimentos, práticas e resistências na América Latina. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018.

MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville**: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade do estado de Santa Catarina. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MAUAD, Ana Maria (org.). **História oral e mídia**: memórias em movimento. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEURER, Belini. **Entre flores e manguezais**: a construção do real em Joinville. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

MICK, Jacques. A concentração da propriedade na mídia e os prejuízos para a esfera pública: a ação da RBS em *A Notícia* (Joinville/SC). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/Gts-ONLINE/GT3/Eixol/concentracao-de-propriedade-JacquesMick.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MORAES, Marieta (org.). **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2419-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora da UnB, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Prefácio. *In*: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin (org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. 313 p.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **De agricultor a operário: lembranças de migrantes**. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NÚMERO de trabalhadores imigrantes no país cresceu 131%. **Portal gov.br**, 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/12/numero-de-trabalhadores-imigrantes-no-pais-cresceu-131>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado**. ONU, 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 31 jul. 2017.

ONU-BR – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL.

Seis meses após terremoto, ONU aponta situação do Haiti.

ONU-BR, 2010. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-aponta-situacao-do-haiti-apos-seis-meses-de-esforcos-de-reconstrucao/>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAULA, Elder Andrade de. Entre desastres e transgressões: a chegada dos imigrantes haitianos no “Reino deste mundo Amazônico”. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, p. 187-206, dez. 2013.

PEDRO, Joana Maria *et al.* **Negro em terra de branco:** escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PEREIRA, Cicero Rufino. **Direitos humanos e discriminação dos imigrantes.** 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

PEREIRA, Telma Cristina de Almeida Silva; COSTA, Debora Amaral da. Línguas em contato e a formação de redes sociais de imigrantes haitianos no Rio de Janeiro. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 92-115, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26 fev. 2016.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997a.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997b.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Fundação Ippuj. **Joinville: cidade em dados**. Joinville: Fundação Ippuj, 2016. 158 p. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2016.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.

PUC-MINAS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto Estudo sobre a Migração Haitiana ao Brasil Diálogo Bilateral: Pesquisa Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/OIM/PUC-Minas, 2014.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

RIBEIRO, Carolina da Fonseca Barbosa. **Migração haitiana para o Brasil**: processo de fixação e adaptação – uma questão de gênero (2013-2014). 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 329-349, dez. 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. v. 3.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas; Editora da UFRGS, 2016.

ROUCHOU, Joëlle. **Noites de verão com cheiro de jasmim**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ROUCHOU, Joëlle. Ouvir o outro: entrevista na história oral e no jornalismo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...].

SAMORA, Daniele Teresa. **Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração haitiana na Amazônia:** uma análise das regularidades discursivas. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

SANTOS, Ednaldo Tartaglia. **Imigrantes haitianos:** da dinâmica de saída à dinâmica de entrada. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHLINDWEIN, Ingrid Nascimento de Aguiar. **Imigração haitiana para o Brasil:** fragilidades e desafios institucionais. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil. **Educación**, v. 15, n. 48, p. 53-66, mar. 2016.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso Silva. Liberdade de expressão e expressões de ódio. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.37-64, jan./jun. 2015.

SILVA, Juremir Machado. Em torno de uma noção de imaginário. *In*: TONIN, Juliana; AZUBEL, Larissa (org.). **Comunicação e imaginário**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SILVA, Milton Francisco da. **Haitianos no Brasil**: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso. 2016. 487 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Paloma Karuza Maroni da. **Seguindo rotas**: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Sidney Antônio da; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Em busca do Eldorado**: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais. Manaus: EDUA, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012a.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. *Comunicatio e epistème. In: SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2012b.*

SOUZA, Aline Almeida Coutinho. **Os capacetes azuis e a responsabilidade – a ONU, as missões e os estados membros: entre a imunidade e a responsabilidade.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

SOUZA, Rosana. À espera do “Sul Maravilha”, haitianos enfrentam preconceito e má-fé em Manaus. **Rede Brasil Atual**, 28 jan. 2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/01/a-espera-do-sul-maravilha-haitianos-enfrentam-preconceito-e-ma-fe-em-manaus-1242.html>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SOUZA, Sirlei de. **Ecos da resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville.** 145 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, Sirlei de. Imigração haitiana em Joinville (SC): os desafios da educação no processo de inclusão. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 41., 2018, Joinville. **Anais** [...]. Joinville: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2018. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1459-1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SOUZA, Sirlei de. Imigração haitiana em Joinville (SC): uma análise das construções discursivas da imprensa. *In: INTERCOM*, 2016, São Paulo. **Anais** [...]. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2005-1.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

SOUZA, Sirlei de; BOING, Elisiane Meurer. A imigração haitiana em Joinville (SC) e as estratégias de inserção em busca da cidadania. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Intercom, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0725-1.pdf>-. Acesso em: 30 abr.

STEINMAN, Milton; GUMERA, Melissa Simon; FERRETTI, Mario; ALMEIDA, Cristiane Isabela de; IOSHIMOTO, Maria Tereza Augusto; GUSMAN, Silvia; CENDOROGLO NETO, Miguel; SANTOS, Fernando Pavão dos; KANAMURA, Alberto Hideki; LOTTENBERG, Claudio Luiz. Terremoto no Haiti: uma experiência multiprofissional. **Einstein**, v. 9, parte 1, p. 1-7, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v9n1/pt_1679-4508-eins-9-1-0001.pdf. Acesso em: 6 ago. 2017.

TERNES, Apolinário. **A Notícia: jornalismo e história. 1923-2003**. Joinville: Letradágua, 2003.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

TERNES, Apolinário. **História do jornal A Notícia: 1923-1983**. Joinville: A Notícia, 1983.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

THOMAZ, Diana Zacca. Sul Maravilha. **O Estrangeiro**, 2014. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2014/04/28/sul-maravilha/>. Acesso em: 15 fev. 2016.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2000.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TONIN, Juliana; AZUBEL, Larissa. O trajeto antropológico do imaginário na comunicação. *In*: TONIN, Juliana; AZUBEL, Larissa (org.). **Comunicação e imaginário**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A Minustah e a política externa brasileira: motivações e consequência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9701/GABRIELADAOUVERENHITACH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 nov. 2018.

WILLIAN, Alan; PEIXER, Talissa. Nordestinos no litoral catarinense: do preconceito ao choque cultural. **Prefixo**, 2016. Disponível em: <https://agenciaprefixo.com/2016/04/22/nordestinos-no-litoral-catarinense-do-preconceito-ao-choque-cultural/>. Acesso em: 17 maio 2017.

